

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA - PPGTE**

CARLA PRADO LIMA SILVEIRA VILELA

**CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO
NA OBRA JORGE, UM BRASILEIRO, DE OSWALDO FRANÇA
JÚNIOR**

DISSERTAÇÃO

CURITIBA

2015

CARLA PRADO LIMA SILVEIRA VILELA

**CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO
NA OBRA JORGE, UM BRASILEIRO, DE OSWALDO FRANÇA
JÚNIOR**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de “Mestre em Tecnologia”. Área de Concentração: Tecnologia e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria Rubel Fanini

CURITIBA

2015

AGRADECIMENTOS

Sou grata à professora Dra. Angela Maria Rubel Fanini, pela presença amiga, atenciosa e paciente desde os tempos de graduação. Tenho por você, Angela, grande carinho e respeito.

Agradeço ao quadro de professores do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia – PPGTE. As vozes de todos vocês ecoam neste trabalho.

Aos colegas de nosso Grupo de Estudos “Formalização discursiva do universo do trabalho e da tecnologia”, Guio, Vanessa, Angela, Marcinha, Eric, Adriana e Márcio. Juntos construímos e compartilhamos saberes.

Aos membros da Banca examinadora, Gilson Queluz, Nívea Rohling e Jean Carlos Gonçalves, pelas gentis sugestões a esta pesquisa.

À CAPES, pela bolsa de pesquisa que possibilitou o desenvolvimento desta dissertação.

Aos meus queridos pais, Carlos e Lore, pelo dom da vida e por serem sempre amorosos e pacientes quando tive que postergar muitas idas a Santa Catarina para visitá-los.

Agradeço ao meu marido, João Américo, cuja integridade e sabedoria me enchem de orgulho a cada dia. Obrigada por você compartilhar sua vida comigo.

E, como sempre, aos livros! Uma das mais revolucionárias obras do intelecto e do trabalho humano, fonte inefável de deleites e de saberes, tecnologia eficaz que transforma mentes e corações.

Perguntas de um trabalhador que lê

*Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas?
Nos livros estão nomes de reis;
os reis carregaram as pedras?
E Babilônia, tantas vezes destruída,
quem a reconstruía sempre? Em que casas
da dourada Lima viviam aqueles que a construíram?
No dia em que a Muralha da China ficou pronta,
para onde foram os pedreiros?
A grande Roma está cheia de arcos-do-triunfo:
quem os erigiu? Quem eram
aqueles que foram vencidos pelos césares? Bizâncio, tão
famosa, tinha somente palácios para seus moradores? Na
legendária Atlântida, quando o mar a engoliu, os afogados
continuaram a dar ordens a seus escravos.
O jovem Alexandre conquistou a Índia.*

Sozinho?

*César ocupou a Gália.
Não estava com ele nem mesmo um cozinheiro?
Felipe da Espanha chorou quando sua armada
naufragou. Foi o único a chorar?
Frederico 2º venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem partilhou da vitória?
A cada página uma vitória.
Quem preparava os banquetes?
A cada dez anos um grande homem.
Quem pagava as despesas?*

*Tantas histórias,
Tantas questões.*

(BRECHT, Bertolt, 1998)

RESUMO

VILELA, Carla P. L. S. Construções discursivas sobre o mundo do trabalho na obra *Jorge, um brasileiro*, de Oswaldo França Júnior. 2015. 109 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

Esta dissertação consiste em uma análise das construções discursivas sobre o mundo do trabalho no romance *Jorge, um brasileiro*, de Oswaldo França Júnior, publicado em 1967. A pesquisa tem como embasamento teórico para o campo da linguagem e da literatura os conceitos de Mikhail Bakhtin e do Círculo, proposta que auxilia a perceber certas peculiaridades artísticas e composicionais da estrutura do romance, a partir da matriz dialógica como princípio constitutivo de todo discurso. Para o mundo do trabalho a pesquisa pauta-se nas reflexões de pensadores que contribuíram para um olhar mais crítico sobre essa temática na obra, como Marx e Engels, Lukács, Gorz, Marcuse e Antunes. Essa fundamentação teórica é um recorte do quadro de pensadores que se estudam no Projeto de Pesquisa “A formalização discursiva do universo do trabalho e da tecnologia em textos literários brasileiros”, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da UTFPR, a que se vincula esta dissertação. Os discursos sobre o trabalho são investigados a partir da dicotomia entre dois planos enunciativos ambivalentes no romance, o da sociedade capitalista, onde paira a exploração daquele que ganha o pão com o suor do rosto, e o do trabalho coletivo e socializado, que cria um universo simbólico sutil em que é possível o trabalho e as relações sociais carregarem sentidos mais humanos. O primeiro plano aponta para um certo fatalismo quanto à jornada do trabalhador que vende sua mão-de-obra na sociedade de mercado e, por mais que lute e se esforce, não logra romper com a hierarquização social ou ter uma vida mais emancipada. O segundo plano é tido simbolicamente como campo de resistência ao modelo produtivo hodierno, e apresenta uma arquitetura dotada de certa positividade, pelo trabalho conjunto em interação com a natureza e pelos momentos comuns de lazer e auxílio mútuo entre os nove caminhoneiros, na jornada pelo interior de Minas Gerais. Aqui o trabalho é fator de socialização, o que confere uma forte crítica à sociedade capitalista, em que tudo funciona pela lógica da racionalidade econômica.

Palavras-chave: Romance nacional. Universo do trabalho. Análise dialógica da linguagem.

ABSTRACT

VILELA, Carla P. L. S. Discursive constructions on work in the novel *Jorge, um brasileiro*, by Oswaldo França Júnior. 2015. 109 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

This dissertation consists of a discourse analysis of the labor world in the novel *Jorge, um brasileiro*, by Oswaldo França Junior, published in 1967. This research is theoretically founded - for the field of language and literature – on the concepts of Mikhail Bakhtin and the Circle, which enables the perception of certain artistic and compositional peculiarities in the novel structure from the dialogic matrix as a constitutive principle of all discourse. This research builds on the reflections on the labor world by thinkers who contributed to a more critical look at this issue such as Marx and Engels, Lukacs, Gorz, Marcuse and Antunes. This theoretical foundation is an excerpt of the framework of thinkers who are studied in the research project "The discursive formalization of the labor and technology spheres in Brazilian literary texts", Graduate Technology Program from the UTFPR, which this dissertation is connected to. The discourses on labor are investigated considering the dichotomy between two ambivalent enunciation plans in the novel: the capitalist society, where the worker exploitation prevails, and the collective and socialized work, which creates a subtle symbolic universe in which labor and social relations can carry more human meanings. The foreground points to a certain fatalism in the journey of the worker who sells his workforce in the market society and, despite his strive, fails to disrupt social hierarchy or attain a more emancipated life. The background is taken symbolically as an area of resistance to today's production model, and presents an architecture endowed with some positivity through joint work in interaction with nature and through common leisure and mutual assistance moments among the nine truck drivers in the journey through inland Minas Gerais. Here, work is a socialization factor, which strongly criticizes the capitalist society where everything works according to the logics of an economic rationality.

Keywords: Nacional novel. Labor universe. Dialogical analysis of language.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	7
1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
2. EMBASAMENTO TEÓRICO: DISCURSOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO.....	25
2.1 Marx e Engels: o trabalho como produção material da vida.....	25
2.2 O trabalho ontológico.....	34
2.3 A utopia concreta do tempo liberado.....	37
2.4 O homem unidimensional.....	41
2.5 A classe-que-vive-do-trabalho.....	46
3. EMBASAMENTO TEÓRICO: LINGUAGEM E LITERATURA.....	50
3.1 A concepção dialógica da linguagem em Bakhtin e o Círculo.....	50
3.2 A filosofia do signo ideológico nos estudos de Bakhtin e do Círculo.....	53
3.3 O romance à luz de Bakhtin.....	57
3.4 A categoria carnavalização.....	61
4. OSWALDO FRANÇA JUNIOR: VIDA E OBRA.....	65
4.1 O romance <i>Jorge, um brasileiro</i>	70
5. DISCURSOS SOBRE O TRABALHO NO ROMANCE RODOVIÁRIO.....	74
5.1 A personagem Toledo: uma nuance carnavalizada.....	93
À GUIA DE (IN)CONCLUSÃO.....	98
REFERÊNCIAS.....	102
APÊNDICE.....	109

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Esta dissertação tem como objetivo analisar as construções discursivas sobre o mundo do trabalho no romance *Jorge, um brasileiro* (1982), do escritor mineiro Oswaldo França Jr. Sendo a análise do universo do trabalho na literatura um tema não muito comum na Academia brasileira, há pouca bibliografia escrita e publicada em língua portuguesa¹, configurando este estudo, portanto, como material de caráter inovador. Também se qualifica esta pesquisa como interdisciplinar, ao dialogar com outros campos de estudo, como a Sociologia, a História, a Filosofia e a Economia, compactuando, assim, com a visão de interconexão de saberes, do Programa de Pós-graduação em Tecnologia, PPGTE, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, a que se vincula esta dissertação.

A relação da obra de Oswaldo França Jr com o mundo do trabalho adentrou o campo dessa pesquisa porque em seus escritos há a representação do contexto social pelo olhar das personagens da classe trabalhadora, no caso das narrativas em primeira pessoa, como na obra em análise. Há também a retratação do cotidiano do brasileiro, do indivíduo simples, que toma ônibus para ir ao serviço, “que está na luta, no corre-corre, no dia a dia”², que labuta cotidianamente para comer o pão com o suor do rosto. Assim como o autor em questão há também outros escritores que concentram a atenção nas atividades produtivas cotidianas, como é o caso de Roniwalter Jatobá e Luíz Ruffato, romancistas que se encontram em plena atividade, cujas obras também são objeto de análise no Projeto de Pesquisa “A formalização discursiva do universo do trabalho e da tecnologia em textos literários brasileiros”, do PPGTE, de onde parte o presente estudo.

Resgatou-se, portanto, a palavra de França Jr, escritor premiado, importante para a literatura nacional, porém, pouco divulgado. Encontra-se, sobre ele e sua obra, maior quantidade de pesquisas nos arredores de Minas Gerais, sua terra natal. Há considerável material, como teses, dissertações, artigos, resenhas, capítulos de livros, todavia, sobre a obra adotada nesta pesquisa, não se encontraram estudos

¹ Segundo o Projeto de Pesquisa “A formalização discursiva do universo do trabalho e da tecnologia em textos literários brasileiros”, do Programa de Pós-graduação em Tecnologia, PPGTE, da UTFPR, a que se relaciona o presente trabalho, ampla busca já foi realizada sobre o tema e não se encontram materiais suficientes. Perquiriram-se os Bancos de Teses e Dissertações, os grupos de pesquisas oficiais cadastrados no CNPq e materiais bibliográficos na *Web*.

² Trecho da canção “Trabalhador”, do cantor e compositor Seu Jorge.

aprofundados.

Sobre *Jorge, um brasileiro*, famoso romance que inspirou o seriado global *Carga Pesada*, e rendeu ao autor o prêmio literário Walmap, de 1967, Lafetá (2004) faz uma breve análise enfatizando o mundo do trabalho. Lopes (2010) também realiza um sucinto estudo sobre o romance, dentre outros escritos de França Jr. Encontra-se, igualmente, um ensaio de Aguiar (1993), em que a obra é cotejada ao filme homônimo, à luz da filosofia existencialista. Já Guedes (2013) busca relacionar os grandes projetos de desenvolvimento, trabalho e mobilidade popular, com o romance *Jorge*. Em 2009, o periódico Suplemento Literário de Minas Gerais dedicou um número especial ao autor mineiro, rememorando sua trajetória pessoal e literária. Ali vários pesquisadores discutem a vasta produção do autor, incluindo a obra *Jorge*, e a adaptação desta para o cinema. Por fim, no prefácio desse romance, Olinto (1982) salienta a habilidade artística do escritor e a qualidade estética e temática da obra.

Acerca da concepção de linguagem desta pesquisa, adotam-se alguns princípios teóricos de Bakhtin e do Círculo, sobre os quais se discorrerá mais detalhadamente no Capítulo 3, que trata da fundamentação teórica sobre linguagem e literatura. A esse respeito, a presente introdução limita-se a uma breve apresentação de algumas ideias do Círculo, em diálogo com o universo literário.

Bakhtin teve parte considerável de sua vida envolvida com o universo das letras: graduou-se em História e Filologia, frequentou círculos filosóficos, lecionou em universidades e morou em cidades onde reinava a pluralidade de idiomas. Mesmo com a precariedade financeira na vida madura, não deixa de lado a produção intelectual, a qual desenvolveu até mesmo no período de seu exílio, após deixar a prisão em razão de problemas de saúde³. Destacou-se como um dos mais importantes pensadores do século XX, cuja obra “aborda, ao mesmo tempo, praticamente todos os domínios das ciências humanas, por exemplo, a psicologia cognitiva, a etnologia, a pedagogia das línguas, a comunicação, a estilística, a crítica literária e coloca, de passagem, os fundamentos da semiologia moderna” (YAGUELLO, 2010, p.13). Apresentar-se-á uma visão de conjunto de algumas das principais reflexões do autor, as quais norteiam este trabalho, e não se adentrará no

³ Bakhtin é preso em 1929 e condenado a cinco anos de trabalhos forçados. Não se sabe a razão exata da condenação. Exilado, trabalha como guarda-livros, leciona contabilidade e redige verbetes de enciclopédia. (FIORIN, 2006).

debate acerca da autoria das obras⁴, mas tomá-las-emos segundo a autoria que consta nas traduções aqui utilizadas.

Em virtude das inesgotáveis formas de expressão das atividades humanas, tanto orais quanto escritas, Bakhtin debruça-se sobre os “tipos relativamente estáveis de enunciados”, os quais denomina gêneros do discurso⁵. Considerando que a comunicação se efetiva na forma de enunciados, que são “individualidades absolutamente singulares”, eles apresentam certas características semelhantes em determinadas esferas de ação. Afirma o autor que “Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo de comunicação” (BAKHTIN, 2003, p.262). Bakhtin se contrapõe à normatização e à imutabilidade dos gêneros e interessa-se pelo processo de interação entre esses enunciados, nas diversas esferas da atividade humana. Analisa, portanto, “como acontece” a linguagem em cada circunstância do agir humano, levando em conta suas variações, seja nas atividades laborais, nos momentos de lazer, nas relações afetivas, no universo político ou no âmbito religioso. Os gêneros não se restringem aos retóricos estudados na Antiguidade, e que têm lugar ainda na contemporaneidade, mas são partícipes do processo de comunicação em todos os âmbitos da vida.

Essa não imutabilidade dos gêneros e a sua relativa estabilidade se dá porque a linguagem é sujeita a mudanças na dinâmica da história. Os gêneros que Bakhtin classifica como primários, determinados tipos de diálogos orais da vida cotidiana, e os gêneros que classifica como secundários, que abarcam os tipos de enunciados da esfera cultural e “ideológica⁶”, como por exemplo o romance, os

⁴ Esse debate já se arrasta desde a década de 1970, especialmente quanto às obras *Marxismo e filosofia da linguagem*, *Freudismo*, ambas publicadas originalmente com o nome de Voloshinov, e a obra *O método formal nos estudos literários*, publicada sob o nome de Medviédiev. Em 2012, a Editora Parábola lança no Brasil a controversa obra “Bakhtin desmascarado: história de um mentiroso, de uma fraude, de um delírio coletivo”, de autoria de Jean-Paul Bronckart e Cristian Bota. Esse texto visa a desconstruir a aura de ineditismo que paira sobre o nome de Bakhtin e dar por encerrado o debate dos textos disputados. Além disso, põe em xeque a autoria de *Problemas da poética de Dostoievski*, obra que até então não teve sua paternidade questionada, uma vez que veio a público sob o nome de Bakhtin. Como toda polêmica suscita contrapontos, em 2014 vieram à luz duas resenhas intituladas *Os desmascaradores incompetentes*, de Serge Zenkine, e outra sob o título homônimo à obra criticada, de Sandra Nossik, gestadas no contexto intelectual europeu, e publicadas na Revista Bakhtiniana (número especial, v.9, 2014).

⁵ Compreende-se aqui o termo “discurso” como “a língua em sua integridade concreta e viva, e não a língua como objeto específico da linguística” (BAKHTIN, 2010, p.207).

⁶ Nesse caso, toma-se o conceito de ideologia na concepção de Bakhtin e do Círculo, e que será explanado ainda nesta introdução, diferindo-se do termo ideologia na concepção marxista.

textos publicísticos, ou uma produção científica, exercem interconexão com o mundo da vida. Eles apresentam condições específicas das atividades humanas, suas nuances e transformações, situadas historicamente no tempo e no espaço, por isso não é possível a definição estrita de suas fronteiras.

Um romance brasileiro do século XIX, por exemplo, com sua linguagem formal e pomposa, difere radicalmente de um romance da década de 1960, do século XX, em que o herói da trama é um motorista de caminhão, que se expressa em tom coloquial. Embora o conteúdo temático, a forma composicional e a linguagem tenham se modificado, permanecem algumas propriedades comuns que justificam certa estabilidade do gênero, tais como a pluralidade de vozes, a estilização da linguagem e dos gêneros no interior do romance, os enquadramentos do discurso de outrem a partir do contexto da voz narrativa, demonstrando que o romance é sempre um discurso indireto e a estilização da ideologia do cotidiano nas falas das personagens.

As categorias do Círculo podem ser adotadas para analisar diversos gêneros do cotidiano, como, por exemplo, os do universo do jornalismo, da esfera do humor e os das mídias digitais. Afirma (SILVA, 2009, p.30) que:

Apesar de Bakhtin analisar preferencialmente a constituição do discurso nos domínios literários, podem-se também aplicar tais procedimentos de análise e o próprio conceito de discurso às demais instâncias sociais, pois o próprio autor, no método sociológico, aponta para a direção de se ‘olhar’ o mundo estético tendo como horizonte o mundo ético, ou seja, há na obra bakhtiniana a orientação de se analisar o discurso poético tendo como baliza o mundo da vida.

É, por conseguinte, dos discursos da “ideologia do cotidiano” que se consolidam os discursos da “ideologia oficial”, como os do mundo das artes, que abarcam a literatura. Por ser a categoria que mais representa o dialogismo, o gênero romanesco ocupa lugar privilegiado nas pesquisas de Bakhtin: “O autor [Bakhtin] descreve o romance desde a Antiguidade e o considera o mais dialógico dos gêneros, porque se debruça sobre o presente e, ao mesmo tempo, dialoga com um tempo que não é seu” (CAMPOS, 2009, p.117). Como constituinte da esfera secundária, o romance abarca as falas dos gêneros da esfera primária, “refletindo e refratando-os” no interior da trama. É um objeto pluriestilístico, permeado de gêneros intercalares que saem de seu contexto imediato e adentram o universo literário

adquirindo um tom artístico.

A obra literária é caracterizada pelo autor russo como um ato de fala impresso que deve ser apreendido no quadro do discurso interior, em relação ao contexto e às outras vozes. A leitura não é uma atividade passiva e muito menos o texto um objeto ausente de mediações. Pelo contrário. O texto é orientado por uma discussão ideológica de grande temporalidade, “ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.” (BAKHTIN, 2010, p.128). Bakhtin analisa os aspectos ideológicos calcados na materialidade, e não como algo abstrato, pois é na palavra que se encontra a ideologia, daí a importância do signo linguístico, categoria que será explanada na Seção 3.2 deste trabalho. A linguagem não está no código, mas no processo interativo. Essa orientação textual não parte unicamente do objeto, mas também do leitor, numa interação dialógica contínua, que é característica à linguagem. Bakhtin prima pelo estudo do corpus literário, sobretudo o romance sem descurar de outros enunciados. Na época em que viveu, o jornalismo era bastante forte, pois o jornal impresso ganha fôlego já no século XIX, mas o autor ainda persiste no estudo dos romances visto que aí encontra respaldo para sua filosofia da linguagem em que avultam as questões dialógicas, a visão carnalizada, o discurso sempre indireto, ou seja, orientado para outro discurso, a polifonia e o monologismo.

Em um de seus primeiros textos, “Para uma filosofia do ato” (1993 [1920]), Bakhtin apresenta uma gama de reflexões que se adensarão em seus escritos futuros, e também uma parte de seu projeto de construção de uma *prima philosophia* “formatada como uma fenomenologia dos atos únicos do mundo da vida” (FARACO, 2009, p. 25). Ali discute, dentre outras questões, as relações entre o “mundo da cultura” e o “mundo da vida”, considerações importantes para se compreender o universo literário, o qual pertence ao plano estético. O primeiro mundo é caracterizado pela objetivação dos atos humanos no âmbito do teórico, do filosófico, do estético; já o mundo da vida é o lugar onde se dão os embates cotidianos entre os indivíduos, a realidade singular, histórica e irreprodutível, “o mundo no qual os atos da nossa atividade são objetivados e o mundo do qual esses atos realmente provêm e são realmente realizados uma e única vez” (BAKHTIN, 1993, p.20). O autor russo se contrapõe às tendências teoreticistas as quais afirmam que ambos são incomunicáveis, porque no mundo da cultura é impossível apreender a unicidade do “Ser” e do “evento” do mundo da vida. Isso, a seu ver, perde a

totalidade do ato, a relação dicotômica entre o concreto (a realidade histórica), e o abstrato (o plano da cultura). Por isso o autor advoga uma teoria materialista do signo em consonância com o imaterial.

Pouco tempo antes, no breve artigo “Arte e responsabilidade” (2003 [1919]), Bakhtin discorre sobre essa separação e se contrapõe ao mecanicismo artístico e também ao realismo socialista vigente no contexto político-social de seu tempo. Essa concepção fragmentária, que vai de encontro à sua proposta de um todo arquitetônico, concebe o indivíduo como parte desarticulada da integralidade, como se o sujeito, ao exercer a atividade artística, se despisse de sua unidade de sentido e adentrasse um outro universo, conforme ironiza Bakhtin (2003, XXXIII): “temporariamente o homem sai da agitação do dia a dia para a criação como para outro mundo de inspiração, sons doces e orações”. Advoga, portanto, a unidade entre arte, ciência e vida, três campos da cultura humana, por meio da ação responsável do sujeito, visto que este não possui “álibi” na existência. É preciso haver uma “culpa mútua” entre arte e vida, entre o fazer literário enquanto arte, por exemplo, e os atos do sujeito no mundo da vida, em uma dialética única e singular. O ato estético é, portanto, também um agir ético, uma vez que “as obras de arte literária envolvem uma dimensão ética que impõem ao criador uma responsabilidade pela junção entre a vida concreta, o mundo vivido, e a criação artística, o mundo representado” (SOBRAL, 2008, p.221).

O sujeito, em sua singularidade, constitui-se como sujeito moral e ético, cujo lugar é insubstituível; deve, portanto, ser “responsável” em sua unicidade, em seu ato individual, por isso não existe “álibi” para a existência humana, assevera o autor russo. O “Ser singular”, no entanto, age e vive em relação ao “outro”, e por ele é constituído. Isso se dá no plano da alteridade, uma das categorias cruciais do pensamento bakhtiniano, e que também é apresentada em seu manuscrito filosófico sobre o ato. O “eu” e o “outro” são dois centros de valor distintos entre si, contraposição que Bakhtin designa como “o mais alto princípio arquitetônico do mundo real do ato realizado” (BAKHTIN, 1993, p.91). É nesse embate dual, com centros de valor e posicionamentos axiológicos, que ocorre a concretude dos atos individuais do Ser. Exemplificando no contexto estético da obra em análise, tem-se na vida das personagens um caráter dual de unidade valorativa do mundo; o protagonista Jorge, embora conviva parcialmente em um ambiente de trabalho em que está presente a figura do patrão Mário, ambos têm seu centro de valor quanto

às significações do trabalho em suas vidas e na vida de outros, e também essa significação “individual” se constitui quando submetida ao plano valorativo do outro.

Como produção discursiva, a literatura é, sobretudo, um fenômeno estético que se constitui como representação transfigurada do real, como interpretação do mundo da vida que passa pela apreciação do escritor. No dizer de Bakhtin (2010 [1929]), ela é a reflexão e refração desse real, transmuta-se em “imagem artística das ideias”, uma vez que a literatura é carregada de valoração axiológica tanto do autor-pessoa quanto do autor criador. É objeto que carrega um universo discursivo plural, que apresenta as relações do homem com a sociedade, que exprime sentimentos coletivos, que problematiza a realidade, que é sensível aos afetos humanos nas várias dimensões da vida.

A literatura cria, nomeia, dá existência, apresenta um universo de possibilidades, partindo sempre da posição exotópica do autor-criador e pelas instâncias do momento histórico em que o indivíduo está ancorado. O autor, portanto, em sua posição estético-formal, distancia-se da produção estética e também se aproxima quando é solidário, a vê “de longe”, “de fora”, para poder assim configurar o objeto estético, impregná-lo discursivamente dos valores do mundo da vida. Esse autor-criador, por meio do desenvolvimento de uma certa ordem textual, é o responsável pela produção dos afetos na vida dos personagens; pode solidarizar-se com eles, ironizá-los, exercer bondade, ter simpatia por “suas criaturas”, e fazer também com que o interlocutor desenvolva afetos pelo herói e seu mundo. Assim, toda produção textual possui uma valoração axiológica, que é um dos fios que costumam a estrutura do objeto estético.

Nas palavras de Lajolo (1995, p.18) “a obra literária é um objeto social. Para que ela exista é preciso que alguém a escreva e que outro alguém a leia. Ela só existe enquanto obra nesse intercâmbio social”. Há, portanto, um entrelaçamento entre o escritor, artista criador de um mundo simbólico, de uma realidade recriada, e o leitor, também recriador desse mundo, uma vez que este apreende a obra literária segundo inúmeras mediações. O fruto desse intercâmbio social é o surgimento de um “microcosmo”, ou seja, do objeto estético, agora autônomo da realidade de onde parte e permeado de vozes de outras naturezas.

Ao correr da História, a literatura se transforma, dialogando com o seu entorno, mas também traz consigo uma tradição, uma grande temporalidade, o respaldo de muitos séculos que ultrapassam os limites do imediato histórico. É o

caso dos legados clássicos da tradição literária, que têm seus fundamentos em épocas primevas, como o texto bíblico ou os escritos gregos. A canonicidade, todavia, não se restringe aos registros literários antigos, mas abarca igualmente os contemporâneos, basta que sejam considerados pelos órgãos oficiais como “excelentes acima de qualquer suspeita” (LAJOLO, 1995, p.20), como é o caso, por exemplo, do mineiro Guimarães Rosa. Além do valor literário, o prazer estético proporcionado por esses escritos os fazem resistir ao tempo, às mudanças culturais e a desafiar os pressupostos ideológicos de sua época.

Nesse sentido, o conceito de ideologia na concepção do Círculo difere do conceito marxista como “mascaramento do real” ou “falsa consciência”, cujo propósito, grosso modo, é legitimar um conjunto de ideias de determinado grupo dominante e ocultar a existência de conflitos de classe. Ao valer-se dessa terminologia, o Círculo a emprega no sentido de “produção imaterial”, que engloba, por exemplo, a literatura, a política, a religião, conforme corroboram Bakhtin/Volochínov (2010, p.31): “as bases de uma teoria marxista da criação ideológica - as dos estudos sobre o conhecimento científico, a literatura, a religião, a moral, etc. - estão estreitamente ligadas aos problemas da filosofia da linguagem”.

Há de se destacar, no entanto, que existem duas instâncias de ideologia para o Círculo: a oficial e a do cotidiano. A primeira, que Bakhtin caracteriza como “ideologia enformada”, corresponde à “moral, o direito, a visão de mundo” (BAKHTIN, 2007, p.89), exerce, de certa forma, supremacia sobre as demais ideologias e possui relativa estabilidade. Aqui fazem parte os domínios científicos e o aparato policialesco, por exemplo. A ideologia do cotidiano, por sua vez, está “impregnada” nas formas comunicativas triviais do dia a dia, e “é considerada como a que brota e é constituída nos encontros casuais e fortuitos, no lugar do nascedouro dos sistemas de referência, na proximidade social com as condições de produção e reprodução da vida”. (MIOTELLO, 2005, p.168). Ambas se relacionam em uma perspectiva dinâmica e a sua análise só é possível no campo do “material verbal”, o qual está em todos os âmbitos comunicativos da vida: “As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (BAKHTIN, 2010, p.42). É majoritariamente da ideologia do cotidiano que partem as vozes a serem transmutadas e refratadas no gênero romanesco, configurando a singularidade da linguagem literária.

Uma das particularidades da literatura, que a diferencia de outros campos de

estudos, como a Sociologia e a História é a sua forma deveras peculiar de percepção e apreensão do mundo. Ela projeta uma imagem rica e multifacetada da completude humana, em dinâmica interna com as ideologias do cotidiano e com o ser social particularizado. Ela “olha” para o indivíduo, não apenas enquanto classe ou como um reflexo mecanicista passivo da base econômica, mas enquanto sujeito único, exclusivo, singular, que tem uma visão de mundo ímpar e particular. Ela adentra, por exemplo, o “microcosmo” de Rosinha Lituana, protagonista do romance *Parque Industrial*⁷, de Patrícia Galvão, retratando os suas íntimas aspirações, seus monólogos e solilóquios, sua tragédia laboral e as ideias revolucionárias que surgiam em sua mente. A personagem não é caracterizada como um coletivo a pelejar por melhores condições de vida, mas sim como um ser singular, que possui vivência própria e narrativa pessoal. A literatura, portanto, abarca os discursos que circulam socialmente, que vêm do mundo da vida, manipula-os no interior da trama narrativa, e os devolve para o exterior de maneira problematizada e pensada, para o surgimento de novas formas de enunciação.

Acerca do trabalho, atividade material humana fundamentalmente social, concebe-se aqui a sua centralidade em paralelo com a centralidade da linguagem. Afirma Lukács (2013) que pelo trabalho, e depois pela linguagem, o homem deu o grande salto passando de ser biológico para ser social, constituindo-se ontologicamente. Nos entremeios das atividades produtivas, como o artesanato, o comércio e a indústria, o trabalho compõe uma teia de relações indissociáveis entre o indivíduo e a produção material. Acerca da gênese da palavra e sua significação na língua portuguesa, o vocábulo parte do termo latino *tripalium*:

Tripalium era um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los. A maioria dos dicionários registra, contudo, *tripalium* apenas como instrumento de tortura, o que teria sido originalmente, ou se tornado depois. À *tripalium* se liga o verbo do latim vulgar *tripaliare*, que significa justamente torturar”. (ALBORNOZ, 1986, p.10)

Vê-se que as palavras não possuem uma estabilidade ou sentido único; elas são elementos dinâmicos, entidades vivas, em contínuo processo de transformação.

⁷ Considerado o primeiro romance proletário brasileiro, *Parque Industrial* foi publicado na década de 30 e traz como temática central a luta de classes entre burgueses e proletários, com ênfase no universo do trabalho feminino nas fábricas de São Paulo, nos princípios do século XX.

Albornoz mostra que a conotação original da palavra, enquanto objeto utilizado na atividade agrícola adquire, posteriormente, outros significados, a ponto de a conotação mais difundida do termo latino nos dicionários, ser a de instrumento de tortura, de dor, de aflição. Pode-se depreender, portanto, que surge daí a concepção de trabalho muitas vezes associada a padecimento, a atividade penosa, a função laboriosa e cativa. Em outros momentos, todavia, esse signo linguístico adquire outros sentidos ao dialogar com as ideologias do cotidiano nas formas concretas da comunicação social.

Não apenas o trabalho em contexto material e pragmático está presente nos recônditos da sociedade, mas também nos discursos que por ali circulam, uma vez que, mediante a linguagem, o homem fala e discursa sobre o que faz. O trabalho, segundo Marx (2007), é a expressão da vida humana; ele forma e forja o próprio homem. É por meio dele que o sujeito interage com a natureza e se constitui como ser social. Mas esse ser social também discursa linguisticamente sobre a própria função, nomeando-a e atribuindo-lhe significados.

Atualmente, na consideração pública, mais do que nunca as pessoas são definidas pelo seu *mettier*, ou seja, pelo que fazem ou com o que trabalham. Os valores atribuídos ao ofício laboral são os mais diversos e contraditórios. Sobre ele, todos têm algo a dizer, ora elogiando, ora exaltando, ora fazendo apologias, ora se queixando. Assim, em vista da disparidade de discursos sobre a atividade produtiva, torna-se difícil atribuir a essa ação a categoria de algo bom ou mau, pois no trabalho, assim como no conjunto societal, está contida a contradição existente no próprio homem. Considera-se, por um lado, a atividade material como produtora de riquezas, como digna e ontológica, mas, por outro, como prática torturante, desprovida de propósitos, isenta de prazer ou liberdade.

Um dos discursos acerca do trabalho que tem raízes milenares e que carregam grande impacto na atualidade é o da tradição judaico-cristã. No primeiro livro mosaico, o trabalho é encarado enquanto labuta penosa, um fardo a ser carregado pela vida toda, do qual depende a sobrevivência do homem, em razão do pecado adâmico. Em outras passagens bíblicas, o trabalho adquire distintas conotações, como no versículo paulino expresso na Carta aos Tessalonicenses “Se alguém não quer trabalhar, que também não coma” (BÍBLIA THOMPSON, 1996, p.1079). Inspirando-se em um antigo provérbio judaico, o apóstolo dos gentios condena a preguiça e o ócio, os quais via como terrenos férteis para o furto, e eleva

o trabalho à categoria de dever moral, postura ética e ação honrosa para o homem. Denuncia a indolência dos que queriam viver à custa da Igreja e não contribuía com serviço algum para o bem coletivo. Adverte eticamente a comunidade cristã para que “trabalhem, fazendo algo útil com as mãos, para que tenham o que repartir com o que tiver necessidade” (BÍBLIA THOMPSON, 1996, p.1064). Aqui há uma exortação aos mesquinhos, que não contribuía para o alívio das necessidades alheias. O trabalho surge como possibilidade de caridade, de auxílio ao outro, como uma benfeitoria à sociedade; há uma ética do trabalho e esta se volta para o semelhante.

Outro paradigma sobre a atividade laboral é apresentado no famoso texto, *O direito à preguiça*, de Paul Lafargue, publicado no jornal socialista *L'Égalité*, em 1880. Embora seja uma produção do século XIX, o texto já antecipa a discussão sobre a sociedade de consumo de bens e serviços, e denuncia a exploração e a miséria dos trabalhadores numa coletividade “obcecada pelo labor”. Ali há uma visão degradante e opressora sobre o trabalho, o qual é tido como “a causa de toda a degenerescência intelectual, de toda a deformação orgânica” (LAFARGUE, 1880). Recuperando discursos anteriores, como o da tradição judaico-cristã, do mundo grego antigo, dos economistas liberais e do protestantismo calvinista, Lafargue sarcasticamente responde à sociedade discursiva de sua época no intuito de, por meio do despertar da criticidade, libertá-la de todo vício de trabalho ou dogma laboral. Propõe jornada de não mais do que três horas diárias, aproveitando o tempo livre para desfrutar do direito à preguiça e de tudo que este deleite trouxer de edificante e digno para o corpo e a mente do homem.

No contexto nacional da década de 1930, os discursos sobre o mundo do trabalho adquirem nova roupagem com a ascensão do Estado Getulista. Solidificando a aliança com a corporação militar e com a elite burguesa, surge uma nova proposta legislativa fundamentada no uso da força repressiva e na propaganda ideológica, especialmente a partir do estado-novista⁸ (GOMES; D'ARAÚJO, 1989). Necessitava-se, contudo, uma “ampla base de legitimação”, que foi buscada na classe trabalhadora. Com a criação da legislação social trabalhista, sempre associada à imagem do governo, o trabalhador sente-se, então, incorporado à

⁸ Segundo Gomes e D'Araújo (1989), trabalhismo e getulismo são termos que se complementam durante a ditadura, à medida que a defesa e as conquistas do trabalho são diretamente associadas à imagem do chefe de governo.

sociedade. Criam-se leis e também um corpo doutrinário político para transformar o operário, outrora sem garantias e/ou direitos empregatícios, e que também tinha na faina cotidiana um símbolo de penúria e de exclusão, em um cidadão trabalhador.

Como conseguir tal façanha, visto que as primeiras décadas do século XX estavam ainda saturadas da mácula da escravidão? Por meio de construções ideológicas, difundidas através da comunicação de massa, que interajam com a materialidade pragmática e com a subjetividade do trabalhador.

Certas ideias, portanto, passam a ser ocultadas e reprimidas, para que outras, que interessem aos poderes dominantes, possam avultar. Passa-se, então, a engendrar uma construção discursiva de valorização e sacralização do trabalho. Segundo Karvat (1998, p.27), surge até uma nova leitura da Constituição de 1934 sobre a atividade produtiva: a lei não punia a falta de trabalho, mas sim, a ociosidade voluntária, *vulgo*, vadiagem. “Logo, o simples empenho ou diligência por trabalhar equivale à ocupação efetiva”. Pregava-se um endeusamento do trabalho, aos moldes denunciados por Lafargue. O homem deve tornar-se útil a si próprio, à pátria e à sociedade. O reino da liberdade, que outrora estava para além da esfera da produção material, se faz presente, agora, na atividade produtiva, a qual é qualificada como dever de todo cidadão e fonte da dignidade humana. Pelo trabalho, o indivíduo se moraliza e adquire estatuto de cidadão; pelo trabalho o indivíduo deixa a marginalidade e adentra a ordem e a civilidade. Esses são alguns breves esboços de construções discursivas sobre o trabalho que tiveram (e têm) forte impacto na materialidade.

Quanto à estrutura da dissertação, o primeiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos que norteiam esta pesquisa, a qual se insere na perspectiva da Análise Dialógica do Discurso bakhtiniana, como uma proposta de investigação dos discursos sobre o universo do trabalho na literatura. Aqui também se justificam algumas escolhas que envolvem a dissertação, como a fundamentação teórica sobre trabalho e linguagem, a escolha do autor e da obra literária em tela, compreendendo esta última como um grande enunciado concreto de circulação social, tecida por inúmeros fios dialógicos.

O segundo capítulo apresenta o embasamento teórico sobre o mundo do trabalho. Parte-se de Marx e Engels, teóricos que realizaram leitura exaustiva das relações de trabalho concretas na sociedade industrial do século XIX, cujas vozes reverberam até hoje no universo laboral. Toma-se a acepção de trabalho como

produção material da vida, como atividade que constitui a essência do ser humano. Em sentido semelhante, a partir da filosofia Marxista, tem-se o filósofo húngaro Lukács, que concebe o trabalho como categoria originária do ser humano e como possibilidade ontológica de emancipação humana. O autor enfatiza também a importância da linguagem para a formação humana, considerando-a como um segundo salto no processo de ruptura do ser biológico em ser social. Na sequência, apresenta-se Gorz, autor que suscita controvérsias entre certas correntes marxianas, por defender que o trabalho não desempenha mais o papel central na sociedade de classes. Todavia, realiza interessante contraposição à centralidade por estabelecer o surgimento de uma nova lógica social, não mais normatizada pelo universo da produção, mas pela “sociedade do tempo liberado”. Sequencialmente discutem-se as ideias de Marcuse que, em sua obra mais difundida, realiza duras críticas às estratégias de dominação das sociedades industriais avançadas, e também à racionalidade tecnológica. Por fim, tem-se Antunes, pesquisador brasileiro que discute as metamorfoses do modelo produtivo contemporâneo, advogando a sua centralidade, e nomeando essa nova classe trabalhadora de *classe-que-vive-do-trabalho*.

O terceiro capítulo trata do embasamento teórico para o campo da linguagem e da literatura, que parte de Bakhtin e do Círculo. Inicialmente realiza-se uma discussão acerca da concepção dialógica da linguagem, categoria que é basilar nas teorias do Círculo, e que é entendida aqui não apenas como um conceito, mas como um acontecimento que faz parte da dinâmica da vida humana. Na sequência, discorre-se acerca da filosofia do signo ideológico, abordagem fundamental para compreender as noções de base do pensamento materialista do Círculo, e de como se forma a linguagem e o conhecimento na mente humana pelo sujeito histórico-social. Na seção seguinte, aborda-se o pensamento de Bakhtin acerca do romance, uma vez que nesta dissertação investiga-se uma obra que se insere nesse gênero. É para ali que adentram as ideologias do cotidiano, os dialetos, os discursos canônicos e não canônicos, as falas comuns do mundo empírico, a compor a singularidade do texto. Encerrando o capítulo apresenta-se a categoria carnavalização, que é um dos parâmetros para análise de um personagem do romance em questão.

O quarto capítulo dedica-se a apresentar a vida de Oswaldo França Júnior e também suas obras. Outrora militar da Força Aérea Brasileira, o autor mineiro teve,

posteriormente, uma profícua e abundante produção literária, lançando quinze obras, com intervalo médio de dois anos entre uma produção e outra. Foi, contudo, com a obra *Jorge, um brasileiro* que França Jr se lançou na concorrência pelo prêmio Walmap em 1967, principal concurso literário do Brasil, de que saiu vitorioso.

Por fim, o quinto capítulo realiza a análise dos discursos sobre o trabalho na obra, seguido de um olhar para a personagem Toledo, à lume da categoria bakhtiniana da carnavalização. A obra é compreendida arquitetonicamente em dois enunciativos ambivalentes, revelando vozes que ora se corroboram, ora se confrontam. Nessas duas dimensões, o trabalho apresenta múltiplas facetas e significações, a partir dos discursos tanto do herói narrador, quanto das outras personagens trabalhadoras, como os migrantes nordestinos, o empresário, o trabalhador das minas de carvão e os motoristas de caminhão.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Não se nasce pesquisador; vem-se a sê-lo, a merecê-lo, a receber-lhe o selo, na coerência teórico-metodológica, na consistência ética, na consciência estética, no espelho da esfera em que ser pesquisador faz, e cria sentido. (SOBRAL, 2007, p.118)

Esta pesquisa se insere na perspectiva da Análise Dialógica do Discurso bakhtiniana, como uma proposta de investigação do universo do trabalho na literatura. As reflexões de Bakhtin e do Círculo fornecem grande contribuição para os estudos da linguagem, mesmo o grupo não tendo proposto formalmente um “modelo teórico” ou “definição metodológica” de análise discursiva (BRAIT, 2006). Intentavam empreender uma disciplina intitulada “Metalinguística” para os estudos do discurso, definida como o estudo dos aspectos da vida do discurso que ultrapassam as fronteiras do formalismo, e transcendem os limites da linguística propriamente dita. Nesse viés, um dos desafios da realização de uma análise literária é saber “sob que ângulo dialógico eles [os estilos de linguagens, dialetos] se confrontam ou se opõem na obra”. (BAKHTIN, 2010, p.208). No processo de fazer pesquisa, julga-se necessário, portanto, apresentar um breve percurso pessoal e justificar algumas escolhas deste trabalho.

Durante minha⁹ trajetória acadêmica no curso de graduação em Letras Português/Inglês na UTFPR (2008/2012), vivenciei o cotidiano da pesquisa ao realizar Iniciação Científica na linha que atualmente me vinculo. Nessa caminhada, dedicando-me à literatura, pela qual tenho apetência, passei a lançar um novo olhar sobre o objeto literário, que outrora não me saltava aos olhos: o mundo do trabalho. De meu conhecimento abundavam estudos literários que investigavam as questões de gênero, de abordagem racial/étnica, das representações da violência, do viés psicanalítico das personagens, banhados por teorias da pós-modernidade. Nesse sentido, uma investigação literária tendo como mote o mundo do trabalho, além de interessante, me pareceu inovadora, uma vez que as reflexões teóricas acerca dessa temática e da análise do discurso possibilitam uma leitura mais crítica do mundo e uma relação menos ingênua com a linguagem.

⁹ Aqui se adotará o uso da primeira pessoa por ser relato de experiência pessoal.

Entre leituras, reuniões e discussões do grupo de estudos tomei contato com pensadores que se debruçam sobre as atividades materiais da vida, como os que estão presente na fundamentação teórica dessa pesquisa, e com os que refletem sobre literatura e linguagem, como Bakhtin e o Círculo. É uma experiência rica no campo do saber, pois buscamos refletir sobre o mundo “ético”, da vida, e o “estético”, da cultura, sob o prisma do trabalho, e como ocorrem as representações literárias dessas dimensões, uma vez que esse olhar possibilita construir uma identidade ao trabalhador brasileiro na arte literária.

Investigamos na literatura diversos autores que tematizam sobre o mundo do trabalho em suas obras, uns de forma mais evidente, outros de maneira mais sutil, como Graciliano Ramos, Aluísio Azevedo, Carolina Maria de Jesus, Patrícia Galvão, Clarice Lispector, Luíz Ruffato, Roniwalter Jatobá e o autor em questão Oswaldo França Júnior.

Sobre este último, se faz presente em sua obra, de maneira quase palpável, as atividades produtivas do dia a dia, como bem exemplifica Lafetá (2004, p.251) “Mas a partir do segundo livro, e em quase todos os outros, o universo do trabalho vai ocupar um lugar decisivo: o brasileiro Jorge é definido antes de mais nada pela sua relação com ele”. Em razão da qualidade dos textos do escritor mineiro, da representação do ofício laboral cotidiano e da quase escassa bibliografia sobre o mundo do trabalho em suas obras é que julgamos ser uma excelente oportunidade de empreender uma dissertação sobre a obra *Jorge, um brasileiro*, e ampliar as pesquisas de nosso grupo.

Em consonância com a linha materialista do trabalho de onde parte essa pesquisa, em nossos estudos valemo-nos da teoria materialista da linguagem de Bakhtin e do Círculo, para analisar o universo discursivo na esfera literária. Concomitantemente em que é um teórico de viés marxista, que advoga que o signo linguístico parte da materialidade, da empiria dos embates do cotidiano, e que a formação do inconsciente humano relaciona-se com as classes sociais, Bakhtin preconiza uma orientação polêmica nas relações sociais, em uma eterna “agonística”. Nesse sentido, considera-se aqui que a orientação dialógica e a categoria da alteridade, tanto na vida quanto no processo de empreender pesquisa, propicia certa emancipação social, à medida que qualifica o semelhante como fundamental para a constituição subjetiva do ser, e aponta para uma pluralidade discursiva que rompe com pontos de vista monológicos e totalitários.

A compreensão dos enunciados integrais e das relações dialógicas entre eles é de índole inevitavelmente dialógica (inclusive a compreensão do pesquisador em ciências humanas); o entendedor (inclusive o pesquisador) se torna participante do diálogo ainda que seja em um nível especial (em função da tendência da interpretação e da pesquisa) (BAKHTIN, 2003, p.332).

O pesquisador é o próprio participante da pesquisa no processo de levantamento e análise dos dados. Amorim, (2001, p.124) assemelha a relação autor-personagem em um romance com a relação entre o pesquisador e seu objeto. Assim, a alteridade é condição prévia do processo de criação, e a posição exotópica do pesquisador conclui o ato criador. A partir de um horizonte epistemológico, toma-se o objeto literário como um grande enunciado, um discurso vivo, pleno de significações. Parte-se do pressuposto, portanto, de que não há neutralidade nos discursos, pois o texto, seja ele oral ou escrito, está sempre em diálogo com outros textos.

Tratando da pesquisa no plano do ético e do estético em Ciências Humanas, Sobral (2007, p.114-115) propõe levar em consideração três aspectos:

a) A relação entre os aspectos generalizáveis e os aspectos particulares do fenômeno, que constitui o plano do teórico propriamente dito; b) a relação entre as expectativas do pesquisador e a realidade do fenômeno, base da construção do objeto de que o pesquisador se ocupa, que constitui o plano do ético; c) o caráter de construção arquitetônica de toda a pesquisa, que envolve a criação de uma totalidade orgânica que permite à pesquisa ir além de uma construção mecânica e constituir-se em totalidade dotada de sentido, que constitui o plano do estético.

Quanto ao primeiro aspecto, que constitui o plano do teórico, faz-se necessário atender às especificidades do objeto, suas singularidades, para não cair no que Bakhtin denomina “teoreticismo”, o qual por si só é monológico. O pesquisador deve “deixar o objeto falar”, emergir, a fim de que se comprovem ou não as impressões iniciais que se tem do fenômeno, uma vez que a pesquisa vai se constituindo no seu ato de fazer.

Uma proposta de pesquisa, assegura Sobral, exige do pesquisador algumas impressões iniciais, mas também um certo desconhecimento, como, por exemplo, os “aspectos do objeto que não se dão imediatamente ao olhar” (p.115). Durante a leitura do romance *Jorge, um brasileiro*, e o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa

desta dissertação, a impressão inicial sobre a obra era de que o mundo do trabalho é bastante expressivo ali, pois a personagem central é um chofer de caminhão que narra, em primeira pessoa, sua trajetória de vida, a qual está imbricada com o seu trabalho, e com a rotina de outros personagens trabalhadores que o circundam. Além disso, segundo levantamento de Estado da Arte que se empreendeu, não havia um estudo aprofundado sobre esse romance, especialmente uma Análise Dialógica do Discurso no âmbito do universo do trabalho. É no ato de pesquisar, portanto, que o objeto vai se descortinando e se apresentando ao pesquisador que, por sua vez, precisa também ter um olhar apurado para perceber os elementos que a obra revela, ou, como diz Amorim (2001, p.133), as “vozes [do texto] serão tanto mais audíveis quanto o permita a memória discursiva do leitor”.

Acerca do segundo aspecto, que está estreitamente ligado ao primeiro, o pesquisador deve tentar assumir uma postura exotópica e também um proceder ético, caso se verifique durante a pesquisa a não adequação de determinado método e/ou arcabouço teórico. Se o objeto se revela durante o percurso da pesquisa, existe a possibilidade de certas hipóteses iniciais serem refutadas, o que também são dados importantes.

No plano estético, por sua vez, é o momento de “Compreender o objeto estético na sua singularidade e estrutura puramente artística” (BAKHTIN, 2010, p.22), conectado a outros discursos e às ideologias do cotidiano. É no plano do estético que se dará a produção do texto da pesquisa, um objeto singular, cuja arquitetônica é formada pela junção do teórico e do ético.

Acredita-se que essas considerações acerca da pesquisa em Ciências Humanas são deveras pertinentes, e neste trabalho tentar-se-á lançar um olhar semelhante para a obra, ciente de que, partindo de Bakhtin, ela não se fecha em uma única análise, mas está aberta a múltiplos olhares e interpretações. Inicialmente, apresenta-se a fundamentação teórica para o mundo do trabalho e para a linguagem e literatura, a fim de situar o leitor acerca do viés ideológico que parte a presente pesquisa. Na sequência, relata-se parte da vida de Oswaldo França Júnior, seguido do resumo interpretativo do romance em questão. Posteriormente, lança-se o desafio de realizar uma análise dialógica do discurso, buscando perceber certas regularidades que compõem a arquitetônica da obra e como as falas das personagens dialogam entre si e com outros textos, a fim de se construir sentidos sobre o trabalho no romance.

2. EMBASAMENTO TEÓRICO: DISCURSOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO

2.1 Marx e Engels: o trabalho como produção material da vida

“A busca do conhecimento e da verdade pelo pensamento humano partiu sempre da dicotomia entre sujeito e objeto”, afirma Sader (2007). Da diligência em compreender e explicitar essa problemática emergem várias tendências e correntes de pensamento, como a corrente empirista, a idealista, a racionalista e a materialista. Desta última, que considera a matéria como única substância, e os fenômenos como resultado de interações materiais, é que aflora a abordagem materialista-histórica de Marx.

A filosofia marxista é um dos mirantes adotados nesta dissertação como tentativa para a compreensão do universo laboral, uma vez que a entendemos como uma vanguarda que se consolida como uma potência de inovação em seu tempo e a partir dele. Não se defende aqui o materialismo histórico como ciência absoluta, mas sim como uma perspectiva para se analisar a sociedade, e também a possibilidade da transposição desse olhar para a literatura, no que tange ao mundo do trabalho. O debate marxista se manterá aceso enquanto vigir a venda da força laboral e os fundamentos do sistema de trabalho assalariado que ainda hoje predominam. Afirma Fernandes (2009, p.9) que:

Só seria possível negar as suas ideias [de Marx e Engels] se o capitalismo se tivesse tornado o avesso de si próprio, ou seja, se a mais valia relativa, a manipulação econômica, social e política do exército industrial de reserva, a concentração e a centralização do capital, as classes e a dominação de classes etc., tivessem desaparecido.

Marx foi um intelectual de grande erudição. Segundo Dobb (2003, p. 62) “Seus longos períodos de concentração só eram interrompidos por um eventual jogo de damas com um visitante, uma leitura dos clássicos gregos, na língua original, ou recitais familiares de textos de Shakespeare ou de Goethe”. Juntamente com Engels, seu amigo e parceiro intelectual, Marx analisou o sistema econômico de seu tempo sob a ótica da classe trabalhadora, a contrapelo dos mecanismos instituídos pelo mundo do capital. Perquiriu e modificou a forma de conceber a formação societal centrada na mercadoria. No conjunto de suas obras, no entanto, não há a

descrição ou um modelo sistemático de sociedade ideal a partir do processo de transição das sociedades assentadas na exploração.

Dialogando com a literatura, encontram-se algumas obras que abordam o ideal utópico, como os clássicos de More e Campanella, publicados em 1516 e 1623, respectivamente. Épcas antes dos socialistas do século XIX, a literatura já inspirava homens cujo anseio humano à libertação os levava à busca de alternativas que transcendessem a materialidade de seu tempo. A obra *Utopia* descreve a ilha homônima, que deveras surpreende o culto viajante Rafael Hitlodeu, por suas características assaz distintas da Europa ocidental. No modelo societal dessa ilha quimérica não há classes sociais, propriedade privada¹⁰, circulação monetária, indigentes ou mendigos, e tampouco indivíduos preocupados com o pão do dia seguinte. Seis horas por dia são consagradas ao trabalho, o qual é exercido com prazer, oito horas por noite dedicadas ao sono repositivo, e o restante do tempo à família, à cultura e ao lazer. Os cidadãos compartilham valores mútuos, como o respeito, a solidariedade e a virtude.

Instigado pela obra de More, o frei dominicano Campanella¹¹ traz à luz *A cidade do sol*, cuja sociedade retratada é assemelhada à Igreja do cristianismo primitivo. Segundo o diálogo do curioso grão-mestre e do almirante genovês, a cidade localiza-se em uma alta colina, e é regida por valores altaneiros da tradição cristã, como o amor, a justiça, a benevolência, a castidade e a liberdade. A autoridade suprema da povoação é uma entidade divina, a quem está submetido o temporal e o espiritual, e que governa segundo as leis da sapiência e do amor. Os habitantes da Cidade do sol possuíam tudo em comum, e o interesse coletivo transcende o individual. O trabalho diário era exercido no período de quatro horas, e o restante do tempo era dedicado ao lúdico e ao intelectual. “Possuem de tudo com fartura, desejando cada qual mostrar-se o primeiro no trabalho, que não fadiga e é útil” (CAMPANELLA, 2005, p. 46).

O ideário utópico pode ser concebido como um elo entre a estrutura material e a ideologia, imbricado com as interações sociais e a representação literária desse

¹⁰ Nas palavras de More: “Estou convencido, portanto, de que os recursos não podem ser distribuídos de modo igual e justo, que os negócios dos homens não podem ser geridos com equidade, se não for suprimida a propriedade privada. Enquanto essa subsistir, a parte mais numerosa e melhor da humanidade carregará um pesado e inevitável fardo de miséria e preocupação”. (MORE, Thomas. s/a. p.47).

¹¹ Tommaso Campanella escreveu *A cidade do sol* enquanto esteve preso. Em razão de sua oposição aos princípios aristotélicos que regiam a doutrina católica em sua época, o frei cumpriu pena de 27 anos.

ideal são vozes a reivindicar uma sociedade justa e emancipada, que dignifique a vida de seus membros, em razão do desencanto com a materialidade imediata. Essas obras têm seu mérito não apenas pela beleza estilística, mas porque têm a sua contribuição na História ao instigar o pensamento crítico, à medida que propõem que alternativas são necessárias a determinado modelo societal.

Marx, cujas proposições são de uma surpreendente atualidade, partiu do concreto, do material, mas também enriqueceu o seu discurso por meio da leitura de obras sobre outras configurações sociais, anteriores ao seu contexto imediato, estabelecendo, portanto, certas dialogias. Um profícuo estudo científico foi desenvolvido pelo teórico alemão, e sistematizado em *O capital*, explicando, de forma revolucionária para a época, a gênese do lucro capitalista. No seguinte trecho, Franz Mehring apresenta a elucidação dos economistas precedentes a Marx acerca da origem da riqueza, e os discursos de poder que visavam à manutenção do sistema hierárquico de exploração como algo justo e natural:

De onde brota a riqueza, qual é a fonte do lucro? Antes de Marx a resposta a esta questão seguia duas diferentes direções. Havia os que defendiam cientificamente que habitamos o melhor dos mundos. Homens como Schulze-Delitzch, que gozavam de prestígio e confiança nos meios de trabalhadores, explicavam a riqueza capitalista lançando mão de uma série de razões mais ou menos plausíveis e de astutas manipulações. Para uns, tudo resultava da alta sistemática dos preços das mercadorias, mediante a qual o empresário “indenizava” a si mesmo do capital generosamente “cedido” por ele à produção; para outros o lucro era a remuneração pelo “risco” que todo empresário corria; para outros, ainda, era o pagamento dos serviços prestados pelo empresário em sua “direção intelectual” da empresa, e por aí em diante. Como se vê, as diversas variantes dessas explicações tratam de apresentar a riqueza de alguns e a pobreza de outros como uma coisa justa e imutável. (MEHRING, 2003, p.34-35)

Segundo Mehring, o mundo material era concebido e explicado por meio de artifícios que justificavam as contradições sociais como algo legítimo, lícito e aceitável. Esses discursos circulavam e certamente tinham um público que os acatava. Todavia, no seio dessa hegemonia burguesa, havia vozes dissonantes dos mecanismos instituídos pelo mundo do capital, como as escolas socialistas¹²

¹² Alguns dos mais destacados socialistas utópicos: Conde de Saint-Simon (1760-1825), filósofo e economista francês, praticante da religiosidade cristã, de onde extraía princípios para analisar a economia de seu tempo; Charles Fourier (1772-1837), que defendia um comunismo libertário, questionando os valores familiares tradicionais em vigor, e fomentando discussões acerca da igualdade de gênero. Propôs a criação de falanstérios, os quais eram uma forma de cooperativismo

anteriores a Marx, as quais propunham variadas utopias políticas objetivando o fim da exploração e vislumbrando uma sociedade mais benevolente e igualitária. Essas vozes, assim como outras, são recuperadas por Marx, quando da produção dos seus escritos sobre a classe trabalhadora e o Capitalismo. Foi com a sua obra, contudo, a qual influenciou gerações, que se configurou um estudo mais sistemático da sociedade de mercado, visando a sua comutação pela via revolucionária.

O primeiro capítulo de *O capital* é crucial para se compreender como se processa a circulação da mercadoria na sociedade capitalista e como o dinheiro se converte em capital. A mercadoria engendra novo valor ao ser intercambiada no mercado e nesse valor está embutida a força de trabalho humana. O salário recebido pelo empregado está muito aquém do que o comprador da força de trabalho pode usufruir desse trabalhador, portanto, é por meio da mais-valia que o mercado capitalista e a ordem social se consolidam, e esse sistema vigora desde que a sociedade se constitui antagonicamente em classes.

As classes sociais não existem na natureza. O modo de produção capitalista, do qual se engendra a estratificação social, é uma configuração histórica em sua completude, isento de qualquer resquício de natureza espontânea. Há que se pensar, portanto, que existe uma divisão de trabalho que opõe dominantes e dominados, classe operária e capitalistas. A relação do modo de produção, segundo Marx, é uma relação de infra-estrutura, a qual estabelece, em parte, um modo de pensamento que se configura em ideologia. A luta de classes, portanto, advogada pelo teórico alemão como o motor da história, não se situa apenas no plano econômico, mas também no campo da ideologia, pois à medida que ocorre a transformação da produção material, a produção espiritual também se modifica. Obviamente que as produções da superestrutura também exercem determinações na base material, como é o caso da linguagem humana e dos discursos sociais.

O período transicional do mundo pré-capitalista feudal, para uma sociedade de mercado foi alvo de profundo estudo por Marx e Engels. Há farto material¹³ que

auto-suficiente; Robert Owen (1771-1858) que era oriundo de uma família abastada do País de Gales e deu origem a várias comunidades industriais auto gerenciadas. Defendia que as pessoas são produto de seu ambiente social, e se contrapunha ferrenhamente ao pensamento religioso.

¹³ Para citar algumas obras que abordam essa problemática e que contribuíram com essa pesquisa: MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: *O capital: crítica da economia política: Livro I*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Biotempo, 2013. WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. SANTIAGO, Theo (Org.). *Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica*. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2012. HILTON, Rodney (Org.). *A transição do feudalismo para o capitalismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

trata sobre esse processo de transição, o qual se deu em um período de tempo longo, após uma série de profundas transformações no modo de produção e nos meios de comunicação (MARX; ENGELS, 2010, p.26). Antes do advento do Capitalismo, a atividade econômica não era guiada pelos imperativos da acumulação e da competição e, como não havia separação entre os meios de produção e o produtor, não havia Capitalismo. Com o estabelecimento da grande indústria, “ficara para trás o mundo das corporações de ofício, das guildas e dos mestres aprendizes” (BENJAMIN, 2003, p.142).

Defende-se aqui, portanto, segundo orientação teórica desta pesquisa, que esse processo não se deu de forma espontânea ou instintiva, uma vez que sociedades com mercado existiram em toda a história escrita, mas que os trabalhadores foram separados dos meios de produção de forma coercitiva. De acordo com Mehring (2003, p.20), a grande massa da população foi separada da terra que cultivava, dos meios de vida e dos instrumentos de trabalho sob métodos violentos e cruéis. Ou, nas palavras de Marx: “A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como ‘primitiva’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”. (MARX, 2013, p.786). Dessa cisão surgem os trabalhadores livres, classe operária embrionária sem a qual o sistema capitalista não poderia efetuar-se.

Valendo-se de metáforas e alegorias¹⁴ ao longo de sua obra, e constantemente confabulando com o discurso religioso cristão, Marx compara a acumulação primitiva nas ciências econômicas ao papel do pecado na teologia, ou como a transgressão adentrou no mundo e causou a queda do homem, degenerando a raça humana. De forma semelhante, Serra (2003, p.16) sintetiza a trajetória econômica marxista, partindo do comunismo primitivo, seguido da ruptura entre o trabalhador e os meios de produção, em razão da emergência do Capitalismo, e o fim da história pelo nascimento de uma sociedade sem classes: “o primeiro momento corresponderá ao paraíso, a passagem ao segundo momento corresponde à queda, e a passagem ao terceiro momento corresponderá à salvação

¹⁴ As artes e a literatura faziam parte da vida do revolucionário alemão, mesmo ele sendo mais conhecido por suas obras de cunho político e econômico. Autor de versos líricos quando jovem, Marx produziu um manuscrito de fôlego não publicado sobre arte e religião, além de ter planejado um periódico de crítica teatral, um estudo completo sobre Balzac e um tratado de estética (EAGLETON, 2011).

que levará, mais cedo ou tarde, ao ‘reino dos céus’ (na terra)”. Esse diálogo intermitente com outros discursos é correntemente verificável na produção de Marx e Engels; o discurso deles se comunica com outros, respondendo-os e incorporando-os.

Um dos livros que possibilita leitura acerca desse período transicional, em que o comércio intensificava-se paulatinamente, é o clássico shakespeariano *O mercador de Veneza* (2013)¹⁵. O drama retrata uma parcela do cotidiano da Veneza do século XVI, e também o processo econômico dos mercadores, suas transações comerciais, seus auspícios e tragédias. O tipo de comércio realizado pelos negociantes venezianos, majoritariamente de artigos de luxo para um mercado restrito, voltava-se para a circulação de produtos e tinha um caráter não competitivo. Dialogando com a historiografia acerca do período, tem-se:

A vocação do grande mercador era a circulação, e não a produção. Mesmo quando um grande centro comercial como Florença, desenvolvia uma produção interna, somada a seu papel de servir à atividade mercantil externa, a lógica básica das transações econômicas não era essencialmente diferente. Continuava a se tratar de uma produção restrita para um mercado suntuário e de uma reciclagem da riqueza, ou lucro sobre a alienação, no processo de circulação, e não na criação de valor na produção e de apropriação da mais-valia à maneira capitalista. (WOOD, 2001, p.81)

A obra literária é uma leitura mediada do externo e, por mais plena de fatos históricos que seja, ela não deve ser compreendida como estatuto documental, mas como representação construída, arquitetada, ou seja, como mais um discurso engendrado no emaranhado de vozes sociais a compor a interpretação dos acontecidos. O fazer artístico, além de constituir-se como um bem simbólico, realiza intertextualidade com o tempo histórico e contribui para produção de sentidos. O *Mercador* se conecta ao seu contexto mais imediato, fala e narra sobre ele, sendo também uma fonte histórica. Além disso, situa-se no grupo daquelas obras que carregam intensos traços de universalidade, e trazem consigo questões existenciais que atravessam séculos, tendo muito que dizer nos dias de hoje. Acerca disso afirma Calvino (1993), que os clássicos são obras que nunca terminam de dizer

¹⁵ A peça teatral shakespeariana, publicada por volta de 1596, apresenta a contradição entre diferentes culturas na antiga Cidade-Estado Veneza, uma das mais abastadas da Itália do século XVI. De estética renascentista romântica e enredo tragicômico, a obra foi levada às telas do cinema em 2004, pelo diretor e roteirista Michael Radford, angariando sucesso de bilheteria.

aquilo que tinham para dizer, por isso reverberam aqui e ali também como fonte de compreensão da história.

No intuito de avivar a militância operária à formação da consciência e à organização da classe, Marx publica textos propedêuticos como *Trabalho assalariado e capital*¹⁶, *Salário, preço e lucro*¹⁷ e *Manifesto do partido comunista*, este último juntamente com Engels. Por meio do discurso articulado não apenas impresso, mas também oral, durante as conferências e palestras proferidas aos trabalhadores, os teóricos explicitavam os mecanismos de exploração do capital, a complexificação da sociedade de mercado, partindo sempre das bases materiais concretas da sociedade. A ideia do Manifesto de 1848, “permite explicar sociologicamente a formação e o desenvolvimento dos proletários como classe em si, e a que melhor coloca objetivamente as tarefas políticas das classes trabalhadoras na luta de classes” (FERNANDES, 2009, p.12). Nesse sentido, por meio da revolução, a classe trabalhadora lograria a verdadeira libertação do trabalho alienado e da exploração, rumo à construção de um novo modelo de produção e de sociedade.

O desenvolvimento das forças produtivas e o maniqueísmo entre opressores e oprimidos sempre se fez presente na história, como na Roma antiga, com os patrícios e plebeus, na era medieval, com os senhores e os servos, e, de forma mais agressiva e revolucionária, com a emergência da burguesia moderna.

Onde quer que tenha chegado ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais patriarcais, idílicas. Estilhaçou, sem piedade, os variegados laços feudais que subordinavam o homem a seus superiores naturais, e não deixou subsistir entre os homens outro laço senão o interesse nu e cru, senão o frio “dinheiro vivo”. (MARX; ENGELS, 2010, p.27)

O trabalho no modelo societal de mercado reifica o homem, reduz a atividade inerentemente humana ao mínimo possível, separando o indivíduo de sua característica ontológica primordial.

Retomando os discursos marxistas ontológicos sobre o trabalho, Engels

¹⁶ Publicado em 1849 em forma de artigos, *Trabalho assalariado e capital* é uma coletânea das conferências de Marx aos operários. Quarenta e dois anos após a publicação Engels escreve a apresentação dessa obra, enfatizando o compromisso de ambos com a classe trabalhadora.

¹⁷ *Salário, preço e lucro*, publicado em 1865, é o relatório de Marx lido nas reuniões do conselho geral da Primeira Internacional.

(1876), em um de seus textos mais famosos, afirma ser o trabalho em sua gênese “a constituição básica e fundamental de toda a vida humana” (...) “que o trabalho criou o próprio homem”. Engels defende a centralidade do trabalho na constituição do ser biológico em ser social, e que o trabalho configura-se como uma ruptura na metamorfose do indivíduo orgânico em ser humano, processo que evoca a tradição bíblica criacionista, quando o todo-poderoso soprou nas narinas de Adão o fôlego de vida, o qual a partir daí passou a ser “alma vivente”¹⁸, distinguindo-se das demais criaturas de Deus. A concepção ontológica originária de trabalho, defendida pelo materialismo histórico, confere a essa categoria o centro da vida e da consciência humana, a qual é produto da matéria, mas díspare dos fenômenos de ordem natural¹⁹.

Valendo-se do campo da biologia evolucionista, Engels apresenta o transcurso de determinado grupo de símios e o seu processo de transformação em ser social. Esses primeiros hominídeos criam ferramentas que os auxiliam a desenvolver as atividades mais simplificadas e, sequencialmente, a gradativa complexificação social. A mão do homem, “aperfeiçoada pelo trabalho durante centenas de milhares de anos” (ENGELS, 1876), possibilitou transformações no restante do corpo a partir da heterogeneidade das funções por ela desempenhadas e da necessidade de interação com os outros órgãos do corpo. Com o potencial desenvolvimento dessa ferramenta natural, foi possível ao homem aguçar sua capacidade de domínio e intervenção na natureza. Nas palavras de Engels (que não escondem a sua admiração pela arte), a elegante apresentação desse órgão:

Vemos, pois, que a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini. (ENGELS, 1876)

¹⁸ Gêneses 2:7 “Formou o Senhor Deus o homem do pó da terra, e soprou-lhe nas narinas o fôlego da vida, e o homem tornou-se alma vivente”. BÍBLIA SAGRADA: *Bíblia de Referência Thompson*: com versículos em cadeia temática. Trad.: João Ferreira de Almeida. São Paulo: Vida, 1996.

¹⁹ Para enfatizar que o Marxismo se contrapõe ao Idealismo, ou da identidade sujeito-objeto hegeliana. “Por mais que o objeto traga em si as marcas de seu criador (um quadro de Picasso, ou uma reprodução cultural típica de uma sociedade como o coliseu de Roma) objeto e sujeito serão sempre ontologicamente distintos” (LESSA, 1996, p. 27).

Outro elemento, que parte do trabalho, e que também possui papel fundamental na formação humana é a linguagem. “Primeiro o trabalho, e depois dele e com ele a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do símio foi-se transformando gradualmente em cérebro humano” (ENGELS, 1876). Com a vida dos homens em comum, demandava a necessidade de dizer algo, de comunicar. Decorre daí o amadurecimento da palavra articulada e o aperfeiçoamento dos órgãos e dos sentidos. Há um encadeamento de transformações que, a partir do trabalho, contribuem para constituição do humano. “Nada ocorre na natureza de forma isolada; cada fenômeno afeta a outro e é, por seu turno, influenciado por este”. (ENGELS, 1876).

Diferentemente dos animais, que modificam a natureza de forma involuntária, o homem exerce influência ao meio por sua capacidade teleológica, planejada e intencional. O indivíduo, ao tentar dominar a natureza para servir-se dela, realiza um processo de intercâmbio de modificações, pois também sofre o impacto de sua atividade no ambiente natural, uma vez que o homem não é criado isolado desse ambiente, mas sim, nas entranhas dele:

Só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho (ENGELS, 1876).

Ambos, Marx e Engels, legaram à posteridade não apenas registros escritos, mas discursos poderosos a serem sorvidos e absorvidos pelos sujeitos da *práxis* como instrumento de transformação. Nos tópicos seguintes apresentar-se-ão alguns autores subsequentes aos cientistas sociais alemães, que fizeram e fazem um refinamento constante dos métodos marxistas, dos quais se valem para realizar leitura histórica de seu tempo acerca do mundo do trabalho.

2.2 O trabalho ontológico

A partir da linhagem teórica aberta por Marx, Georg Lukács propõe-se a uma ambiciosa empreitada em sua vida madura, que o diferenciara, em termos de concepção teórica, de sua célebre obra “História e consciência de classe” (1923), a qual concentra traços hegelianos. Propõe-se a desenvolver um horizonte filosófico sobre a emancipação humana, cujo fruto se materializa nas “Ontologias”,²⁰ obras gestadas com louvor e inacabadas devido à morte do autor, em 1971, aos 86 anos.

Especialmente em “Para uma ontologia do ser social II”, considerada por muitos pensadores como uma virada no Marxismo, o filósofo húngaro discorre sobre os aspectos ontológicos do trabalho que deram origem ao ser social. A razão de investigação de tal amplitude, que também instiga muitos pesquisadores da obra lukacsiana é sugerida por Lessa (1996, p.8-9), “porque a derrota das tentativas revolucionárias para superar o capital é de tal monta que gera a ilusão da impossibilidade de os homens construírem conscientemente sua história”. Essa proposição vai ao encontro da militância de Wood (2001), cujo intento é desconstruir a visão liberal clássica de que o Capitalismo é a condição natural da humanidade, que se harmoniza com as leis da natureza e com as inclinações humanas fundamentais.

Todavia, para Lukács, essa desconstrução só é possível por meio da mais profunda investigação acerca do que é o ser humano, cujo elemento “trabalho” é um dos complexos categoriais decisivos do ser social²¹. Superando toda uma escola descentralizadora do trabalho, conhecida pelas teses do “fim do trabalho”, que tem em Hartmann um dos principais expoentes, Lukács parte do caráter genuinamente ontológico do trabalho enquanto protoforma, isto é, modelo originário de toda *práxis* social, e isso o diferencia radicalmente de todo modelo de estética idealista.

É mister ressaltar que ao explicitar o processo ontológico e o surgimento do homem social, Lukács trata filosoficamente do trabalho enquanto valor de uso, enquanto produtor de objetos úteis, que é a sua forma inicial, anterior às sociedades de classe. Assim, qualifica três esferas: a inorgânica, a biológica e o ser social, este

²⁰ Obras: *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*, designada pequena ontologia; *Para uma ontologia do ser social*, designada grande ontologia; *Para uma ontologia do ser social II*.

²¹ Outros complexos categoriais são: a reprodução, o momento ideal, a ideologia e o estranhamento. Esta dissertação, todavia, irá se limitar ao aspecto do trabalho.

último se singulariza pela produção de formas materiais diferenciadas, por meio da modificação do ambiente, conscientemente. Embora apresentem características díspares, as três esferas estão articuladas, pois somente em interação com a natureza, biológica e inorgânica, é possível o desenvolvimento do ser social.

Esse processo de transição ontológica do ser biológico em ser social, se dá por meio do que o autor denomina “salto”, o qual é um momento de ruptura com a continuidade linear biológica. É em meio à luta pela sobrevivência que surge o trabalho, e do trabalho irrompe a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho: “Porém, a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produtos de sua autoatividade”. (LUKÁCS, 2013, p.43). Logo, é por meio do trabalho na sua sociabilidade que se dá o devir-humano, como um conjunto de “pores teleológicos” que forma a consciência de um grupo social.

A objetivação do trabalho ocorre por meio do pôr teleológico, ou seja, da “prévia-ideação”, do momento de planejamento que antecede e dirige a ação. O pôr teleológico apresenta um caráter fundamental na determinação da *práxis* social, uma vez que pela sua materialidade e pela objetivação da ação tem poder de alterar a realidade. O processo teleológico, todavia, ocorre somente no “mundo dos homens” e por meio do trabalho, diferentemente da concepção dos filósofos idealistas que elevavam a teleologia à “categoria cosmológica universal”, o que oferece margem a uma consciência divina, transcendental, e corporificada, na maioria das vezes, na religião. Essa concepção transcendente, a qual Lukács denomina *Intentio Obliqua*²², caracteriza-se pelo impulso de criação de ontologias fantásticas, imaginárias, cuja explicação para os acontecimentos materiais se dá de maneira metafísica, extranatural ou pela “vontade dos deuses”.

Para corroborar sua contraposição ao idealismo, calcada na materialidade, Lukács, ciente da riqueza dos discursos do universo da literatura, apresenta um breve exemplo da clássica tragédia grega *Prometeu acorrentado*, de Ésquilo, o que não se pode deixar de enfatizar, uma vez que esta dissertação trabalha com o elemento literário. A temática prometeica centra-se na transgressão das leis divinas pelo titã Prometeu em benefício do efêmero, isto é, da humanidade. Prometeu entrega o fogo aos homens, realizando tal benfeitoria que possibilita rapidamente o

²² As expressões *Intentio recta* e *Intentio obliqua*, nas “Ontologias”, são originalmente de Hartmann, porém foram adotados e adaptados pelo filósofo húngaro.

progresso da humanidade. Pela técnica (fogo) e pelos deuses, o homem torna-se um ser emancipado. Aqui surge uma visão dicotômica: a de gratidão da humanidade sobre o titã filantropo, e a de Hefesto, deus do fogo, que o considerou um traidor. É a dialogia entre o mundo dos deuses e o mundo dos humanos; o que acontece na esfera cósmica impacta a *práxis* terrena, reciprocamente.

Ampliando o campo de exemplos e situando o elemento transcendente na contemporaneidade, não se pode deixar de citar os discursos bíblicos, que são textos basilares da civilização ocidental e ainda hoje apresentam forte impacto na sociedade. A articulação hierárquica entre o divino e o humano permeia os 66²³ livros do texto sagrado, seguido de suas consequências no caso de insubordinação ao criador: “Assim diz o Senhor: ‘Maldito é o homem que confia nos homens, que faz da humanidade mortal a sua força, mas cujo coração se afasta do Senhor’” (Jeremias 17:5); e ainda “Confie no Senhor de todo o seu coração e não se apoie em seu próprio entendimento” (Provérbios 3:5).

Essas advertências do plano ideal para o material vão de encontro à concepção material de que o homem, por meio de seu trabalho, produz a si mesmo; de que é pelo trabalho que a consciência se objetiva. Esses discursos mágicos criam uma consciência *Intentio obliqua* para a divindade, a partir de uma *antropomorfização* do ser, e o homem passa a se considerar como um produto a serviço de um ser ubíquo, no caso da tradição cristã, do Senhor. É nas tensões sociais da esfera pragmática que se dá o embate da consciência de si, do elemento humano, pela consciência do outro, mesmo que este outro esteja situado na *intentio obliqua*, o que muitas vezes dificulta que o sujeito se abra para novas construções discursivas.

Além do trabalho, outro aspecto fundamental a se destacar no pensamento de Lukács, e que deriva diretamente da atividade laboral é a linguagem. Tal é a sua importância que Lukács a caracteriza também como um “salto” na humanização do ser biológico:

²³ A edição bíblica anterior ao Concílio de Trento, 1546 d.C., possuía 66 livros, sendo 39 do Antigo Testamento e 27 do Novo Testamento, permanecendo assim ainda na atualidade. Já nas bíblias da edição da Igreja Romana há a presença de 73 livros, sendo 46 do Antigo Testamento e 27 do Novo Testamento. A partir do Concílio de 1546, a Igreja Católica acrescentou 7 livros apócrifos, isto é, não canônicos. Os protestantes geralmente aceitam os apócrifos como possuindo material de valor literário e histórico, mas rejeitam a sua canonicidade (GILBERTO, 1986).

Como ocorre com o trabalho, também com a linguagem se consumou um salto do ser natural para o social; também aqui esse salto é um processo lento, cujos primeiros começos permanecerão desconhecidos para sempre, ao passo que, com a ajuda do desenvolvimento das ferramentas, podemos estudar e, dentro de certos limites, abarcar em seu conjunto a orientação de desenvolvimento, com um conhecimento *post festum*. (Lukács, 2013, p.128)

Essas duas categorias, trabalho e linguagem, não podem ser compreendidas isoladamente, pois estão imbricadas como formas ulteriores do desenvolvimento do ser social, isto é, o devir-humano. Por meio da consciente execução material do pôr teleológico e da relação sujeito-objeto, ocorre a expressão dos fenômenos da realidade, que se realizam na linguagem. Mesmo o trabalho sendo preponderante sobre ela, na *práxis* ocorre uma relação recíproca: o trabalho influi sobre a linguagem e esta sobre o trabalho. O homem não apenas exerce o trabalho no campo empírico, mas, também, discursa sobre ele. E esses discursos se tornam atos, à medida que a partir deles elaboram-se leis, criam-se instituições, regulamentos, incidindo e modificando hábitos, comportamentos, espaços, etc.

Além disso, é por meio dela que o sujeito é distanciado do objeto: “O pôr simultâneo do sujeito e do objeto, mediante a linguagem, no trabalho e igualmente decorrendo deste, distancia o sujeito do objeto, e vice-versa, o objeto concreto do seu conceito”. (LUKÁCS, 2013, p.127-128). Esse distanciamento possibilita que o objeto seja comunicável, referido, dando origem à criação de conceitos que se tornam comuns em uma sociedade²⁴.

2.3 A utopia concreta do tempo liberado

Partindo de uma concepção de sociedade dual, o filósofo austro-francês André Gorz defende que o trabalho não desempenha mais o papel hegemônico na sociedade hierárquica, e tampouco que o operariado, outrora sujeito da história, irá

²⁴ Cabe ressaltar que o fato de a linguagem possibilitar que pelo distanciamento o objeto seja comunicado e surja a criação de conceitos comuns em dada sociedade, não isenta que entre sujeito e objeto haja inúmeras intermediações. Pelo contrário, não há a possibilidade de apreensão do objeto puro, ele é sempre mediado, referenciado, discursivizado.

liderar a revolução social. Em vista da crise do Marxismo e da despolitização do operariado enquanto classe, Gorz advoga que a busca pela emancipação humana na esfera da autonomia só poderá se efetivar a partir da redução do tempo de trabalho, propositura que qualifica de “utopia concreta”. A seguir, um breve histórico da concepção dualista de modelo societal.

Nas sociedades pré-modernas, o trabalho necessário à subsistência, aquele realizado penosamente com o suor do rosto, jamais fora fator de integração social, mas sim de exclusão. Quem o exercia era desmerecido dentre os demais, excluído da cidadania, porque trabalhar fazia parte do reino da necessidade (esfera da heteronomia), e não do reino da liberdade (esfera da autonomia). Neste último, viviam somente aqueles cujas mentes eram capazes de elevação de espírito, os cidadãos.

Já na segunda concepção societal, com o advento da industrialização, o trabalho com finalidade econômica torna-se dominante e o operário tem a sua força de trabalho intensificada, mas à custa de muita resistência, pois, em período antecedente à lógica da racionalização econômica, as pessoas trabalhavam o suficiente para cobrir suas necessidades vitais, e o ganho suplementar não as atraía tanto quanto a redução de sua jornada laboral (GORZ, 2003, p.111).

Para intensificar o tempo de trabalho e aumentar o lucro, os industriais diminuem os salários, medida que obriga as pessoas a labutar compulsoriamente para viver quase que nos limites da subsistência. Consolida-se, então, a sociedade do trabalho, a qual eleva a categoria laborativa, via discursos apologéticos para dissimular a exploração, ao patamar de dever moral, de obrigação social e também como caminho para o sucesso profissional. Disso decorre que a linguagem, ou seja, os discursos sociais abonadores do objeto trabalho tomam força e criam uma positividade para algo estranhado, alienado e estafante.

Com o aumento da produção, do consumo e da racionalização há uma cisão entre mundo de trabalho e vida pessoal. O mercado fornece “consumos compensatórios” aos trabalhadores afastando-os da esfera coletiva e encarcerando-os à esfera privada. A socialização dos indivíduos pauta-se pela lógica do consumismo e o pensamento racional econômico passa a entronizar-se no cognitivo humano, fortalecendo essa cisão e determinando suas ações. Os laços afetivos convertem-se em relações reificadas e monetarizadas, impedindo a autocrítica do homem; o pensar transmuta-se em “razão cognitivo-instrumental” e o indivíduo

converte-se em um “parafuso dispensável numa sociedade técnica”, segundo a metáfora de Clarice Lispector (1998), para qualificar a descartabilidade do sujeito na modernidade.

Essa conjuntura é a materialização do discurso da flexibilidade de que fala Sennet (1999) que, sob a roupagem da promoção de mais liberdade ao indivíduo, por abster parte da burocracia, inculca novos padrões de valor e controle muitas vezes subjetivos, o que repercute, por exemplo, no caráter. “Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos?” (SENNET, 1999, p.27). Por meio de metáforas e eufemismos para se referir ao velho e surrado sistema capitalista de exploração, no “capitalismo flexível” ou no “sistema de livre empresa”, o indivíduo não é mais cidadão, mas adquire o “estatuto” de consumidor. O trabalho torna-se superficial e os laços identitários são rompidos, o que suscita um impacto no caráter social do indivíduo e um embrutecimento do espírito. É o retorno da parábola do “vinho novo em odres velhos”.

Consolidada a ideologia do trabalho, ela pauta-se no seguinte tripé (GORZ, 2003, p.211):

- Quanto mais cada um trabalha, melhor vivem todos;
- Aqueles que trabalham pouco ou aqueles que não trabalham, prejudicam a coletividade e não merecem ser seus membros;
- Quem trabalha como deve é socialmente um vencedor, e quem não obtém sucesso é responsável por seu insucesso.

Em vista dessas problemáticas, em que até as atividades sem fim mercantil são assujeitadas à lógica do rendimento, como o trabalho doméstico familiar²⁵, Gorz não se isenta do debate a respeito da proposta de uma sociedade porvindoura. Propõe a passagem de um coletivo produtivista para uma sociedade do tempo liberado, a qual ele adjetiva como “utopia concreta”, em que o cultural e o social predominam sobre o econômico.

A redenção do homem pelo trabalho esvaiu-se, segundo Gorz, e o tempo

²⁵ Gorz faz severa crítica a certo grupo de militância feminista que defende que o trabalho doméstico deve ser remunerado. Argumenta o autor que essa visão transforma o trabalho familiar em “emprego doméstico”, e o assimila a um trabalho útil à sociedade, sendo que o seu objetivo é o bem estar dos membros da esfera privada. “Confundir o aperfeiçoamento das pessoas com sua utilidade social tem origem em uma concepção totalitária da sociedade, na qual não há lugar para a singularidade e para a unicidade de cada pessoa, nem para a especificidade da esfera privada” (GORZ, 2003, p.214).

liberado é a via que o autor aponta para dar algum sentido à revolução tecnológica vigente:

Para salvaguardar aquilo que era próprio ao conteúdo ético da utopia socialista, uma nova utopia é hoje necessária: aquela da sociedade do tempo liberado. A emancipação dos indivíduos, seu livre desenvolvimento, a recomposição da sociedade, passam pela liberação do trabalho. É graças à redução da duração do trabalho que podem adquirir uma nova segurança, um recuo com relação às “necessidades da vida” e uma autonomia existencial que os levarão a exigir sua crescente autonomia no trabalho, o controle político de suas finalidades, um espaço social no qual possam desenvolver as atividades voluntárias e auto-organizadas. (GORZ, 2003, p.105)

Por estabelecer o surgimento de uma nova lógica social, não mais normatizada pelo universo da produção, o pensador é referido por alguns como apóstata do Marxismo. Em vista da nova divisão internacional do trabalho, de economia globalizada, “emerge a discussão sobre a possibilidade de o trabalho ainda ser central na vida das pessoas como uma categoria que possibilite a compreensão da sociedade”²⁶. Porém, que trabalho é esse que perdeu seu posto de categoria explicativa das relações sociais? Certamente que não o ontológico, mas o trabalho ganha-pão. Nas palavras do autor:

O trabalho, em seu sentido antropológico, jamais desaparecerá enquanto a humanidade existir. Todas as sociedades fundaram-se no trabalho em seu sentido antropológico (*Arbeit*), no trabalho como realização e tendência da natureza, através da atividade do ser humano. (...) Não falo em “fim do trabalho” no sentido propriamente ontológico, mas, sim, no fim do trabalho fordista.²⁷

Esse posicionamento não retira em hipótese alguma o seu lugar no debate, pelo contrário, encontram-se em seus pressupostos argumentos consideráveis para compreender a sociedade moderna, não apenas no campo teórico, mas em uma dimensão prática, pois, ainda que pelo viés pessimista, a complexidade do mundo

²⁶ Entrevista de André Gorz, concedida à *Revista Lugar Comum*, editada pela Pós-graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, número 5-6, maio-dezembro de 1998, p. 179-189. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-anteriores/9674-o-fim-do-trabalho-assalariado-uma-entrevista-de-andre-gorz>. Acesso em: 06 de agosto de 2014.

²⁷ *Ibidem*.

do trabalho, enquanto um fenômeno social, cultural e econômico, nas condições do capitalismo global, ainda suscita inúmeras investigações.

Com as metamorfoses nas relações sociais e nas relações de produção mudou-se totalmente a natureza do trabalho e do capital. Gorz não advoga o fim do trabalho em sua categoria ontológica, filosófica, de transformação do meio ambiente, da produção de materiais com o uso das mãos e da mente, em seu pôr teleológico, o qual sempre existiu e há de existir enquanto houver humanidade. Gorz vai contra a perpetuidade da sociedade laboral de cunho fordista, burocratizada e rotinizada: “o trabalho organizado socialmente será sistematicamente extinto, sem que o espaço de tempo livre, que surge através da eliminação do trabalho possa ser apropriado por aqueles que trabalham”²⁸. Considera-se, portanto, que:

Gorz não abandonou completamente a teoria marxista, uma vez que suas teses de busca da emancipação humana ainda estão centradas nos trabalhadores. Só seria possível outra sociedade pautada no alcance da autodeterminação pelo indivíduo, se a sociedade como a conhecemos, centrada no trabalho, deixar de o ser a partir da liberação do tempo de trabalho (AZEVEDO, 2012, p.123).

No interior do processo produtivo moderno, segundo Gorz, o fator mais importante é o saber, o conhecimento, a riqueza de ideias, os quais se concentram no capital humano e não é suscetível de apropriação privada. O que o autor almeja é a libertação intelectual da ideia de que para além do trabalho não haverá sociedade. Imagina-se aqui que esses discursos críticos sobre o trabalho têm um peso bastante grande no sentido de libertar o trabalhador da função laboral ausente de sentido; daí a importância de estudá-los e analisá-los.

2.4 “O homem unidimensional”

Em 1964, nas entranhas do conflito mundial bipartidário provocado pela Guerra Fria (1945-1991), o filósofo alemão Herbert Marcuse publica aquela que seria uma das obras de maior influência do pensamento de esquerda nos anos 60, e que também inspirará este trabalho: *A ideologia da sociedade industrial: o homem*

²⁸ Ibidem.

unidimensional. Retomando questões abordadas em seus artigos anteriores, como a possibilidade de uma revolução dentro do Capitalismo de estágio consolidado, a obra realiza uma dura crítica às novas estratégias de dominação vigentes nas sociedades industriais avançadas, cujo predomínio da racionalidade tecnológica impera sobre o individual.

A sociedade industrial em questão caracteriza-se, ao mesmo tempo, pela produção e destruição em grande escala, promovendo “falsas necessidades” como forma de controle, que integram o indivíduo no sistema de produção e de consumo: “Os produtos doutrina e manipulam; promovem uma falsa consciência que é imune à sua falsidade. (...). Surge assim um padrão de pensamento e comportamento unidimensionais” (MARCUSE, 1973, p. 32). O desenvolvimento técnico no estágio contemporâneo esvaziou em parte a teoria crítica marxista, fazendo com que indivíduo, classe, família percam a sua capacidade de problematizar e integrem-se cada vez mais no seio da sociedade industrial. O universo da comunicação e da cultura apenas reproduz a ideologia dessa sociedade acarretando com que toda crítica e oposição sejam eliminadas. Emerge, então, o “homem unidimensional”, cuja consciência está submetida à padronização da racionalidade técnica.

A “mecânica do conformismo” nega qualquer tipo de manifestação individual revolucionária no interior da sociedade plastificada e unidimensionalizada, pois, diante da satisfação das suas próprias necessidades, o homem deixa de contestar o sistema exacerbado de incentivo ao consumo. Ser bem-sucedido significa adaptar-se ao aparato, ou seja, às instituições, dispositivos e organizações da sociedade industrial. Não há lugar para a autonomia humana, para independência de pensamento, nem para o direito de oposição, assevera Marcuse. Quanto mais a tecnologia cria as condições para a pacificação, mais as mentes e os corpos dos homens são organizados contra essa alternativa: “Uma sociedade em que o aparato técnico produtivo tende a tornar-se totalitário no quanto determina não apenas as oscilações, habilidades e atitudes socialmente necessárias, mas também as necessidades e aspirações individuais”. (MARCUSE, 1973, p.18).

Os avanços científicos e tecnológicos, nos moldes criticados por Marcuse, camuflam o aspecto totalizador dessa sociedade; o homem se encontra objetivamente em um mundo sem oposição, cujo aspecto mais paradoxal é “o caráter racional de sua irracionalidade” (MARCUSE, 1982, p. 29). Nessa organização societal tudo está padronizado, uniformizado, perfeitamente integrado

segundo normas comuns. A organização tecnológica, portanto, inviabiliza a coletivização dos sujeitos em direção a uma práxis transformadora.

Esse cenário traz à tona a reflexão foucaultiana acerca da “vigilância panóptica”, mecanismo material e ideológico tentacular cujo objetivo, além de vigiar, é adestrar o indivíduo não apenas em seu corpo físico, mas adequá-lo docilmente ao ordenamento da sociedade, sem a necessidade de recorrer à força física. O sujeito passa a se “autorregular” em sua conduta e em seus pensamentos. Esse poder onipresente ramifica-se para a subjetividade humana; outrora era o suplício do corpo que ditava as regras, já na sociedade unidimensional é, sobretudo, o aprisionamento da mente. O indivíduo só tem permissão para movimentar-se dentro dos muros da sociedade instituída, e desde que não se atreva a alterar o *status quo*. Encontra-se preso em uma teia de relações de poderes que reprimem, interditam, dominam, delimitam, definem gostos, constroem saberes. Isso favorece uma certa ilusão de liberdade que extrai qualquer raiz de pensamento crítico e torna supérflua a luta por um modelo de sociedade melhor.

Marcuse faz duras críticas à linguística, sobretudo a Wittgenstein, cuja obra, segundo ele, retira a linguagem da vida, do embate, do conflito, desenvolvendo uma “linguística terapêutica”, confinada ao estudo da linguagem meramente cotidiana e pragmática. Advoga o autor, como saída possível, encarar a linguagem como um campo de luta, de poder.

O universo literário também carrega “reflexões e refrações” dessas realidades apontadas por Marcuse, como nos clássicos de Huxley (2009) e Orwell (1996). Ambas as obras concentram reflexões acerca das liberdades individuais e dos limites do autoritarismo de Estado. Publicado em 1932, o novo e admirável mundo era calcado no cientificismo sobre humano, em que os indivíduos são genética e psicologicamente condicionados a viver harmonicamente com as leis e regras da sociedade hierárquica em que se inserem. Homens e mulheres perambulam automaticamente com a “consciência feliz”²⁹, alheios a qualquer valor transcendental, como a moral ou a religião, e sem qualquer temor de violência, uma vez que o risco de revolta ou contestação era mínimo.

²⁹ Segundo Marcuse, é a crença em que o real seja racional. A consciência feliz repele a conexão dos fatos: “o resultado é a atrofia dos órgãos mentais, impedindo-os de perceber as contradições e alternativas e, na última dimensão restante da racionalidade tecnológica, prevalece a consciência feliz (Marcuse, 1973, p. 96)

Já a distopia orwelliana narra o cotidiano de um regime totalitário, que submete e controla a sociedade sob a onipresença inquisidora do Grande Irmão. Sob o império da indústria do medo, a História é recontada a cada dia, verdades e mentiras são criadas e suprimidas ao bel-prazer da cabeça dominante mascarada pelo Grande Irmão. Manipula-se a linguagem por meio da *novilíngua*, a qual impede que o discurso mental, ou o *pôr teleológico* se objetive segundo a volição individual. Manipula-se a subjetividade humana por meio do duplipensar, aceitação incondicional de contradições mesmo havendo óbvios conflitos (hipocrisia), como o lema de Partido único: Guerra é paz; Liberdade é escravidão; ignorância é força.

Já alertava Foucault (2010, p.10) que “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. A significação da linguagem é tal que, ao se materializar, ela tem o poder de criar, recriar e suprimir realidades. Enfim, *1984* e *Admirável mundo novo* são obras riquíssimas que oferecem ilimitadas possibilidades de análise, tanto a centralidade da linguagem quanto do poder do mundo tecnológico e seu impacto na humanidade.

O progressivo desenvolvimento da racionalidade tecnológica está liquidando os elementos de oposição da “cultura superior”, segundo Marcuse. O mundo da literatura, a tradição artística, as palavras simbólicas, os mitos, todos esses elementos perdem o seu valor ao estarem subjugados ao *status quo*. “A música da alma é também a música da arte de vender. O que importa é o valor de troca e não o de verdade”. (MARCUSE, 1973, p.70). E esse extirpar do clássico na atualidade não se dá pela negação dos valores culturais, pelo contrário, por sua incorporação na ordem estabelecida e pela sua reprodução e exibição em escala maciça, submetendo todos esses valores à forma de mercadoria comum. Com saudosismo poético, verifica-se no seguinte excerto o impacto que a racionalidade técnico-científica exerceu sobre a humanidade e sua produção material e cultural:

Indubitavelmente, o mundo de seus predecessores era um mundo atrasado, pré-tecnológico, um mundo com boa noção da desigualdade e da labuta, no qual o trabalho ainda era infortúnio pré-determinado; mas um mundo no qual o homem e a natureza ainda não estavam organizados como coisas e instrumentos. Com o seu código de formas e maneiras, com o estilo e o vocabulário de sua literatura e filosofia, essa cultura passada expressava o ritmo e o conteúdo de um universo do qual vales e florestas, vilas e hospedarias, nobres e vilões, salões e cortes eram parte da realidade viva.

Na prosa e no verso dessa cultura pré-tecnológica, está o ritmo dos que perambulam ou passeiam em carruagens, que tem o tempo e o prazer de pensar, contemplar, sentir e narrar. (MARCUSE, 1973, p.72)

Esse passado saudado encontra-se em polo oposto à sociedade de consumo, na qual o próprio indivíduo configura-se como um produto. É preciso resgatar a serenidade, o prazer de pensar e contemplar que está presente na arte e na vida dos tempos pré-tecnológicos. Aqui ecoa a voz de Heidegger (2000) ³⁰ a reivindicar o *pensamento reflexivo* em detrimento do *pensamento que calcula*. A capacidade de meditar está em falta em vista da emergência do pensamento calculístico, o qual, por si só, é isento de reflexão. A única saída, segundo Marcuse, é a *grande recusa*, isto é, a recusa absoluta do sistema de vida estabelecido, a qual já se encontra em andamento por meio dos excluídos do processo democrático, como se vê:

Dos párias e estranhos, dos explorados e perseguidos de outras raças e de outras cores, os desempregados e os não-empregáveis. Eles existem fora do processo democrático; sua existência é a mais imediata e a mais real necessidade de pôr fim às condições e instituições intoleráveis. Assim, a sua oposição é revolucionária, mesmo que a sua consciência não o seja (MARCUSE, 1973, p.235).

Esses indivíduos são o sujeito da história para o autor, visto que o cidadão crítico foi instrumentalizado pela técnica, tornando-se “fermento da coesão social”. À semelhança do protagonista Winston, de *1984*, que enxergava nos proles³¹ a única esperança de redenção, Marcuse advoga que os setores marginalizados da sociedade, o lumpemproletariado, possui capacidade revolucionária, mesmo que os próprios não tenham ciência disso. É a classe mais explorada, que irá travar o embate armagedônico contra o máximo desenvolvimento técnico da sociedade unidimensional, rumo ao processo de emancipação humana.

³⁰ Segundo Heidegger (2000, p.13), “O pensamento que calcula corre de oportunidade em oportunidade. O pensamento que calcula nunca para, nunca chega a meditar. O pensamento que calcula não é um pensamento que medita (*in besinnliches Denken*), não é um pensamento que reflete (*nachdenkt*) sobre o sentido que reina em tudo o que existe”.

³¹ Na obra *1984*, o termo “prole” caracteriza a classe proletária, em sua grande maioria ignorante e miserável, que vivia na periferia do Partido Único e não tinham consciência do próprio potencial de transformação social.

2.5 A “classe-que-vive-do-trabalho”

Por meio da releitura dos conceitos de Marx, a obra do sociólogo Ricardo Antunes centra-se na crítica às metamorfoses do modelo produtivo contemporâneo, o qual está bem distante de seu estágio originário. Trouxemo-lo ao debate porque, além de ser um pesquisador brasileiro do mundo do trabalho moderno, Antunes realiza um significativo contraponto à perda da categoria nuclear do trabalho, pleiteada por alguns teóricos, dentre eles, Gorz, e defende a centralidade laboral no proletariado hodierno, o qual denomina “classe-que-vive-do-trabalho”.

Em *Os sentidos do trabalho*, Antunes discute as metamorfoses no processo de constituição do Capitalismo contemporâneo e seus impactos imediatos sobre a classe trabalhadora. Com a crise estrutural do capital, após um período de acumulação de riquezas, houve um processo de reestruturação do sistema produtivo, cujo pano de fundo era resgatar a hegemonia do capital. Essa transformação causou impactos profundos no universo do trabalho. A possibilidade que emerge após o esgotamento do sistema produtivo fordismo-taylorismo³², que vigorou na grande indústria durante considerável parcela do século XX, é o modelo *toyotista*³³ de produção, o qual estava sendo gestado desde meados da década de 1940. Em linhas gerais, esse novo modelo é caracterizado pelo princípio *just in time* (melhor aproveitamento do tempo), método *kanban* (estoques mínimos), CCQs (Círculo de controle de qualidade), produção heterogênea e vinculada à demanda, operariado multifuncional e integrado à equipe.

Além das mudanças no projeto estrutural das fábricas, o modelo japonês apela para a categoria ideológica, entronizando o individualismo nas relações e reafirmando o modelo da especialização flexível³⁴ em detrimento das formas coletivas e sociais. Com a intensificação do *toyotismo* a partir dos anos de 1970, aflora um intenso processo de luta de classes no terreno da ideologia, por meio da

³² Movimento da Gerência Científica iniciado por Frederick Taylor (as formas de gerência preexistentes ao taylorismo eram designadas por Taylor de “Gerência Comum”): “A gerência científica, como é chamada, significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão. (...) Investiga não o trabalho em geral, mas a adaptação do trabalho às necessidades do capital” (Braverman, 1987).

³³ O modelo japonês *toyotista* foi criado na fábrica da Toyota pelo engenheiro Ohno, pós 1945. Intensificou-se no final dos anos 70, após uma década de redução da produtividade no ocidente (Antunes, 2009, p.57).

³⁴ Comentou-se acerca desse modelo no Capítulo sobre Gorz, onde houve referência à Sennet.

captura da subjetividade³⁵ do trabalhador (ALVES, 2007, p.185). O operário passa a ser revestido de adjetivos e eufemismos, como “qualificado”, “colaborador”, “participativo” e “polivalente”.

Esse novo modelo intensifica em ritmo produtivo algumas das tendências pré-existentes e difere dos anteriores especialmente no plano do abstrato, do intangível: “Na verdade, a “captura da subjetividade levada à cabo pelo toyotismo pressupõe um complexo de inovação sócio-metabólicas que, por um lado, estende a produção (e o discurso do produtivismo do capital) para a totalidade social e, por outro lado, reduz a vida social a lógica neoprodutivista do toyotismo (ALVES, 2007, p.189).

Na era da acumulação flexível, os ditames da empresa enxuta, a qual se baseia em altos índices de produtividade, valendo-se de menor contingente de força de trabalho, impacta diretamente não só na qualidade dos produtos, os quais têm a durabilidade comprometida em razão da obsolescência programada e da obsolescência perceptiva, como também no cenário laboral, acarretando a desregulamentação dos direitos de trabalho, a fragmentação da classe trabalhadora, a precarização e terceirização da força humana que trabalha e a destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil (ANTUNES, 2009, p.55).

Em vista dessas dimensões complexas e heterogêneas que irromperam no mundo do trabalho em tempos de flexibilização, a classe trabalhadora passa a ser vista por Antunes como um elemento dinâmico, heterogêneo, para a qual ele confere a alcunha de *classe-que-vive-do-trabalho*. Esse novo proletariado não se resume ao trabalhador das indústrias e das fábricas, mas abarca a totalidade daqueles que vendem a sua força de trabalho em troca de salário. Esse conceito, por ser mais abrangente, propõe-se a dar conta da complexificação do proletariado atual e conceder validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora do século XIX.

Nesse contexto laboral sombrio, em que o trabalhador encontra-se atrelado não somente às engrenagens materiais, mas, sobretudo ideológicas, Antunes sustenta que para se angariar uma sociedade plena de sentido, mais humana e emancipada é premente, em primeiro plano, a redução da jornada de trabalho:

³⁵ “Não é apenas o “fazer” e o “saber” operário que são capturados pela lógica do capital, mas sua disposição intelectual-afetiva que é mobilizada para cooperar com a lógica da valorização” (ALVES, 2007, p.185). O termo “captura da subjetividade do trabalhador”, utilizado pelo autor, caracteriza o nexos essencial do modo de organização toyotista do trabalho capitalista.

Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social somente poderá efetivar-se por meio da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, de modo que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, autodeterminada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas possa se desenvolver uma nova sociabilidade. (ANTUNES, 2009, p.175)

A luta pela redução do tempo de trabalho, portanto, tenderá a minimizar, no cenário mais imediato, o intenso desemprego estrutural. É condição preliminar para os primeiros passos de uma vida emancipada, de um cotidiano dotado de sentido não só no trabalho como também fora dele. “Se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo” (ANTUNES, 2009, p.175).

Relacionando o universo do trabalho com a produção artística, percebe-se que a literatura traz uma imagem rica e multifacetada de seu contexto histórico refletindo a estrutura dinâmica da sociedade. A *classe-que-vive-do-trabalho*, em sua amplitude conceitual, está representada no campo literário carregando as marcas de seu período histórico. Na obra “A hora da estrela”, de Clarice Lispector, por exemplo, há um campo representativo fértil do universo do trabalho. Dentre todas as personagens que trabalham, apresentar-se-ão alguns. A protagonista Macabéia exerce a função de datilógrafa no contexto da década de 1970, em que essa atividade era deveras demandada; outra personagem, Olímpico, trabalha como metalúrgico em uma fábrica que ainda se encontrava dentro do sistema fordista de produção. Faz-se presente também a figura das personagens Marias, balconistas das Lojas Americanas, cuja labuta era extenuante e o soldo mal dava para cobrir o aluguel. Há, portanto, a problematização de toda uma classe que compulsoriamente mercantiliza a própria força de trabalho em troca de remuneração.

Essa concepção ampliada de proletariado moderno de Antunes, que se faz presente também no âmbito artístico, vai de encontro às teses do fim do estatuto da centralidade do trabalho na formação societal contemporânea, como as que defendem a centralidade da ciência ou da comunicação:

É curioso que enquanto se amplia enormemente o conjunto de seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, em escala mundial, tantos autores tenham dado adeus ao proletariado, tenham defendido a ideia do descentramento da categoria trabalho, tenham defendido a ideia do fim de uma emancipação humana fundada no trabalho. (ANTUNES, 2003, p.193)

Para o pesquisador brasileiro há uma “maior interpenetração entre as atividades produtivas e improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre as atividades laborativas e as atividades de concepção, entre produção e conhecimento científico, que se expandem fortemente no mundo contemporâneo” (ANTUNES, 2009, p.180-181). Essa interpenetração possibilita a emergência de processos produtivos pós tayloristas e pós-fordistas, ou seja, um trabalho de caráter multifacetado, daí a conveniência de se ampliar a concepção de trabalho para compreender como ele se configura hoje.

Em *Adeus ao trabalho?* Antunes responde aos autores da perda da centralidade do trabalho na esfera sociológica, dentre eles Gorz, para quem o proletariado tornou-se incapaz de tomar as rédeas da história e se reapropriar dos meios de produção. Para o autor de “Adeus ao proletariado”, o homem deve lançar um olhar lúcido sobre as condições de existência, pois com a automatização do processo produtivo, a emergência da gerência científica (que atua também no campo ideológico) e o consequente acirramento da divisão do trabalho aprofundou-se o descompasso entre o proletariado e o mundo laboral, alienando a classe trabalhadora da crítica e da politização e integrando-a ao ritmo da fábrica moderna.

Esse trabalho de cunho fordista que Gorz propugna a extinção tem sido reduzido cada vez mais com a reestruturação produtiva do capital e a paulatina estabilização do *toyotismo*. O decréscimo desse trabalhador tem dado lugar a um novo tipo de proletariado fabril e de serviços, um trabalhador precarizado que ocupa os postos subcontratados, terceirizados e *part-time*, restaurantes *fast-foods*, a que Antunes denomina “subproletariado moderno”.

Assegura Antunes, todavia, que o autor austro-francês apresenta uma noção de proletariado bastante parcial e isso, conseqüentemente, unilateraliza esse ideário. O discurso de Antunes sustenta que a classe trabalhadora não está em vias de se extinguir, mas encontra-se ampliada, uma vez que enquanto perdurar a sociedade capitalista produtora de mercadorias haverá a centralidade do trabalho.

3. EMBASAMENTO TEÓRICO PARA O CAMPO DA LINGUAGEM E DA LITERATURA

3.1 A concepção dialógica da linguagem em Bakhtin e o Círculo

O nosso discurso na vida prática está cheio de palavras de outros. Com algumas delas fundimos inteiramente a nossa voz, esquecendo-nos de quem são; com outras, reforçamos as nossas próprias palavras, aceitando aquelas como autorizadas para nós; por último, revestimos terceiras das nossas próprias intenções, que são estranhas e hostis a elas (BAKHTIN, 2010b, p.223).

Durante o desenvolvimento de seu projeto intelectual Bakhtin e o Círculo viviam o cotidiano repressivo de um dos períodos mais autoritários da história, o modelo de socialismo stalinista. Foi nesse ambiente monológico, limitador da reflexão crítica e das vozes antagônicas à ideologia vigente que eles desenvolvem a sua compreensão sobre a linguagem e o dialogismo, figurando ele e o Círculo, como vozes de resistência em meio ao totalitarismo soviético.

Conforme se prenunciou na introdução deste trabalho, a categoria dialógica é elemento fundamental para a compreensão do pensamento de Bakhtin e do Círculo, é o fenômeno vivificador da palavra, uma vez que “A linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam” (BAKHTIN, 2010b, p.209). Está na base da filosofia da linguagem do grupo “a ideia de que o sujeito histórico e social, enraizado num aqui e agora, é o centro concreto de emanações de valores, de ações, de atos reais, que mantém relações dialógicas com outros centros de valores, de afirmações, de atos reais” (FIORIN, 2011, p.208). O locutor, portanto, está sempre em embate com um “outro”, com um interlocutor que reage de forma responsiva à mensagem, a qual se “revela” ao indivíduo já falada, interpretada, carregada de sentidos. No excerto seguinte, Bakhtin (2010, p.88) discorre sobre a orientação dialógica da linguagem e seus consequentes embates em um mundo já impregnado por apreciações e entonações de outros:

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo o discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em

todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo essa mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto.

À parte da metáfora adâmica, os enunciados, portanto, são tecidos por “milhares de fios dialógicos” em um universo permeado de discursos históricos e concretos. A palavra enunciada parte sempre de um “já-dito”, envolvida pela voz do outro, orientada pelo “discurso-resposta” que ainda não foi pronunciado, caracterizando o “discurso vivo”. Todo enunciado responde a enunciados anteriores, pois sempre se tem em mente um interlocutor, não havendo, por conseguinte, enunciados neutros, livres de apreciação. E esse diálogo pode se dar com enunciados do contexto mais imediato ou com os de épocas mais remotas.

Diferentemente da neutralidade das unidades formais da língua, a dialogicidade é inerente ao enunciado, o qual é sempre inédito, singular e carregado de valoração. Como um enunciado se fundamenta em contraposição a um outro, ele é intrinsecamente contraditório; o discurso de outrem, portanto, está sempre permeado de “vozes alheias”, recheado de ecos de outros dizeres, configurando um confronto entre as “forças centrípetas” e as “centrífugas” na linguagem.

A orientação dialógica não se restringe a um conceito apenas, ou uma categoria a ser “aplicada” à análise de textos de variados gêneros. Concebe-se aqui dialogismo como um acontecimento que faz parte da dinâmica da vida humana, um caminho pelo qual o sujeito constitui a própria consciência na relação com o outro, como condição subjetiva e identitária, algo inerentemente social que se dá nos entremeios do processo interativo. É “um campo de luta, de confronto entre diferenças, estando seu aspecto principal no fato de que somos seres relacionais, seres que vivem e se constituem nas relações uns com os outros, que se formam nos diálogos que travam ao longo da vida” (SOBRAL, 2008, p.223). Nesse sentido, a abordagem dialógica da linguagem está entrelaçada com a noção de alteridade, pois é na base do “nós” e não no terreno individual que a palavra e os horizontes presumidos, de que tratam Volochínov/Bakhtin (1926, p.13), adquirem significação.

O enunciado concreto (e não a abstração linguística) nasce, vive e morre no processo da interação social entre os participantes da enunciação. Sua

forma e significado são determinados basicamente pela forma e caráter desta interação. Quando cortamos o enunciado do solo real que o nutre, perdemos a chave tanto de sua forma quanto de seu conteúdo – tudo que nos resta é uma casca linguística abstrata ou um esquema semântico igualmente abstrato (a banal ‘ideia da obra’ com a qual lidaram os primeiros teóricos e historiadores da literatura) – duas abstrações que não são passíveis de união mútua porque não há chão concreto para sua síntese orgânica.

Aqui os autores tecem uma crítica ao formalismo que a tudo interpretava por métodos linguísticos, por relações materiais que ocorrem dentro do sistema fechado e único da língua, ausente do diálogo da comunicação discursiva. É na realização do enunciado concreto, caracterizado pelos autores russos como um todo significativo que compreende uma parte realizada em palavras e outra parte presumida, que o processo de significação torna-se vivo.

Os “enunciados correntes da vida”, segundo Volochínov/Bakhtin (1926), possuem então essas duas partes, a primeira realizada em palavras, o dizer, e a segunda presumida do contexto extraverbal, originando um todo significativo, como pertinentemente exemplificam com o uso da palavra “bem” em seu escrito. O processo de significação acontece em terreno interindividual, e a formação desse todo significativo se dá no diálogo entre o contexto da vida e a enunciação em si: “a situação se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação” (VOLOCHÍNOV/BAKHTIN, 1926, P.8).

No campo estético, por sua vez, é necessário demasiado apuro quanto à representação verbal da vida, a fim de evitar lacunas, e que o processo de significação não seja prejudicado. Assim, a linguagem literária não representa um universo à parte, isenta do conteúdo social do mundo da vida, mas está em comunicação ininterrupta com as ideologias do cotidiano. O leitor, ao se deparar com o material escrito, carrega consigo o seu pré-julgamento, a partir das informações que possui sobre o autor e/ou o conteúdo textual. Nesse sentido, o “enunciado verbal artístico” carrega sempre uma apreciação, uma posição axiológica do autor: “o poeta, afinal, seleciona palavras não do dicionário, mas do contexto da vida onde as palavras foram embebidas e se impregnam de julgamentos de valor” (VOLOCHÍNOV/BAKHTIN, 1926, p.15).

Na perspectiva do Círculo não há síntese nas relações dialógicas. Os enunciados são marcados por um inacabamento de sentido por estarem sempre em

interação com a palavra do outro, o que impossibilita essas relações serem estritamente dialéticas. O princípio dialógico de Bakhtin e do Círculo entra em conflito, por exemplo, com a visão dialética marxista em que se preconiza um mundo porvir onde não haverá embate de classes ou certas tensões sociais como consequência de hierarquias de dominação, mas a prevalência de uma “harmonia”, onde todos têm uma “consciência única”, em detrimento da pluralidade de vozes. Por isso, ressaltam alguns autores, como Schnaiderman (2009), que Bakhtin caracteriza-se como um autor contraditório, que constantemente está em diálogo consigo mesmo e com outros pensadores.

Observando dialogicamente os discursos sobre a linguagem de seu tempo, o autor russo e o Círculo, em seu processo de reflexão teórica, contestam certas correntes que julgam monológicas, como a Objetivista e a Subjetivista. Grosso modo, a primeira advoga que é a normatização dos sistemas da língua que a constituem, e a segunda defende a gênese da linguagem como partindo da consciência individual do sujeito. É acerca dessas abordagens e sobre a filosofia do signo na concepção do Círculo que se discutirá na seção a seguir.

3.2 A filosofia do signo ideológico nos estudos de Bakhtin e do Círculo

Ciente da complexidade de empreender um trabalho de pesquisa deveras inédito para sua época, Bakhtin se propõe a realizar uma análise marxista no campo da filosofia da linguagem, e apresentar suas “noções de base” e os seus “procedimentos metodológicos”. Aflora então, em 1929, um dos trabalhos mais importantes gestado juntamente com Volochínov: *Marxismo e filosofia da linguagem*. A investigação do signo linguístico é fundamental para a compreensão de como se forma a linguagem e o conhecimento na mente humana pelo sujeito histórico-social. Na obra, os autores apresentam os aspectos interativos entre linguagem e sociedade, e centralizam as discussões na dialética do signo, especialmente do signo verbal. Fazem um radical contraponto às noções até então vigentes acerca dos problemas do signo linguístico, o qual era tido como manifestação da consciência e exteriorização de natureza psicológica.

No campo filosófico-linguístico, duas orientações que gozavam de bastante

prestígio em seu tempo era o Subjetivismo Idealista e o Objetivismo Abstrato, abordagens radicalmente distintas. Para a primeira corrente, toda atividade de linguagem origina-se de um “ato de criação individual” da consciência humana, em uma evolução perene, e isso é o que deve ser objeto de investigação pelos estudiosos da linguagem. Como representantes dessa orientação, tem-se Wilhelm Humboldt, que estabeleceu as bases da corrente Subjetivista, embora suas reflexões tenham sido mais complexas e refinadas, Vossler, com sua “primazia do estilístico sobre o gramatical”, Benedetto Croce, cujas ideias são próximas da vossleriana e o russo A. A. Potebniá.

Para a segunda corrente “o centro organizador de todos os fatos da língua, o que faz dela o objeto de uma ciência bem-definida, situa-se, ao contrário, no sistema linguístico, a saber, o sistema das formas fonéticas, gramaticais e lexicais da língua” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010, p.79). A língua, portanto, é tida como um sistema estável, como uma entidade de formas fixas, que possui traços exatos em todo o agir comunicativo, e é compreendida por todos os falantes dessa mesma coletividade. As raízes dessa orientação, da “língua como sistema de signos arbitrários”, remontam ao pensamento cartesiano do século XVIII, mas os principais representantes contemporâneos ao Círculo eram os da Escola de Genebra, com os linguistas Ferdinand de Saussure e Charles Bally, e os da Escola Sociológica de Durkheim, com o linguista Meillet.

Bakhtin se contrapõe a ambas, afirmando que a língua não deve ser compreendida como um sistema de normas imutáveis, como defende o Objetivismo, e nem a ideologia situar-se na consciência, como defende o Idealismo. A ideologia³⁶ não é um processo de compreensão interior, mas sim parte da materialidade física.

Os fenômenos da língua, por conseguinte, devem ser estudados como sendo de natureza ideológica, uma vez que os signos sempre fazem referência a algo situado no campo material, no campo concreto. Os autores afirmam que “sem signos não existe ideologia”, ambas as categorias são correspondentes e ocorrem pela reflexão e refração da realidade, carregada de valor social, nas interações sociais entre os indivíduos. Um corpo físico por si só não contém significação, portanto, enquanto objeto material, ele não é ideológico. Mas quando um objeto físico adquire

³⁶ Relembrando, como já foi abordado na Introdução, que a concepção de ideologia para o Círculo tem o sentido de “produção imaterial”, ou produções da “superestrutura”, que englobam, por exemplo, a literatura, a política, a religião, diferindo, assim, da concepção marxista de ideologia.

uma significação simbólica na mente humana, ele passa a carregar valores, caracterizando-se, a partir de então, em produto ideológico. Esse material simbólico convertido em ideologia passa então a, além de refletir, a também refratar uma outra realidade, mediada, discursivizada, carregada de valores, que não a materialidade imediata do objeto. É a interrelação do concreto com o simbólico.

O signo não se situa, portanto, no campo do abstrato, da consciência psicológica, mas ele é considerado entidade material, um “fragmento” da realidade. A palavra não pode ser restrita a um verbete estanque, tal qual em um dicionário. Também não deve ser submetida às normatividades das formas linguísticas e tampouco concebida como um produto acabado que se transmite hereditariamente. A palavra é signo vivo da estrutura concreta da enunciação, flexível e variável. Essa dicotomia de concepções teóricas é evocada, por exemplo, no poema *Rios sem discursos*, de João Cabral de Melo Neto, eivado de singeleza e sensibilidade. Eis um trecho:

Quando um rio corta, corta-se de vez o discurso-rio de água que ele fazia; cortado a água se quebra em pedaços, em poços de água, em água parálitica. Em situação de poço a água equivale a uma palavra em situação dionária: isolada, estanque no poço dela mesma, e porque assim estanque, estancada; mais: porque assim estancada, muda, e muda porque com nenhuma comunica, porque contou-se a sintaxe desse rio, o fio de água por que ele discorria.

Não há como separar a língua de seu conteúdo ideológico, assim como não é possível separar o sujeito de sua própria consciência. “Na enunciação monológica isolada, os fios que ligam a palavra a toda a evolução histórica concreta foram cortados” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2010, p.107). Da mesma forma é a obra literária, a qual não pode ser encaixada na unidade da língua como sistema abstrato.

É do contexto concreto que o signo parte para se configurar em elemento simbólico, pois, se não fosse parte da realidade, ele não poderia existir enquanto signo. A ideologia, portanto, deve ser compreendida como materialidade, e não como algo abstrato. É na palavra, fenômeno ideológico por excelência (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2010, p.36), que se torna possível o estudo da ideologia. Ao homem só é possível chegar à consciência e ao sujeito por meio do signo ideológico. Portanto, a palavra é o elemento propício a explicar a complexa relação de como a

realidade determina o signo, ou como entre a infraestrutura e a superestrutura há muitas mediações, uma vez que ela é o que o autor denomina “ubíqua”, que está em todos os domínios da comunicação e das relações sociais.

Como não é possível ao homem ter acesso imediato ao real, “O puro dado não pode realmente ser experimentado” (BAKHTIN, 1993, p.50), a linguagem cumpre o papel de mediadora entre o indivíduo e a natureza. A relação do indivíduo com suas condições de existência, portanto, ocorrem sempre mediadas pelas significações semióticas, em uma dimensão axiológica. Os objetos estão sempre envoltos em discursos, valorados, sendo impossível apreendê-los neutros; “nossas palavras não tocam as coisas, mas penetram na camada de discursos sociais que recobrem as coisas” (FARACO, 2009, p.49-50).

Nesse sentido, a concepção de linguagem do Círculo é a interação, a qual não está na mente e nem no código, mas sim no processo interativo entre os indivíduos, e é no meio social que a consciência linguístico-ideológica do homem se forma:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 2010, p.127).

Por meio do encadeamento dos signos é que os fenômenos podem ser explicados e que a compreensão se efetiva; “em outros termos, a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos”. (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2010, p.34). O processo de interação social é basilar na teoria de Bakhtin. É unicamente por meio do social, do “terreno interindividual” que toda essa cadeia de signos acontece e a compreensão ocorre. Em outras palavras, não é possível ao ser humano isolado significar algo; o processo de compreensão se dá na coletividade, de maneira sociologicamente organizada.

Daí a razão de Bakhtin ter colocado a linguagem no núcleo de seus estudos. É somente na comunicação social que se manifesta a completude do signo ideológico; é por meio da linguagem que o humano se relaciona com o mundo, e é no embate discursivo que ocorrem as significações. Toda linguagem é social porque

ocorre na matéria da existência humana e a sua prática se efetua nas relações sociais. Assim como o trabalho, a linguagem é, portanto, um dos constituintes dos seres sociais. Essa forma de concepção da teoria marxista, centralizando a constituição humana pelo aspecto comunicativo, caracterizou-se como uma virada cultural no Marxismo, e que não foi bem aceito à época. As centralidades existem, mas não são exclusivas. No presente trabalho não se advoga hierarquia de importância entre as duas centralidades, ou seja, trabalho e linguagem, mas que ambas são elementos ontológicos a alçar o indivíduo biológico à condição de ser social.

3.3 O romance à luz de Bakhtin

O romance é a realização máxima da prosa literária, assevera o autor russo. É nele que estão entrelaçados o estilo e a linguagem, a forma e o conteúdo realizando estilizações e compondo sua arquitetura, caracterizada como “o processo de formação de totalidades, ou, todo harmônico, a partir de uma articulação de partes constituintes que as dota de uma unidade de sentido, em vez de limitar-se a ligá-las ou justapô-las mecanicamente” (SOBRAL, 2007, p.109). Essa articulação da totalidade coerente do objeto, a compor sua “unidade interna de sentido”, se dá pela visão exotópica do autor a emoldurar o objeto estético, e se realiza pela integração do material, da forma e do conteúdo no estabelecimento de relações dialógicas. A obra, portanto, deve ser entendida como uma totalidade de significado, e não unicamente como objeto estético por si só, o que empobrece o material artístico, limitando-o em nível de artefato.

O surgimento do gênero romanesco, para Bakhtin, não está associado à ascensão da burguesia, ou à forma contemporânea do gênero epopeico, como defende Lukács, mas apresenta uma natureza milenar cujas raízes estão no período helenístico. Por ser um gênero vivo, em constante transformação, o romance abarca uma diversidade social de linguagens, e o aspecto estilístico da obra é determinado pela unidade dos acontecimentos no interior da narrativa. Há vozes individuais de personagens, vozes que sobrepõem a outras, há o discurso direto e o indireto, a

presença de gêneros literários e extra-literários, estilizações paródicas, aforismos, etc., enfim “é graças a esse plurilinguismo social e ao crescimento em seu solo de vozes diferentes que o romance orquestra todos os seus temas, todo seu mundo objetual, semântico, figurativo e expressivo” (BAKHTIN, 1988, p.74). Esse encadeamento composicional é que compõe a integralidade estilística do discurso romanesco, cujo expoente máximo é o romance de cavalaria cervantino, que abarcou muitas possibilidades literárias da poliglossia. Para o teórico há o plurilinguismo social na realidade, o qual é estilizado pelo autor, transformando-se em elemento interno e estruturante da obra.

Contra-pondo-se às concepções de análises linguísticas e estilísticas tradicionais, que se limitavam à individualização dos aspectos formalistas, Bakhtin questiona a necessidade de se levar em consideração o discurso de outrem na prosa literária. O princípio dialógico é o conceito axial do pensamento bakhtiniano, o qual o filósofo analisa tanto na linguagem da vida cotidiana, quanto no âmbito literário: “A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso” (BAKHTIN, 1988, p.88). E, mais especificamente em relação ao romance:

A orientação dialógica do discurso para os discursos de outrem (em todos os graus e de diversas maneiras) criou novas e substanciais possibilidades literárias para o discurso, deu-lhe a sua peculiar *artisticidade em prosa* que encontra sua expressão mais completa e profunda no romance (BAKHTIN, 2010, p.85).

É na prosa romanesca que os discursos assumem um tom estilístico e a imagem “artisticamente prosaica” adquire perfeição artística, assevera Bakhtin. É na produção literária que o discurso do romancista se encontra com as vozes multidiscursivas de outrem, interagindo e influenciando-se mutuamente, a compor o acabamento do objeto artístico: “O artista-prosador edifica esse multidiscurso social em volta do objeto até a conclusão da imagem, impregnada pela plenitude das ressonâncias dialógicas, artisticamente calculadas em todas as vozes e entonações essenciais desse plurilinguismo” (BAKHTIN, 2010, p.88).

Por ser plurilíngue, o romance abarca também o discurso poético, mas diferencia-se deste, grosso modo, por ser a prosa romanesca um terreno descentralizador, de onde emanam as forças centrífugas, e o gênero poético um construto das forças centrípetas, verbo-ideológicas, cujos tons e nuances são

permeados de uma linguagem própria³⁷. É no interior das tramas dialógicas da prosa romanesca que emerge a voz do autor, imbricada com as outras vozes do interior da narrativa. Ao construir o discurso no romance, o autor, mesmo sem o saber, leva em conta o discurso de outrem, visto que o dialogismo é princípio constitutivo da linguagem; a enunciação emerge em uma dada situação histórica e social influenciando na produção estilística da prosa artística. Por isso não é possível dissociar a produção escrita de seu contexto narrativo e nem isolá-la das múltiplas vozes que a circundam: “Estudar o discurso em si mesmo, ignorar a sua orientação externa, é algo tão absurdo como estudar o sofrimento psíquico fora da realidade a que está dirigido e pela qual ele é determinado” (BAKHTIN, 1988, p.99).

O discurso romanesco, por ser dialógico, reporta-se sempre a outros discursos, sejam eles imediatos ou tradicionais, em razão de seus valores universalmente reconhecidos, como o universo da tradição greco-romana e as narrativas do texto bíblico. São temáticas que se constituem como relicários que volta e meia são evocados no texto. A linguagem literária configura-se, portanto, como um “microcosmo”, um pequeno mundo que se espelha, de maneira refratada, na realidade sócio-ideológica da vida real. É para ali que adentram as falas, os dialetos, as ideologias cristalizadas, os discursos canônicos e não canônicos, as conversações cotidianas do mundo empírico, a compor, de uma forma singular, a originalidade do texto. Os gêneros intercalares (aforismos, cartas, poesias, etc.), por sua vez, também produzem enunciados no interior da prosa romanesca, contribuindo para a produção de significados. Rompem-se, assim, as fronteiras entre o sistema linguístico fechado da vida extra-literária e o sistema artístico, o qual se torna agora um objeto pluridiscursivo, tecido pelos fios do estilo do autor. Este autor / prosador:

utiliza-se de discursos já povoados pelas intenções sociais de outrem, obrigando-os a servir às suas novas intenções, a servir ao seu segundo senhor. Por conseguinte, as intenções do prosador refratam-se e o fazem sob diversos ângulos, segundo o caráter sócio-ideológico de outrem, segundo o reforçamento e a objetivação das linguagens que refratam o plurilinguismo (BAKHTIN, 1988, p.105).

³⁷ Por ter esse caráter intencional de individualidade, não quer dizer que a poesia não possa ter um aspecto plurilíngue, mesmo sendo algo raro. Bakhtin afirma que o plurilinguismo encontra-se nos gêneros poéticos “inferiores”, como a sátira e a comédia. Em um gênero poético mais refinado, todavia, o plurilinguismo não poderia adentrar sem adular o gênero, transfigurando o poeta em um prosador.

É nesse sentido que o prosador orienta o seu discurso ficcional e constrói as significações. Por isso a ênfase do pensador russo na necessidade de se estudar a estilística sociológica para analisar o gênero romanesco, uma vez que ele é povoado por vozes sociais e situado historicamente. Não há fronteiras nítidas entre o discurso do autor e o plurilinguismo vivo, literariamente ordenado por ele. O autor pessoa assume uma postura distanciada de si próprio para configurar-se em autor criador da prosa literária. A voz no narrador, portanto, oculta uma outra voz, a do autor criador, cujas intenções são refratadas pela voz no narrador. No caso das obras em análise, tem-se um Oswaldo França Junior enquanto pessoa, um Oswaldo distanciado, assumindo o papel de autor, e um Oswaldo camuflado e refratado pelas vozes do narrador Jorge. Enfatiza-se essa consciência relativizada, refratada, porque o autor criador não se autodefine no texto e nem se apresenta explicitamente, e também decorre disso que esse autor isenta-se da responsabilidade pelo que é dito e a transfere ao narrador e às personagens.

A figura do autor criador é fundamental e insubstituível na atividade estética. É dele que parte o excedente de visão para a organização da sua criação, a qual se descortina fora dele. Esse autor “contemplador” é o centro organizacional das falas e situa-se fora da narrativa imediata; ele estiliza o discurso do narrador, o qual é um dos elementos composicionais da arquitetura do texto.

Ao tratar do plurilinguismo no romance, Bakhtin (2010, p.135) afirma que “a pessoa que fala e o seu discurso constituem o objeto que especifica o romance, criando a originalidade gênero”. É pela representação artística das falas das personagens, enquanto sujeitos históricos e concretos, que a pluralidade de línguas adentra as tramas da narrativa, compondo uma linguagem própria que particulariza o texto, que o distingue de outros gêneros. A voz discursiva do gênero epopeico, por exemplo, evoca essa distinção ao representar a figura do herói que vive em um mundo épico, isento de contestações ou embates discursivos: “A epopeia tem uma perspectiva única e exclusiva. O romance contém muitas perspectivas, e o herói geralmente age em sua perspectiva particular” (BAKHTIN, 1988, p.136). De forma lírico-mitológica reverenciam-se as glórias do passado, idealiza-se uma visão de mundo em que os feitos e virtudes de um povo foram muito maiores e melhores do que no tempo presente, e que precisam ser cantados e contados àqueles que não tiveram a mesma nobreza de espírito. Na epopeia não podem ocorrer vozes

dissonantes a essa valorização do objeto. Aqui se enquadram, por exemplo, a saga portuguesa *Os Lusíadas*, a épica homérica *Ilíada* e *Odisseia* e o poema brasileiro *Caramuru*, em que o frei Santa Rita Durão, ao poetizar o descobrimento da Bahia em versos decassílabos, declara o seu amor à pátria.

O romance, por sua vez, é poliglóssico, bivocal. Concentra duas consciências, a criadora e a do objeto criado; ambas possuem individualidade e volição em si mesmas, expressando-se em um sistema literário organizado. Nesse sentido até a técnica literária de fluxo de consciência, com a sua não linearidade, obedece a uma certa ordem, pois determinada linguagem ali utilizada auxilia na compreensão de outra. Dessa pluralidade discursiva emanam ruídos do passado, ecos do presente e possibilidades de futuro, os quais se entrecruzam imbricados por amplas coordenadas históricas, formando um todo coerente no grande enunciado que é a obra literária, ligado entre si por relações dialógicas.

3.4 A categoria carnavalização

Nesta seção será apresentada a categoria bakhtiniana da carnavalização que, transposta para o campo da ficção, torna-se um dos parâmetros para a análise de elementos da narrativa, como a representação de uma das personagens do romance *Jorge, um brasileiro*.

Bakhtin dedicou sua pesquisa doutoral à obra do escritor renascentista François Rabelais³⁸ para investigar a representação da linguagem cômica popular, a qual denomina carnavalesca. Os conterrâneos do pensador russo consideravam Rabelais um autor medíocre, todavia, a crítica europeia julgava-o sublime, comparado a Shakespeare e a Cervantes, opinião que Bakhtin compartilhava. Em *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento* (1987) seu autor debruça-se sobre as obras *Gargântua e Pantagruel*³⁹ e analisa os múltiplos aspectos dos festejos carnavalescos, das teatralizações cômicas em praças públicas, dos gracejos paródicos, dos gêneros orais, como os insultos e os julgamentos, e o

³⁸ Embora Rabelais tenha sido o grande arauto da linguagem do riso, outros escritores também retrataram o cômico, como Shakespeare, Erasmo de Roterdã e Cervantes.

³⁹ A coletânea, cuja publicação iniciou-se em 1532, é composta por quatro livros, sendo o primeiro *Gargântua*, e os três seguintes tomos *Pantagruel*.

realismo grotesco que apresenta certo aspecto jocoso da vida.

A cultura do riso, festividades, ritos, como retratada na obra de Rabelais tem suas raízes no pensamento primitivo do homem. Salienta Bakhtin que as imagens do grotesco partem da mitologia e da cultura pré-clássica, com as máscaras caricaturais, as pinturas jocosas nas ânforas e as estatuetas de demônios. No caso dos gêneros têm-se os do âmbito cômico-sério, como o diálogo socrático e a sátira menipéia (BAKHTIN, 2010). O primeiro não é retórico, mas pauta-se na base carnavalesco-popular e na concepção socrática da natureza dialógica da verdade. No processo da breve duração dos diálogos socráticos, seguido de sua desintegração formaram-se outros gêneros dialógicos, como a sátira menipéia, caracterizada pela excepcional liberdade de invenção e fantasia, que remonta ao folclore carnavalesco.

Tradicionalmente, porém, certas expressões populares, como o humor do povo na praça pública, quase não adentravam o universo oficial das fontes de pesquisa folclóricas e míticas. Bakhtin ressalta que entre os especialistas, elas eram muito pouco dignas de estudos, e quando pesquisadas, fazia-se sob a perspectiva da estética burguesa.

Citando o trabalho do pesquisador Schneegan, o qual publicou em 1894 a obra mais volumosa sobre a sátira grotesca, dedicada a Rabelais, Bakhtin (1987) afirma que a visão do autor sobre o grotesco medieval é puramente satírica e negativa, “é o exagero do que não deve existir”, e o critica por não compreender o universalismo das imagens grotescas e pela típica visão dos historiadores do final do século XIX⁴⁰ e início do XX.

O pensar, o agir, o sentir do homem simples, e também a sua produção, muitas vezes não era merecedora de valor ou registro. Os que oferecem resistência quase não estão nos livros oficiais, mas à margem da história, como demonstra a epígrafe dessa dissertação: “Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas?”, pergunta o operário letrado, “Nos livros estão nomes de reis”. É essa perspectiva que incita Bakhtin à pesquisa na obra de Rabelais, julgando-a importante fonte de estudo e divulgação. É o olhar do riso, do cômico, não à luz dos vencedores, mas

⁴⁰ Reinava certo imperialismo na história econômica, especialmente com a Revolução Copernicana de Ranke, que marginalizou a história sócio-cultural, centrando a pesquisa historiográfica nas biografias dos monarcas, nos fatos políticos, nas guerras, conferindo-lhes exagerada importância, em detrimento dos acontecimentos particulares, ou de uma “história daqueles que sofreram, trabalharam, definharam e morreram sem ter a possibilidade de descrever seus sofrimentos”. (BURKE, 2010)

dos vencidos, cujas vozes são emudecidas pela monologização dos discursos de poder.

O grande mérito de Rabelais, segundo Bakhtin, é ele estar “ligado às fontes populares”, e também pelo seu caráter resistente, ao não se adequar aos modelos artísticos de estética burguesa de seu tempo, o século XVI. É preciso, portanto, desentranhar-se, desarraigá-lo dos modelos artísticos dogmáticos pré-estabelecidos e olhar para o humor do povo, para o cotidiano do riso e do folclore, como material relevante, cujos valores culturais e literários precisam ser explorados e socializados. Somente analisando o riso popular nessa dimensão é possível compreendê-lo em suas múltiplas significações.

Esse espírito carnavalesco é transplantado para as artes, para a literatura, dando vida a um microcosmo que se opõe às forças centrípetas de poder e de ordem, e que preconiza um mundo de liberdade. Em *Jorge, um brasileiro* tem-se a personagem Toledo, que representa o rompimento e a dessacralização da tipologia do motorista de caminhão, segundo discurso do narrador, por suas vestimentas, pela maneira de andar e pela anatomia das mãos, que são finas e delicadas. Nas *Memórias Póstumas*, de Machado, essa estética ao revés é notável, quando o defunto Brás Cubas narra suas memórias com a pena da galhofa e a tinta da melancolia, e as dedica ao verme que roeu as frias carnes de seu cadáver. Ou então na sátira menipéica latina *Satiricon*, de Petrônio, em que o escárnio, a zombaria e a dessacralização dos poderes são entronizados. Durante os festejos o povo se liberta do dogmatismo religioso, das regras, das normas, dos tabus e valores que regem o cotidiano. Zombam-se das leis, entregam-se à concupiscência, bem à moda da famosa marchinha buarquiana, adaptada aos trópicos, de que “não existe pecado do lado de baixo do Equador”. Divertiam-se com os festejos e banquetavam-se como se a vida não tivesse fim.

O riso carnavalesco é o que Bakhtin chama de “patrimônio do povo”, por ser inerente à própria natureza da “forma sincrética de espetáculo”. É um senso que vai contra toda monologização e representa um mundo à parte do discurso oficial, como se fosse uma paródia da vida cotidiana, do mundo ordeiro, da vida real. É a filosofia do avesso, que nada absolutiza, em que “tudo que é sólido se desmancha no ar”. Relativizam-se as verdades, infringem-se as normas estabelecidas, negam-se as etiquetas sociais, ultrapassam-se os limites do decoro, conversam *tête-à-tête* ideias que se contrapõem, ao estilo das poesias barrocas de Gregório de Matos. É um riso

sarcástico, cheio de peripécias, mas também alegre, brejeiro e descompromissado.

A degradação do formalismo tipificado no realismo grotesco caracteriza-se pelo rebaixamento, princípio material e corporal, pela oposição céu-terra, em que o céu representa os valores altaneiros, a razão pensante, e a terra pelos valores baixos que, no seu aspecto corporal, é representado pelos órgãos genitais. Esse mundo às avessas, ao produzir significações, induz também à reflexão:

Ajuda a libertar-se do ponto de vista dominante sobre o mundo, de todas as convenções e elementos banais e habituais, comumente admitidos; permite olhar o universo com novos olhos, compreender até que ponto é relativo tudo o que existe e, portanto, permite compreender a possibilidade de uma ordem totalmente diferente do mundo. (BAKHTIN, 1987, p.30)

Essa visão carnavalesca de mundo rompe com os parâmetros de significações categóricas, liberando a imaginação do homem para novas possibilidades e transformações. O ritual carnavalesco apresenta toda uma linguagem “concreto-sensorial simbólica” bem articulada e, por isso, complexa. Como parte dessa linguagem está na órbita do intangível, torna-se quase impossível expressá-la integralmente para a linguagem verbal. No entanto, aponta Bakhtin que essa forma de expressão pode ser transposta para a literatura. É o que será visto na análise da personagem Toledo, do romance rodoviário, o qual rompe com as fronteiras delimitadas do mundo dos caminhoneiros, apresentado por França Jr.

4. OSWALDO FRANÇA JUNIOR: VIDA E OBRA⁴¹

Nascido no Serro, Minas Gerais, em 21 de julho de 1936, Oswaldo França Júnior teve uma trajetória de vida bastante rica e diversificada. Atraído pela carreira militar ingressa ainda adolescente na Força Aérea Brasileira e aperfeiçoa-se na Escola Preparatória de Cadetes, em Barbacena. No Rio de Janeiro, passa a estudar no Curso de Formação de Oficiais Aviadores no Campo dos Afonsos, onde se especializa em combate aéreo e torna-se piloto de caça.

No seio da vida militar, quase se envolve em um dramático incidente que estava marcado para acontecer no cenário político nacional, em 1961: o assassinato do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, o qual fazia a Cadeia de Legalidade por meio das emissoras de rádio nacionais. Brizola militava pela posse legal do vice João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, e isso ia contra o interesse dos militares. Assim, a operação militar da qual França Jr fazia parte recebera a missão de bombardear o Palácio do Governo, em Porto Alegre, onde estava Brizola e sua família. O suposto atentado só foi evitado em razão da resistência do Grupo de Apoio da Base Aérea de Porto Alegre, que impediu a decolagem dos aviões.

Pouco tempo depois, com o Golpe de 1964, França Junior foi afastado da vida militar sob acusação de ser subversivo, uma forma de punição a alguns militares da Força Aérea Brasileira pelo fracasso do plano. Nessa época, casado e com três filhos, França Jr trabalhava como instrutor na cidade de Fortaleza. Com a saída retorna à vida civil e dedica-se à literatura e outras atividades, pois até então apenas escrevera alguns contos para revistas internas da própria FAB.

Por viver anos a fio na atividade militar, e surpreendido pelo afastamento repentino da carreira, França Jr chama a atenção pela rotina de trabalho diversificada que passou a exercer, em ramos profissionais deveras distintos uns dos outros: foi corretor de mercado de capitais, corretor de imóveis, vendedor de carros usados, proprietário de banca de revistas, dono de barracas de pipocas, gerente de empresa de ônibus, sócio de empresa de táxis; um desafio para

⁴¹ As informações biográficas sobre Oswaldo França Junior foram elaboradas com base no Acervo dos Escritores Mineiros, da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, disponível em <http://www.lettras.ufmg.br/aem/oswaldofrança.html>, acesso em: junho, 2014. Também se coletaram informações do prefácio da obra *Jorge, um brasileiro* (1982); do romance *Os dois irmãos* (1976), e da coletânea de contos *As laranjas iguais* (1985).

equilibrar o orçamento doméstico e sustentar uma família numerosa! Pode-se depreender que é desses ofícios variados (mas não só) que surge o olhar do escritor para o mundo do trabalho, um mundo universal, pragmático, necessário, estafante, mas também gratificante.

A grande realização do autor mineiro, todavia, era a literatura. Dos pequenos contos e rascunhos esparsos, França Jr lança seu primeiro romance *O viúvo*, em 1965, a pedido de Rubem Braga, que, com Fernando Sabino, fundou a Editora do Autor; inicia-se assim a saga de um escritor que teve uma profícua e abundante produção literária. O seguinte excerto comenta parte do trabalho estilístico do autor para produzir uma narrativa enxuta, em tom coloquial, carregada de elementos comuns aos homens, como a rotina de trabalho e os dramas emocionais:

Desde o primeiro romance, França Jr. mostrou preocupação com a forma – escreve centenas de páginas e depois passa a retirar os excessos, em busca da simplicidade – e com um tema básico: “Estou preocupado com o cotidiano das pessoas, das histórias, que, apesar de simples, não deixam de ter uma grande dose de dor, angústia, medo e solidão”. (FRANÇA JR, 1976)

Em suas obras pululam flagrantes do cotidiano citadino, das entranhas do mundo do trabalho, das contradições de um Brasil desigual, da melodia, muitas vezes estridente, que povoa o cenário urbano da vida moderna. É esse painel realístico que é filtrado e registrado pela lente arguta do escritor mineiro, em tom vernáculo e sem rebuscamento; e o herói (ou anti-herói) é o indivíduo comum, o mecânico de carros, o motorista de caminhão, o pequeno comerciante, o jovem empreendedor.

Como bem observou o crítico Lafetá (2004, p.251-252) acerca do universo literário de França Jr, “Há, portanto, uma valorização do trabalho, coisa rara numa literatura que quase sempre o desprezou e evitou representá-lo, que glorificou o malandro e, quando mostrou o trabalhador foi para exhibir a exploração de que ele é vítima e combater politicamente sua opressão”. De semelhante forma, mais contemporaneamente, há escritores que protagonizam o indivíduo trabalhador e sua rotina laboral em interação com o maquinário, com o comércio e a política sindical, como, por exemplo, Luis Ruffato e Roniwalter Jatobá.

Filho de uma lavadeira de roupas e pai pipoqueiro, Ruffato trabalha desde os

seis anos de idade e, ao longo da vida, desenvolveu as funções de operário têxtil e torneiro mecânico. Em entrevista ao Brasil de Fato de SP⁴² revela sua inquietação em razão de o mundo literário não protagonizar aqueles com os quais ele convivia nos bairros operários, o sujeito “que pega ônibus, que bate cartão”, que mora na periferia da cidade. Em razão disso, boa parte do seu fazer artístico volta-se para esse indivíduo, o que pode ser contemplado na coletânea *Inferno Provisório*, série de cinco livros sobre a classe trabalhadora brasileira.

Autor da festejada obra *Crônicas da vida operária* (2006), a qual ganhou o prêmio Casa das Américas, em 1979, Jatobá é trabalhador desde a adolescência, exercendo os ofícios de caminhoneiro e operário de indústria automobilística e metalúrgica. Na obra *Trabalhadores do Brasil* (1988), da qual é organizador, Jatobá propôs-se a realizar um projeto literário que reunisse histórias sobre o universo do trabalho do povo brasileiro, em forma de contos, atividade que se mostrou rica e reveladora.

No caso de Oswaldo França Jr, que publicou o romance rodoviário *Jorge, um brasileiro*, em 1967, a situação foi mais inédita ainda, “uma novidade apresentada de modo vigoroso, como se fossem nomeados pela primeira vez os vários aspectos de um mundo de trabalhos e canseiras em um tom coloquial” (LAFETÁ, 2004). Com essa obra, lapidada com esmero, França Jr se lançou na concorrência pelo prêmio Walmap em 1967, principal concurso literário do Brasil: “Pensei em escrever um livro sobre o brasileiro médio, andei procurando os modelos, e me fixei no chofer de caminhão, em um capataz de choferes de caminhão” (FRANÇA JR, 1976).

De todas as regiões do Brasil, mais de duzentos originais foram enviados à comissão organizadora do prêmio, cujo júri era composto por Guimarães Rosa, Jorge Amado e Antônio Olinto. De todas as obras, o romance vencedor foi *Jorge, um brasileiro*, do mineiro Oswaldo. Segundo Olinto (1982, p.11):

O maior concurso literário do país, de que Oswaldo França Junior saiu vencedor, veio reafirmar, em quantidade e qualidade, essa profunda ligação de nossos romancistas com as realidades de um povo. O Prêmio Nacional Walmap de 1967, patrocinado por José Luiz de Magalhães Lins e o Banco Nacional de Minas Gerais, recebera, de todas as partes do Brasil, 243 originais. De cidades do interior do Pará, de outras na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, de lugarejos em Mato Grosso, de todo o Nordeste, de cerca de uma centena de cidades do Estado do Rio, de Minas

⁴² Fonte: Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/28123>> Acesso em: maio 2014.

Gerais e de São Paulo, romances de estilos diversos e com as mais variadas preocupações formais e conteudísticas chegaram às mãos da comissão julgadora em que estávamos Jorge Amado, João Guimarães Rosa e o organizador do concurso, que escreve estas linhas. Como se o país resolvesse de repente mostrar-se, revelar suas fissuras, ali se achavam narrativas de todas as espécies e o romance que se destacou desse conjunto e acabou conquistando o primeiro lugar foi este Jorge, um brasileiro, que representa uma novidade em nossa ficção.

Com o sucesso, a obra foi editada nos Estados Unidos e no Canadá, chegou à sexta edição brasileira e, a conselho de Jorge Amado, foi publicada na União Soviética com a tiragem de oitocentos mil exemplares. O grande êxito não se limitou às páginas literárias, mas também repercutiu nas telas nacionais, por meio de seriado e filme. Inspirando-se em *Jorge, um brasileiro*, a emissora Rede Globo lança em 1979 o seriado *Carga Pesada*, o qual teve como protagonistas os atores Antônio Fagundes e Stênio Garcia: “Em pouco tempo, Pedro e Bino se tornaram um sucesso, e os atores recebiam centenas de cartas de caminhoneiros declarando sua admiração por eles e contribuindo com o seriado através de histórias sobre a vida nas estradas”⁴³. No cinema, o cineasta Paulo Thiago valeu-se também de inspiração no romance rodoviário para dar vida ao filme homônimo do romance, em 1988, protagonizado pelo ator Carlos Alberto Riccelli no papel de Jorge (AGUIAR, 1993). Na película há um acentuado grau de fidelidade ao livro, com poucos acréscimos ou supressões.

Do romance inicial *O viúvo* (1965), seguido de *Jorge, um brasileiro* (1967), França Jr lançou mais treze obras, com intervalo médio de dois anos entre uma produção e outra:

- Um dia no Rio (1969) - romance
- O homem de macacão (1972) - romance
- A volta para Marilda (1974) - romance
- Os dois irmãos (1976) - romance
- As lembranças de Eliana (1978) - romance
- Aqui e em outros lugares (1980) - romance
- À procura dos motivos (1982) - romance

⁴³ Fonte: Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/seriados/carga-pesada-1-versao/html>> Acesso em: maio 2014.

- O passo-bandeira: uma história de aviadores (1984) - romance
- As laranjas iguais (1985) – contos
- A árvore que pensava (1986) - infantil
- Recordações de amar em Cuba (1986) - romance
- No fundo das águas (1988) - romance
- De ouro e Amazônia (1989) - romance póstumo

Com ascendente vida literária, desde seu romance de estreia, Oswaldo esteve em Cuba, em 1986, convidado como membro do júri do prêmio literário “Casa de las Américas”, experiência que posteriormente transforma em um romance, e também concedendo entrevistas acerca do universo literário. Dois anos depois, em 1988, França Jr é convidado para ir a Alemanha ministrar palestras sobre os seus romances e também sobre literatura brasileira. Com abundante produção e vencedor de cobiçado prêmio literário, estranha o crítico Lafetá o fato de França Jr não ser um nome tão conhecido nacionalmente, apesar do trabalho estilístico apurado de seus escritos:

Para concluir essa parte, devo ressaltar que estranho o fato de ele não ser ainda um nome tão conhecido nacionalmente como deveria ser. Pois seus livros estão entre os melhores que se escrevem hoje no país, seja pela força envolvente dos enredos e da linguagem, seja pela qualidade mimética que nos presenteia com vivas cenas brasileiras, arrancadas habilmente ao cotidiano da nossa (como se dizia antigamente) sofrida gente do povo, de certas camadas da classe trabalhadora do país. (LAFETÁ, 2004, p.246).

Escritor da realidade social brasileira, cuja obra é fruto, majoritariamente, de suas andanças pelo país, e especialmente pelas Minas Gerais, Oswaldo possui uma produção literária atual e oportuna, sempre buscando transcender o significado trivial das palavras contidas no texto. Para ele, a carga de significação das palavras é o elemento de maior importância em seus escritos, e é por meio dela que o processo de sensibilização é despertado no leitor.

Em 10 de junho de 1989, ao retornar de uma conferência sobre literatura na cidade de João Monlevade, Oswaldo França Jr sofre um acidente na estrada Belo-Horizonte – João Monlevade (BR-381, antiga BR-262), e falece precocemente, no auge de sua produção literária, às vésperas de completar 53 anos.

4.1 O romance *Jorge, um brasileiro*

Em tom de conversa informal, concisa e vernacular, o romance franciano *Jorge, um brasileiro*, publicado pela primeira vez em 1967 pela editora Bloch, trata da história de vida do caminhoneiro Jorge, o qual narra a sua trajetória em primeira pessoa e passa a constituir-se como sujeito a partir dos discursos que profere e das palavras dos outros sobre si. O protagonista dialoga com um interlocutor aparentemente sem referencial, e essa narrativa, com técnica de “caso-puxa-caso”⁴⁴, começa e termina ao longo de uma só jornada.

Segundo observou Olinto (1982, p.12), a impressão do leitor se fixa mais no estar ouvindo do que estar lendo. Há momentos em que o narrador interrompe um caso e, como acontece nos relatos orais, parece ter perdido o fio da meada, mas volta ao caso anterior, às vezes, sem haver terminado o que se intercalara. O cenário é o Estado de Minas Gerais da década de 1960, transfigurado pelo Capitalismo industrial, povoado de cidades nascentes, de estradas em construção, de trilhos ferroviários, de pedreiras de produção de britas, de postos de gasolina, de botequins de beira de estrada. É nesse cenário que o caminhoneiro Jorge executa a missão de que foi incumbido pelo patrão Mário: transportar oito carretas carregadas de milho de Caratinga para Belo Horizonte, no prazo de uma semana (Apêndice A).

É época de chuvas fortes em Minas, e os poucos trechos rodoviários que havia nas cidades interioranas encontram-se em situação de extrema precariedade, agravados pelas chuvas torrenciais, a ponto de muitas vezes impossibilitar o transporte por terra. Apesar da hesitação de Jorge, em vista das péssimas condições rodoviárias, o patrão Mário, para quem Jorge trabalha há anos, insistiu na necessidade da viagem, pois, do contrário, teria prejuízo.

Trabalhador de confiança de Mário, por quem nutria uma profunda admiração e respeito, Jorge preparou-se para a empreitada. Possuidor de uma certa personalidade temperamental, antes de partir teve uma discussão com a namorada Sandra, moça de quem dizia gostar porque costumava “ser quieta e não reclamar”. Toma o ônibus na rodoviária de Belo Horizonte em direção a Caratinga, e no trajeto acontece o primeiro contratempo: o coletivo em que se encontrava choca-se com um

⁴⁴ Expressão de Antônio Olinto para caracterizar o estilo literário de França Jr no romance em questão, o qual não obedece a uma ordem cronológica dos fatos.

caminhão tanque, mas sem muita gravidade. A estrada ficou interditada e, no meio da confusão, Jorge consegue uma carona até a delegacia de Ipatinga e lá explica a situação. Nesse ínterim, o narrador lembra-se de outro fato e o relata ao seu interlocutor: de que certa feita o chefe Mário, que estava com a amante, teve um pneu furado e recorreu a Jorge, que muito solícito o ajudou. Lembrou-se também, angustiado, de que a carga de milho deveria chegar no prazo estipulado, senão daria prejuízo ao patrão.

Da delegacia de Ipatinga, Jorge consegue uma carona até Coronel Fabriciano, onde pega o trem na Estação da Estrada de Ferro. Veículo lotado e úmido em razão do tempo, o caminhoneiro acomoda-se na plataforma do trem, junto a outros viajantes, que passam a conversar sobre os desastres provocados pela chuva, sobre questões familiares, e nisso Jorge reflete acerca de suas andanças, no fato de não possuir residência própria ou uma família, e sempre viver de forma itinerante, em cabinas de caminhão e barracões.

Chegando a Governador Valadares, lembra-se de um velho amigo e ex-companheiro de trabalho, Altair, o qual poderia ajudá-lo a chegar a Caratinga. Antigo bonachão e galanteador, o colega, agora casado e pai de três filhos é proprietário de uma oficina de recuperação de blocos de motores, local em que trabalham também os seus cunhados. O reencontro é bastante festivo e farto de lembranças dos bons tempos das estradas e dos momentos de entretenimento, como a casa de meretrício de Dona Olga, reduto das pândegas dos caminhoneiros em dias de folga.

Nesse entremeio, assim como em outros momentos da narrativa, Jorge recorre à técnica de “caso-puxa-caso”, e nos interstícios da contação de um caso, como o do Altair, recorda-se de outros e os relata ao seu interlocutor, como o de Jocimar, um ex-colega que tombou um caminhão quando voltava de Cuiabá, causando grandes transtornos a Jorge, e de outra tribulação que enfrentou quando deixou alguns caminhões pernoitando em um posto e no dia seguinte as rodas de um deles foram roubadas.

Enfim, Jorge consegue deslocar-se, por intermédio de Altair, em um caminhão da prefeitura de Caratinga que se dirigia à cidade. Sem muita dificuldade encontra as oito carretas vermelhas estacionadas à margem da estrada, onde também estavam os oito caminhoneiros contratados aguardando Jorge para iniciarem a laboração. As notícias acerca das estradas eram desanimadoras: obras interrompidas em razão da chuva persistente, trechos em lamaçal, barrancos

despencando, veículos presos pela impossibilidade de transitar em certas vias, militares do exército salvaguardando alguns itinerários.

Após uma breve vistoria nos veículos, cujo peso era de trinta toneladas de milho cada um, os caminhoneiros partem para cumprir a laboriosa peregrinação pelo interior de Minas em direção à capital. Cientes das adversidades a enfrentar, os trabalhadores armam-se com enxadas, pás, cordas, arames, lanternas e alimento suficiente.

No primeiro trecho, com a estrada deslizando em lodo, a equipe depara-se com um caminhão de carvão emperrado no meio da via, o qual ajudam a remover para poder liberar a estrada. Próximo à cidade de Bugre, quase noite, uma das oito carretas atola em um barranco, rasgando parte da lona e arrebentando algumas cordas de segurança, o que os obriga a pernoitar no local. Passando Timóteo, encontram uma ponte desnivelada que impossibilitaria a passagem das oito carretas. A equipe trabalhou horas, de enxada na mão, debaixo de frio e chuva para tentar aplanar o caminho e minimizar o desnível.

Durante o percurso, enfrentam diversos atoleiros, trocam pneus furados, radiadores quebrados, constroem pontes em áreas estreitas, fortificam mata burros fragilizados pelo desgaste do tempo, nivelam trajetos, suportam dores físicas e cansaço. Todavia, também têm os momentos de divertimento coletivo e romances passageiros, situações que despertam certo consolo e afeto no leitor, em vista da rotina áspera da travessia desses nove homens.

A equipe de Jorge ia estreitando os laços de solidariedade no trabalho e também pessoais, como nos momentos das refeições ao longo do dia, os quais aconteciam no meio da estrada, no fundo dos caminhões, ou nos raros botequins que encontravam à beira da estrada; o grupo tinha um propósito comum e todos abraçaram a causa, cientes do cenário dramático que estavam desafiando.

Chegando à cidade de Dionísio, e já no limite do prazo de entrega da carga, não houve jeito, os caminhoneiros tiveram que parar. Com a cheia do rio uma ponte e algumas casas foram arrastadas, causando um grande transtorno veicular e social na cidade. A prefeitura contratou operários para realizar a obra, a qual levou cinco dias para ser finalizada e impacientou Jorge, que a esta altura já estava conformado, pois não havia outra estrada por onde pudessem trafegar. Concluiu que realizaram todo o possível para cumprir o prazo, e que agora, só o fato de chegarem a Belo Horizonte todos juntos, com as oito carretas e a carga intacta, já seria suficiente.

Próximo a João Monlevade adentraram na estrada nova e seguiram em direção à capital, aonde chegaram contentes e buzinando coletivamente. Dirigiram-se à refinação, entregaram o carregamento e despediram-se. Jorge, exausto e com as vestes barrentas, ansioso por um banho quente e uma boa noite de sono, ruma para a garagem dos concreteiros, uma extensão do trabalho e onde costumava dormir.

Chegando ao local, depara-se com um ambiente hostil. A água do chuveiro está fria, a chave da Kombi que costumava usar não está mais disponível, e o vigia, outrora parceiro, informa com algidez que o patrão Mário não autorizou mais ninguém pernoitar no local. Essas circunstâncias são um claro sinal de que o motorista, que há anos dedicara-se aos interesses do patrão, foi desligado da empresa. Assim, a personagem encerra a história dizendo para o seu interlocutor que não gosta de se lembrar de certas coisas, mas que elas são inevitáveis em uma conversa.

5. DISCURSOS SOBRE O TRABALHO NO ROMANCE RODOVIÁRIO

A obra se estrutura tendo como forma a narrativa em primeira pessoa pelo protagonista e, nesse grande e movimentado enunciado que é o romance, há múltiplas formas da vigência do trabalho, como o ofício dos trabalhadores autônomos do transporte de cargas, a gerência do capitalista empreendedor, o trabalho semi-escravo do imigrante nordestino, a atividade do contabilista burocrata, o trabalhador das minas de carvão, além de outros trabalhadores mais periféricos na narrativa. Tal peculiaridade, no dizer de Lafetá (2004), é uma das maiores provas da modernidade de França Júnior, uma vez que o romance é a sistematização do plurilinguismo social, cujas vozes são objeto do romancista.

O sujeito que narra é Jorge, e pela sua palavra ele cria um universo discursivo e dá vida a outros atores que, volta e meia tomam a voz para si e se assumem frente ao mundo do trabalho e às circunstâncias que os contornam. Em franca conversa com seu interlocutor, o caminhoneiro qualifica os acontecimentos e as pessoas que participaram de suas andanças, tanto aqueles com quem se relacionou mais intimamente, quanto aqueles com quem teve breve contato. Sobre o tema trabalho nas obras de França Jr, Lafetá (2004, p.251) comenta:

Mas a partir do segundo livro, e em quase todos os outros, o universo do trabalho vai ocupar um lugar decisivo: o brasileiro Jorge é definido antes de mais nada pela sua relação com ele. Penso que justamente aí está um dos pontos importantes da ficção de França Júnior, um de seus traços fundamentais. Como se trata, na maioria dos casos, de representação do cotidiano, é natural que isso aconteça. Natural, mas não obrigatório; já se observou que as atividades produtivas do dia-a-dia ocupam uma parte relativamente pequena nos romances, de modo geral; mas em certas linhas de realismo ficcional elas avultam e vêm para frente da cena. É o que ocorre de modo muito nítido, quase descarnado, em *Jorge, um brasileiro*, *O homem de macacão*, *A volta para Marilda* e (em medida menor) em *Um dia no Rio*.

É uma narrativa curiosa e cheia de vida: Jorge opina, discorda, julga, pondera, indigna-se, avalia, se exalta, ironiza, concorda. São as posições axiológicas, valorativas, morais e políticas das personagens que o bom romancista explora com apuro.

Um dos efeitos de sentido da arquitetônica textual decorre do entrecruzamento do discurso romanesco com o discurso histórico, o que revela o olhar do escritor sobre o mundo da vida, e a articulação do discurso literário e de seu processo interpretativo. Segundo afirma Bosi (2002, p.121) “A escrita trabalha não só com a memória das coisas realmente acontecidas, mas com todo o reino do possível e do imaginável”, por isso as possibilidades de criação de representações de valores e antivalores são infinitas. Vê-se no romance em análise reflexões e refrações da ambientação dos transportes no Brasil, das condições das estradas, que têm suas raízes nas primeiras décadas do século XX. É a partir da política viária do então presidente Washington Luís (1926-1930), com seu lema “Governar é abrir estradas”, que os eixos da malha rodoviária e transportes de carga no Brasil ampliam-se, especialmente a partir da década de 1930 (BARAT, 1978), cuja expansão era compreendida como sinônimo de progresso e desenvolvimento econômico nacional.

Com a gradativa industrialização brasileira e a crescente urbanização das cidades interioranas, urgia a ampliação da malha rodoviária para facilitar o processo de circulação de mercadorias para regiões mais afastadas dos grandes centros, e o transporte rodoviário era uma alternativa economicamente viável e também política, uma vez que atendia a certos interesses (BARAT, 1978). Mesmo com a abertura das vias e sua gradativa ampliação ao longo dos anos, as condições infraestruturais dessas estradas eram bastante fragilizadas, o que se vê representado, por exemplo, no romance *Jorge*, principalmente pelas andanças do grupo de caminhoneiros pelo interior de Minas Gerais na década de 1960. Por muitos trajetos não serem asfaltados, bastava chover para que as vias ficassem praticamente impossibilitadas de trafegar.

Quanto às significações do trabalho, o romance se institui a partir de certo horizonte arquitetônico ambivalente, um no plano enunciativo da sociedade capitalista, onde paira a exploração e o desfecho hostil do trabalhador, e outro no plano enunciativo do trabalho coletivo, socializado, longe do ambiente citadino, configurando um universo simbólico sutil em que é possível o trabalho e as relações sociais carregarem sentidos mais humanos. Isso se dá em razão da dialogia do gênero romanesco que, como enunciado heterogêneo, revela em seu interior um discurso, mas também faz emergir um outro, aquele ao qual se contrapõe, o seu oposto, embora haja articulação entre ambos. Os eventos que compõem a

arquitetônica do texto, sejam eles temporais, valorativos ou espaciais estão entrelaçados ao centro axiológico organizador do objeto estético, no caso, a voz do narrador Jorge.

Em uma primeira instância percebe-se na obra um certo fatalismo quanto à jornada do trabalhador que vende sua mão-de-obra no sistema capitalista e, por mais que lute e se esforce, não logra romper com a hierarquização social, ter uma vida mais emancipada ou ser recompensado pelo seu labor, o que pode ser verificado pela demissão de Jorge, após anos de devoção e fidelidade para com o patrão. Todavia, por meio de estratégias do autor, percebe-se a sutileza de uma outra instância discursiva, que remonta a uma alternativa ao discurso oficial, um contraponto a esse universo, que é o âmbito do coletivo, onde o trabalho e os relacionamentos podem ter mais sentidos.

Esse mundo que oferece resistência ao contexto exploratório mais imediato possui conotação positiva ao enfatizar afetos bastante caros aos seres humanos, como a amizade, o companheirismo e a cumplicidade. Há um constante embate e uma interpenetração entre esses dois mundos, o do trabalho urbanizado na sociedade capitalista, em que o trabalhador está fadado a um desfecho adverso, e o do trabalho simbólico, metaforizado pelo trajeto percorrido pelos nove caminhoneiros para a entrega da carga, onde há esperança de certa emancipação e humanização nas relações sociais. A análise busca não se restringir aos aspectos mais superficiais do texto ou elementos ideológicos que encerram uma moral, mas, por levar em conta o discurso que se contrapõe ao oficial, intenta-se investigar “aquela espécie mais entranhada, mais profunda de *avaliação via forma* que encontra expressão na própria maneira pela qual o material artístico é visto e disposto” (VOLOCHINOV/BAKHTIN, ano 1926, p.18). Passemos a investigar os dois planos.

A personagem Jorge é elaborada como um trabalhador dinâmico, heterogêneo, que está entre os que vendem a sua força de trabalho em troca de salário, integrante da *classe-que-vive-do-trabalho* Antunes (2009), expressão que confere validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora. Não detém os meios de produção ou subsistência, mas apenas a sua mão de obra e seu saber, o qual não pertence à qualificação interna da empresa, mas é elemento que traz consigo. Por um lado, isso lhe confere uma certa autonomia em seu processo de trabalho, mas por outro, esse saber pode se tornar banalizado e substituível, uma vez que a função de motorista não demanda qualificações tão complexas.

Dedicando-se há anos à atividade extenuante de transporte de cargas acostumou-se aos horários não usuais para o seu exercício, e às instabilidades que a atividade impõe: longas jornadas na estrada, pausas escassas entre uma função e outra, prazos restritos para a entrega da carga, sujeição a acidentes, e à precariedade dos locais de descanso, restrito muitas vezes à cabina do caminhão.

Em um primeiro campo enunciativo, ouve-se a voz no narrador a compartilhar com o outro, seu interlocutor, certos relatos de sua vida, após estar desligado da empresa para a qual trabalhara, sob a liderança de Mario. Num universo de palavras, termos e expressões, o narrador seleciona os fatos discursivos que mais lhe interessam para compor o seu relato e justificar suas posições, isento, portanto, de ponto de vista impessoal. É a partir da concomitante identificação e distanciamento na narração dos fatos que o texto se constrói.

Segundo o narrador, o patrão é considerado um amigo e alguém para quem Jorge tem orgulho de trabalhar, como se vê no fragmento seguinte: “E era com satisfação que a gente trabalhava para um homem daqueles”. (FRANÇA JR, 1982, p.72). E ainda: “Não tinha tido uma coisa que eu tivesse feito que o senhor Mario não tenha achado que era a melhor coisa”. (FRANÇA JR, 1982, p.73). Essa satisfação de Jorge estava diretamente ligada ao reconhecimento de Mário pelo seu bom desempenho no serviço; alegrava-se em ver sua capacidade profissional se convertendo em realizações materiais, pois parte do saber de Jorge está ali com a função desempenhada, como se vê:

E que, quando os cinco caminhões ficaram funcionando, e trabalhando sem parar, me senti satisfeito. E era bom ver quando os cinco chegavam numa obra. Parecia que antes estava parada, porque aí você chegava a ver as paredes subindo. E os homens que colocavam o concreto dentro das formas, passavam a correr de um lado para outro para darem conta da produção. E era bonito ver os cinco trabalhando juntos, um ao lado do outro, de costas para a construção, formando uma meia-lua. Todos pintados de vermelho e com o nome do senhor Mario escrito nas portas. E eu é que tinha feito eles ficarem bons para o trabalho. (FRANÇA JUNIOR, 1982, p.25-26)

O excerto “E eu é que tinha feito eles ficarem bons para o trabalho”, denota o esmero no desempenho de suas funções e o orgulho pelo trabalho bem feito. Há uma forte identificação do caminhoneiro com o seu ofício, o qual é fonte de identidade pessoal e social em sua vida, o que faz com que seu trabalho seja central

e ontológico. É por meio do trabalho que Jorge se expressa e se relaciona com os outros: seus amigos são seus colegas de trabalho, suas conversas são sobre sua profissão. Não há separação entre vida pessoal, lazer e labuta.

Na relação com o patrão, aparentemente Jorge não vê malícia, mas julga que Mario é seu amigo e benfeitor, em razão das palavras de incentivo que o chefe dirige ao caminhoneiro pelos seus serviços bem executados, e também por torná-lo encarregado de parte da frota e contratar e demitir funcionários, o que reforçava sua identidade como trabalhador responsável e quase insubstituível. Nesse sentido, pensa diuturnamente naquilo que é melhor para Mario e em satisfazer suas necessidades capitalistas, por isso, mesmo a contragosto, em razão das intempéries climáticas, obstinou-se em transportar o carregamento de fora incumbido, enchendo-se de culpa quando se convenceu de que não fora possível trazer ao prazo, o que resultou em sua demissão.

Em contraposição à suposta pacificidade do empregado frente à lógica do mercado, percebe-se na estratégia discursiva uma outra orientação, mais crítica e irônica:

E me lembro que quando ele pegou o avião e foi para Cuiabá, e eu fiquei com o caminhão comigo, senti que aquele era um homem para a gente trabalhar para ele a vida toda. E topar qualquer serviço. E ele ainda havia se lembrado de levar as caixas de cerveja e as camisas (FRANÇA JR, 1997, p.83).

Ao proferir ao interlocutor esse enunciado aparentemente ingênuo e conformado, em que Mario é retratado como um benfeitor para quem é uma honra se trabalhar, o excerto “E ele ainda havia se lembrado de levar as caixas de cerveja e as camisas”, adquire um tom irônico quando em diálogo com todo o contexto de exploração que aponta o primeiro plano enunciativo da arquitetura da obra. Há uma orientação discursiva para o imediato, de que Mario fez um pequeno agrado ao dar cervejas e camisas de brinde para os empregados, e também para a cadeia discursiva ampla que dialoga com o contexto exploratório a que estavam submetidos aqueles que com o suor do rosto conferiam altos lucros aos empreendimentos do chefe e eram entretidos com gorjetas. Isso remete aos “consumos compensatórios” de que fala Gorz (2003, p.53):

Ora, sabemos que os consumos compensatórios são propostos ao indivíduo privado como proteção e refúgio contra o universo coletivo. Incitam-no a retrair-se à esfera privada, a privilegiar a busca de vantagens “pessoais” e contribuem, assim, a desagregar as redes de solidariedade e de ajuda mútua, a coesão social e familiar, o sentimento de pertencimento.

Em analogia com o universo da economia, grosso modo, é como se o Estado Liberal “tramasse” contra a tendência do indivíduo ao universo coletivo e, com o oferecimento de vantagens pessoais, alienasse o homem da sua natureza social. O indivíduo se torna socializado pelo consumo, em “uma socialização asocial”, pois cada um passa a buscar sua própria vantagem individual.

Mario precisa de alguém de confiança para gerenciar parte de seus empreendimentos, por isso precisa oferecer a seus empregados certas benesses para evitar um desagrado coletivo e mantê-los fiéis. A personagem representa o capitalista empreendedor, ávido por bons lucros. Com discurso ora patronal, ora amigável, Mário não libera Jorge de ser rentável o tempo todo, mas intensifica a opressão à medida que o faz viver no trabalho e para o trabalho, conforme relata Jorge: “Se eu fosse contar, ia ver que depois que comecei a trabalhar para o senhor Mario, tinha morado mais tempo em barraca e em cabina de caminhão, do que em casa, ou barracão ou garagem ou escritório” (FRANÇA JR, 1997, p.53). As pequenas cortesias de Mario para com Jorge e outros empregados são, de certa forma, uma política paliativa que oferece uma certa recompensa imediata, mas está longe de abrir perspectivas emancipatórias para um futuro próspero e autônomo.

Semelhantemente ao propósito do excerto supracitado, Jorge recorda-se do tino do patrão para os negócios e suas estratégias para auferir lucros:

E falou para o senhor Mario: - Você tem que se convencer que apanhou um monte de ferro velho e contar a coisa como prejuízo. Mas o senhor Mario riu e disse que havia comprado sabendo o que estava fazendo, e que sabia também que eu ia colocar a coisa funcionando, e como nova. (FRANÇA JUNIOR, 1982, p.25)

Na busca por oportunidades de negócios que o fizessem enriquecer mais, como a compra de caminhões velhos em potencial, Mario contava com Jorge para consertar os veículos e deixá-los como novos, o que de fato acontece. Além de

proprietário de frota de caminhões, Mario era também dono de uma pedreira e de um posto de gasolina, juntamente com outro sócio. Incumbia Jorge não só de seu trabalho com as cargas, mas também de fazer pequenos serviços, como levar recados familiares, fazer compras no comércio, trabalhar de mecânico dos caminhões, prestar socorro fora de hora, como trocar pneu furado do chefe durante a madrugada, tudo isso na “camaradagem”. O leitor tem acesso a essas informações a partir do recorte que o narrador realiza ao apresentar sua história, mesmo elas estando “diluídas” no todo da narração. Não há, portanto, uma cumplicidade entre autor e personagem, pois certas falas do próprio Jorge e de outros personagens sobre ele, desabonam a visão ingênua de conformação do protagonista com a situação em que se encontra. É o que se confere mais uma vez quando Jorge relata o seguinte enunciado:

[Mario] Achou graça e riu e contou sobre o negócio que estava fazendo e que iam entrar aqueles caminhões. E dizia, porque naquela época ele sempre falava comigo dos negócios, que era coisa para ficar rico em pouco tempo. E tinha uma pedreira no negócio e também uma máquina de fazer brita. Lembro-me de que ele bateu no meu ombro e falou que eu ia acabar um homem cheio do dinheiro. E falou para eu “aguentar a mão”, que, no fim, “a coisa sempre melhora”. (FRANÇA JUNIOR, 1982, p.58)

Além dos brindes, o discurso ilusório como “aguentar a mão”, “a coisa sempre melhora”, também tem o propósito de criar uma conformação e falsas esperanças de uma possível emancipação ou ascensão financeira. Em outro momento, quando Jorge precisava de certa quantia de dinheiro para investir em um bom negócio de pneus, procurou o patrão “mas o senhor Mario na hora estava com pressa e não me escutou direito. Só bateu no meu ombro e falou que era para eu não esquentar a cabeça, não”. (FRANÇA JR, 1982, p.62). Esse excerto dialoga com as contradições entre as classes sociais na narrativa, em que na tentativa de Jorge melhorar de vida por realizar um bom negócio, o patrão lhe impede, não lhe dá ouvidos, o que se infere que, no plano do capitalismo, não é possível ao caminhoneiro alcançar patamares similares ou maiores aos do patrão. Essa problemática da classe social se faz visível já no título da obra. Portador de nome popular, Jorge é caracterizado como mais um no coletivo de trabalhadores brasileiros, uma vez que não é referido pelo artigo definido “o”, mas pelo indefinido genérico “um”. O caminhoneiro, portanto, é mais um dentre os milhares de homens simples que precisam trabalhar para

sobreviver em um Brasil de enormes disparidades econômicas e sociais.

No entanto, a narrativa como “formação simbólica grávida de sentimentos e valores de resistência” (BOSI, 2002, p.132), mostra uma perspectiva crítica ao dar voz a esse homem simples, trabalhador, do povo, que protagoniza o romance, em uma época de fortes tensões sociais no cenário da vida extraliterária. No plano do estético, há um fundo axiológico de caráter político na obra, que tenuamente se contrapõe ao cenário ditatorial vivenciado pelo Brasil no final da década de 1960. Há uma recusa à ideologia vigente, à imposição do padrão de mercado, representado por certas tensões maniqueístas entre os dois planos enunciativos da narrativa que se contrapõem, mas que se complementam no processo de construção da arquitetura do romance.

Essas falas na obra, portanto, não são gratuitas, mas mostram que a percepção da exploração no trabalho se faz de maneira sutil pelo discurso do narrador e também pela voz do outro. São vozes de outra natureza que se contrapõem ao discurso favorável ao patrão, como se pode verificar também no diálogo com um trabalhador de minas de carvão para quem Jorge oferece carona:

- Carro grande, hem?
 - Mais ou menos, havia eu respondido.
 Ficou calado um pouco e depois disse: - É do senhor?
 - Não, eu sou o motorista.
 - São quantos?
 - Oito.
 - Tudo de um dono só?
 - Tudo.
 - Homem rico, heim?
 Balancei a cabeça concordando.
 - Ele está aí?
 - Não.
 - É, quem tem tudo isso não precisa viajar, não é?
 Concordei novamente com a cabeça.
 (FRANÇA JR, 1987, p.161).

Essas vozes, representadas em discurso direto, concentram uma dupla expressão ao evocar primeiramente o imediato, de que Mário não precisa “bater volante” noite e dia por ser um homem rico e, em um segundo momento por remeter às diferenças de classes sociais e à usurpação do trabalhador, representando uma crítica ao capitalismo. Pela alteridade, na relação com o outro, Jorge vai se conscientizando dessas diferenças. Há, portanto, dois centros discursivos, uma voz

literal e uma outra que não se limita ao contexto instantâneo, mas o transcende. Nesse sentido, afirma Amorim (2001, p.181) que “O discurso do outro tem sempre uma dupla expressão, a sua e a do enunciado que o acolhe”.

O universo do trabalho dessa personagem para quem Jorge oferece carona também é retratado de forma degradante nesse primeiro plano discursivo. Sob um horizonte cinza escuro, um vento cortante e chovendo a cântaros, esse homem, no meio do barro, enrolado em uma lona pede carona para ir até a cidade de Ponte Alta, pois esperava um ônibus da Companhia Acesita que só passaria muito tarde da noite. Trazia consigo um embrulho de papéis e documentos de trabalho os quais mostra a Jorge e relembra a sua trajetória laboral pelo interior de Minas, de quando trabalhava em uma fazenda aplicando “remédios nas vacas com pincel, para não dar berne” (FRANÇA JR, p.164), emprego que abandonou pela impossibilidade de os filhos estudarem. Conta ao motorista que agora trabalha em uma mina da Companhia, fazendo carvão em fornos de barro, cujo transporte se dava em grandes caçambas, ou caminhões “gaiola”, e tinha o eucalipto como matéria prima. Relata também o ambiente insalubre da indústria carbonífera:

Disse também que de tanto pisarem no barro quente, a pele do pé ficava grossa e que depois não sentiam mais queimar. Olhei para os pés dele, mas estava escuro dentro da cabina e não deu para eu ver. Também falou que só os de pulmões fortes é que aguentavam, sem ficar doentes. Os outros, os de “peito fraco”, não podiam fazer aquele serviço porque ficavam tossindo e tinham febre. (FRANÇA JR, 1982, p.142)

Ao ouvir o relato, Jorge reflete que não gostaria de fazer esse serviço, pela dureza da função e pela insalubridade do ambiente de trabalho. É uma voz que se contrapõe a essa labuta árdua, e chama a atenção para essa forma de trabalho e como ela é executada. O mineiro, contudo, sentia-se forte por conseguir laborar em um local que exigia muito da saúde, ou “pulmões fortes”. Durante a conversa não reclama do serviço; considerava-o até bom em épocas de chuva, porque assim não sentia tanto frio. Fala das vantagens de se trabalhar para a mina da Companhia, pois ali os trabalhadores tinham acesso ao hospital e ao armazém, onde poderiam comprar e pagar só no final do mês. Assim, “se o pagamento atrasasse, eles não tinham falta de boca” (FRANÇA JR, p.164).

Essa suposta mansidão do mineiro com o seu trabalho árduo é tenuamente contestada pela sutileza de um outro enunciado que também comunica, o silêncio:

“E falou de novo no menino, e disse que tinha o mesmo nome que ele. Quando falou isso, parou de mostrar os papéis e ficou calado. Olhei e ele estava olhando para fora e calado” (FRANÇA JR, 1997, p.165). Durante a carona, após conversar sobre o trabalho nas minas de carvão, o homem se cala ao revelar que o filho tem o mesmo nome que o seu, embora o epíteto não esteja revelado na narrativa. Esse silêncio adquire uma perspectiva polifônica e se situa em uma fronteira entre o dito e o não dito, como aponta Amorim (2001, p.283) “A política do silêncio dispõe as cisões entre o dizer e o não dizer. É aquilo que é necessário não dizer para poder dizer”. E esse “não dito” está prenhe de significações quando em diálogo com outros enunciados proferidos por esse trabalhador.

Sabe-se que a questão do nome próprio carrega sentidos de identidade e subjetividade, além de forte carga simbólica. No contexto da Antiguidade, por exemplo, os nomes com que se batizavam os recém-nascidos estavam atrelados à circunstância do nascimento, ou também a um ato profético. Na fase adulta, alguns poderiam ter seus nomes alterados em razão da mudança de conduta, como se vê, por exemplo, na personagem bíblica Jacó (usurpador), que passou a se chamar Israel (aquele que luta com Deus ao seu lado), após uma bênção do Criador.

Inferese, portanto, que o silêncio desse pai traz o sentido de não desejar aos filhos o mesmo destino de trabalho que o seu, pois é após o relato das agruras do trabalho nas Minas que ele comenta do nome e se cala. Esse silêncio, portanto, remete a algo já dito, e sua significação se dá por outro texto e contexto. Essa inferência se justifica também pela seguinte fala: “Ele gostava do seu Romualdo, mas não podia voltar para trabalhar para ele porque tinha os dois meninos e queria que eles tivessem escola” (FRANÇA JR, 1997, p.164). O mineiro gostava de seu antigo trabalho e também de seu patrão, que o tratava bem. Porém, teve de deixar essa função laboral por desejar que os filhos frequentem a escola, para assim, poderem ter a possibilidade de conseguir um trabalho melhor, mais emancipado, isento da dureza de um lida diária pisando no barro quente e aspirando fumaça tóxica.

Como atividade centenária, a indústria carvoeira desde a sua gênese é considerada um dos locais mais perigosos e deletérios para se trabalhar. Proletários maltratados labutam em um contexto coletivo de fadiga e de estresse, sujeitos a acidentes, a riscos de desmoronamento, ao agravamento de doenças pulmonares, como a silicose, por respirar diariamente um ar poluído. O discurso de Jorge sobre

essa temática entra em dialogia com o clássico naturalista de Zola (2009) que, por intermédio da literatura, faz uma denúncia das condições de trabalho subumanas da comunidade de mineiros do século XIX, enfatizando a luta de classes, liderada pelo idealista Étienne Lantier. Pode-se afirmar, portanto, que o relato do trabalhador das minas no romance, também se caracteriza como uma denúncia, um alerta à sociedade frente às contradições entre capital e trabalho.

Nesse breve diálogo entre Jorge e esse trabalhador percebe-se, pela voz do autor, a rotina de abusos a que são submetidos esses indivíduos. Serrando madeira, pisando no barro quente, jogando água para abafar as labaredas, o sujeito se torna um mero fator material de produção, limitando sua condição a uma objetividade reificada. Semelhantemente ao que faz o patrão Mario com seus “operários”, o empregador tenta amenizar os danos físicos causados pelo trabalho intenso na indústria carvoeira com certos benefícios, como atendimento hospitalar e o crédito para a compra de alimentos, como os apresentados pelo caroneiro de Jorge. Todavia, isso apenas mascara o uso arbitrário da mão de obra do trabalhador, em um contexto laboral precarizado.

Em semelhante situação de análise, há outro grupo de trabalhadores que é enfatizado na narrativa e merece atenção: os migrantes nordestinos. Durante a contação de sua história, Jorge recorda-se de um fato quando trabalhava na pedreira de Mário, em Brasília. Os trabalhadores que realizavam o serviço pesado nesse empreendimento eram migrantes nordestinos, desvalidos, enredados com promessas enganosas de melhores condições de vida nessa cidade em ascensão. No processo de escolha desses obreiros, Jorge toma como referência a robustez do trabalhador:

Na primeira vez que fui com o Celso, arranjar os cearenses que tinham chegado no caminhão de um motorista conhecido dele, ele foi tratar o preço e me falou para ir escolher os que eu achasse mais fortes. Eles estavam em filas e todos querendo ser escolhidos. Tinha uns que estavam com as mulheres. Aqueles eu nem quis olhar porque a gente não precisava de mulher na pedreira e, também, eu achava que mulher ia é arranjar confusão. Fui separando e quando o Celso veio, mandou os que eu havia escolhido virarem as mãos para cima. E muitos ele mandou voltar para a fila. Não entendi. Eu sempre soube conhecer um homem bom no serviço. Perguntei por que não serviam. O Celso me disse que eles tinham as mãos finas e que pau-de-arara de mãos finas ou era cantador ou ladrão. (FRANÇA JUNIOR, 1982, p.142)

A personagem Celso, o sócio de Mario na pedreira, escolhe os cearenses com base na anatomia das mãos. Julga que quanto mais gretadas e calejadas forem, melhor é o seu desempenho na labuta diária, com o cabo da enxada, carregando pedras, mourejando de sol a sol. Inclusive, para a surpresa de Jorge, elegeu alguns que estavam com as esposas, porque “a elas, a gente pagaria a metade do preço, e que serviam para cozinhar” (FRANÇA JR, 1982, p.142). Os contratantes perceberam a polivalência da mão de obra feminina no trabalho doméstico e fora de casa e se aproveitaram para explorá-las, intensificando essa mão de obra e os desníveis salariais com relação aos homens.

Já o indivíduo de mãos airoas, segundo Celso, que não tem no “órgão do trabalho” uma identidade laboral, limita-se, portanto, ao roubo ou à vida mansa de “cantador”. Jorge, que avaliava um bom trabalhador pela robustez, aprende a lição acerca das mãos com o colega Celso, mas se engana com o jovem motorista Toledo, cujas mãos delgadas eram as mais hábeis na direção, assunto que será abordado na seção 5.1.

O trabalho dos migrantes nordestinos era compulsório e exploratório. Pela expansão da força sobrando de trabalho e necessidade de sobrevivência esses indivíduos depauperados são coagidos a se submeter a formas desumanas de labor nos centros urbanos, o que reflete também parte do contexto histórico no processo de construção da nova Capital Federal nos finais da década de 1950 e ao longo da de 1960. Relatos históricos apontam que o quadro de trabalhadores chegava a 60 mil pessoas, e esses indivíduos eram “considerados como analfabetos, despreparados, sujos, o dito candango” (REIS Jr, 2008, p.10) a labutar no canteiro de obras de Brasília. Retratados pelo poeta Vinícius de Moraes como “pés de raiz, rostos de couro e mãos de pedra”, esses trabalhadores vivenciaram uma jornada de trabalho exaustiva, que podia ultrapassar quinze horas diárias, e também a precariedade nas condições de moradia, que muitas vezes limitava-se a barracos de lona sem a menor proteção às intempéries climáticas. Desses fatos sociais provem a sensibilidade do escritor para representar esses trabalhadores na narrativa.

O discurso na obra literária mostra que os nordestinos que chegavam à nova capital são aliciados com promessas ardis e ficam presos pela dívida, porque nessa forma de exploração o trabalhador deve reembolsar a viagem, a alimentação durante o percurso, as despesas extras com o veículo, acarretadas durante o trajeto, e o preço das ferramentas utilizadas no próprio trabalho. Durante a labuta monta-se

guarda para vigiá-los e impedir a livre locomoção. Com isso esse grupo passa a trabalhar apenas em troca da comida, e a exercer uma dura e longa jornada de trabalho.

E reuniu o pessoal que ele tinha escolhido, e ele e o motorista falaram com os homens que o preço da passagem era de três meses de trabalho, e que não podíamos pagar nem um tostão a mais. Alguns reclamaram, dizendo que três meses era muito, que o motorista havia prometido a eles que a passagem era só trinta dias. O motorista, então, falou que não sabia que eles iam comer tanto na viagem, e que eles haviam comido mais de duas vezes por dia. E que o caminhão havia quebrado a caixa de marchas, e que a despesa havia sido muito maior do que ele esperava. (FRANÇA JUNIOR, 1982, p.142).

O sujeito não se reconhece no seu trabalho, nem na sua produção, o que torna o labor puramente ligado à sobrevivência, à subsistência. Exercendo modalidade informal e precária, a parte que cabe a esses indivíduos corresponde ao mínimo vital, o suficiente para reproduzir a força de trabalho. Representam o desempregado involuntário a exercer um falso emprego que exige qualificação mínima, sobretudo física, e que ocupa o tempo do indivíduo enquanto nada de melhor lhe aparece, quando, na realidade, não há emprego digno para esses imigrantes serem alocados.

Os empreiteiros responsáveis pela contratação dos nordestinos não ensejam suprimir as condições que conduzem essa população à exclusão, mas apenas de realocá-los de modo transitório, temporário, pois têm ciência de que nas condições de trabalho precária e exploratória que oferecem, eles não irão permanecer por muito tempo. Tencionam aproveitar a economia de escala humana, ter empregados polivalentes no uso da força física, que não se limitem a uma só função. Isso contribui para a economia das despesas da empresa e fortalece o capital.

Não há nesse trabalho semi-escravo uma articulação entre as potencialidades humanas e a atividade material. É o caráter arbitrário e opressivo da intensificação do trabalho. A função exercida por eles não propõe desenvolvimento pessoal, pelo contrário, por sua duração e natureza acaba mutilando as faculdades físicas e psíquicas do trabalhador. Há uma coação para que eles se submetam a um regime que os despersonaliza e usa as suas energias, buscando a renúncia a qualquer autonomia em troca de subsistência. Estão marginalizados, na periferia da dialética

intransponível do direito e do dever de que fala Gorz (2003, p.204): o direito ao trabalho como integrador do homem à sociedade, o direito à renda, o direito de não depender para sua subsistência da boa vontade daqueles que tomam as decisões econômicas; e o dever, como contrapartida do direito, de trabalhar para produzir essa renda, e de responder à sociedade, à qual pertence, por meio do trabalho, aquilo que o homem consome e que a sociedade lhe fornece.

Essa situação representada desses trabalhadores nega a realidade de cidadania a esse grupo. Eles não têm direito sobre a função desempenhada, e se encontram em poder daqueles que os coagiram a esse labor: o que os aliciadores concedem hoje podem retirar ou suprimir amanhã. Disso decorrem as fugas e a caça ao empregado fugitivo:

O contrato que a gente fazia com eles era de três meses, mas sempre, antes de completar esse tempo, eles iam ficando sabidos e começavam a fugir. E quando um fugia, e a gente não o apanhava e levava logo de volta, os outros começavam a pensar e isso era muito ruim. (FRANÇA JUNIOR, 1982, p.117)

Há, portanto, na retratação do mundo laborativo desses indivíduos, uma forte crítica à sociedade hodierna de trabalho, revelando suas contradições, e não isentando quem integra a “ordem”, por mais que pareça ter certa postura irrepreensível, como o herói da obra. Vê-se, portanto, duas matrizes discursivas opostas pelos excertos citados. Pela própria voz do narrador, o heroísmo de Jorge é desabonado, revelando um outro lado de sua conduta, a de explorador, o que demonstra certa incongruência, tanto pela própria condição de trabalho e quanto por não ser solidário com seus subordinados. Jorge sabia dos embustes que envolviam as circunstâncias dos cearenses; caçava-os quando fugiam; colocava guardas de plantão para evitar as fugas; não se compadecia do sofrimento alheio, mas revelava-se cruel e frio.

Há, inclusive, certa ênfase na narrativa quanto ao estado de espírito do protagonista quando, durante a caça a um dos nordestinos fugitivos, Jorge atropelou por acaso um homem na estrada. O foco ali não se limita à morte, ou a um arrependimento de Jorge, mas se estende à crise que vive a personagem, em face da circunstância do fato e da possibilidade de ser descoberto, retratada pelo campo

de visão daquele que cometeu o crime: “E vou dizer uma coisa: a cara daquele homem me olhando, como se estivesse fazendo uma careta, e sendo puxado para cima do caminhão, mudou para dentro de mim” (FRANÇA JR, 1982, p.123). A inquietação de Jorge com a imagem do homem que matou lembra a imagem dostoievskiana do assassinato da velha usurária por Raskolnikov, em *Crime e Castigo*. Embora uma morte tenha sido premeditada e a outra não, em ambos não se vê piedade, mas não sabiam como se livrar da figura agonística da vítima que lhes perturbava a alma. Assim como o herói do romance russo, a consciência de Jorge “se converte em uma arena de luta das vozes de outros” (BAKHTIN, 2010b, p.99), como as de Célio e Celso que trabalhavam na pedreira, a de Mario, a dos imigrantes nordestinos, a da polícia e, por meio desses diálogos, tenta resolver seus próprios problemas e isenta-se da culpa.

A pretensa estima que a situação de Jorge desperta no leitor em um primeiro plano, em razão do esmero no trabalho, da fidelidade em suas relações sociais, e do descarte final desse empregado, é posta em cheque quando se percebe que o protagonista também integra a ordem do capital no processo de contratação dos migrantes ilegais revelando-se, assim, como anti-herói. É um discurso que contrasta ao do herói virtuoso, em que o Jorge ético cria, pelo discurso, um duplo seu aético (BAKHTIN, 2010b), o que se pode inferir que essa antinomia humana representa a própria contradição do capital.

Todos esses discursos carregam sentidos que apontam para a derrota do trabalhador na sociedade de mercado e para os valores degradados do contexto de exploração em que vivem. É com fina ironia que o autor elabora o texto e revela as antíteses de classe pela voz do narrador e de outros personagens sobre ele. Não há solidariedade entre o autor-criador e o herói, mas os discursos apontam para antinomias, possibilitados pelo excedente de visão do autor.

Ao repensar sua vida, Jorge medita sobre o cotidiano itinerante que leva e o desejo por uma certa rotina laboral e por um lar:

Fiquei pensando que se eu trabalhasse muito tempo num lugar só, e tivesse uma casa, e chegasse e estivesse chovendo, eu iria tirar o sapato antes de entrar e, lá dentro, poderia estar a Sandra. (...) E eu sem precisar ir de um lugar para outro e morar em barraca ou cabina de caminhão, ou escritório, ou garagem, ou ter que viajar e ficar sem ela e sabendo que também depois não iria chegar e entrar num lugar onde ela estivesse. (FRANÇA JUNIOR, 1982, p.53)

Como trabalhador despossuído dos meios de produção e subsistência, vê-se que os locais em que Jorge dorme não lhe pertencem; os artefatos que utiliza são emprestados, os veículos que conduz não são seus e muito menos a mercadoria transportada. Há aqui um certo desejo de criar raízes, ter uma família e um trabalho estável, o que se contrapõe à sua vivência de trabalhador itinerante e aponta para um outro campo enunciativo em que os laços humanos têm mais valor do que uma vida a serviço do capital. Jorge almeja uma esfera privada, viver a rotina do lar em família e preencher seu viver com atividades para além da esfera econômica, que enriqueçam a vida pessoal do indivíduo.

Posto esse primeiro plano, em um outro campo enunciativo a obra recria simbolicamente um mundo pós-capitalista ou pré-capitalista, apartado da urbanidade e das relações de mercado, mundo em que impera a socialização das tarefas, a amizade, as relações mais espontâneas e solidárias, o que remete ao que denomina Lukács de Posições Teleológicas Primárias, isto é, o trabalho em interação com a natureza. Aqui se percebe o diálogo da obra com uma época mais distante, não limitada ao contexto de sua criação, ocasionando com que os enunciados na literatura se adensem por concentrar uma temporalidade de muitos anos, e interagir com discursos antigos, que transcendem o imediato e mesclam realidade e ficção, como atesta Bakhtin (2003, p. 362) na bela passagem sobre a atemporalidade de certas obras:

As grandes obras da literatura são preparadas por séculos; na época de sua criação colhem-se apenas os frutos maduros do longo e complexo processo de amadurecimento. Quando tentamos interpretar e explicar uma obra apenas a partir das condições de sua época mais próxima, nunca penetramos nas profundezas de seus sentidos.

Os diálogos com outras épocas são característicos do fenômeno literário, em virtude de sua dialogia interna. Na dimensão do simbólico no romance em tela, ecoam vozes que remetem a um certo contexto mítico, resgatando uma tradição de saberes que reverberam na atualidade da narração. É nesse ambiente quase familiar entre esses nove homens que o trabalho é recompensado, pela ajuda coletiva a enfrentar os desafios, em um mundo não adulterado pelas relações capitalistas em que a retribuição pela labuta árdua é a demissão. Esse ideário que

transcende a monetarização social é um contraponto à lógica do capital, e serve para enaltecer um modelo de resistência que opõe a força própria à força alheia (BOSI, 2002, p. 118) frente à coerção da sociedade de mercado.

Um dos primeiros elementos simbólicos que se percebe na narrativa é o número sete, que é constantemente citado, em razão da viagem ter sido designada para ser cumprida nesse período de dias. Esse número carrega culturalmente uma conotação mística, sagrada, desde épocas primevas. No texto bíblico, por exemplo, ele contém uma simbologia de perfeição: no sétimo dia, completou-se a criação e o descanso do grande arquiteto do universo; as cores do arco da aliança (arco-íris) são compostas por sete tonalidades; os selos apocalípticos são em número de sete; o candelabro é composto por sete hastes; as virtudes do Espírito Santo são sete. Nesse sentido, esse número reflete e refrata uma outra realidade, talvez transcendente em relação ao contexto imediato da obra, ou seja, a década de 1960, pois o discurso deita raízes em uma temporalidade maior, dialogando com discursos anteriores, às vezes, milenares, pois converteu-se em um signo ideológico, que passa a ser revestido de um sentido “superestrutural”. Ele adquire “um sentido que ultrapassa suas formas particulares” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010, p.32), são repetições por demais frequentes para serem gratuitas, daí a sua não neutralidade em um texto como, por exemplo, o literário.

Nessa mesma vertente, outro elemento quase palpável na obra é a chuva torrencial, retratada como um empecilho que os acompanhou durante toda viagem, cessando apenas ao final: “Quando olhei, o sol já estava lá fora. E estava fazendo calor e o sol brilhava muito. Era aquele sol de depois da chuva, que queima, e brilha, e faz a gente andar com os olhos meio fechados” (FRANÇA JR, 1982, p.185). Simbolizando a vida e talvez um novo começo, o aguaceiro abundante tem raízes simbólicas em antigas narrativas, como na saga do Gênesis, ou no épico mesopotâmico *Epopéia de Gilgamesh*, em que Deus envia um dilúvio para dizimar a corrompida raça humana em prol do surgimento de um novo povo, que preze valores mais altaneiros. No romance, a enxurrada simboliza um prenúncio de mudança na vida do protagonista, ou as primícias de um novo ciclo, uma vez que a chuva cessa repentinamente quando os caminhoneiros chegam ao destino final, apontando para uma jornada de trabalho que se encerra com a exoneração de Jorge.

As referências ao barro e ao lodaçal, aliados ao aguaceiro abundante também

se fazem presentes por quase toda a obra, dando margem a uma leitura mítica, quando visto no plano simbólico. São elementos figurativos da interação do homem com o elemento telúrico, o que dialoga com a antiga teologia judaica que trata da formação do homem do pó da terra, modelado a partir do chão úmido e endurecido. Em referência ao assujeitamento da criatura ao Criador, o homem surge não de cima, mas de baixo, do barro inerte, o que aponta para uma natureza humana calcada no chão, dissipando toda soberba do ser criado. É do barro que parte e é para ali que tornará. No romance, a intensa luta contra as adversidades do lodo e da chuva podem remeter à luta do homem consigo mesmo, como uma tentativa de se emancipar da força da natureza, tentando superá-la. Esses componentes, portanto, podem ser vistos tanto como entraves à jornada, quanto como meios de unificação do trabalho e da socialização entre os trabalhadores. Como inconvenientes, a lama e a chuva dialogam com o contexto material, concreto; como meio de unificação, a discussão se adensa e transcende o imediato histórico, adquirindo certa característica positiva, à medida que é por meio dessas intempéries que a comunhão entre esses trabalhadores se aprofunda. É nesse sentido que afirma Bakhtin, (2003, p. 362), que o diálogo com o universo simbólico, por exemplo, torna-se possível, porque a explicação do texto literário não se limita à época imediata de escrita da obra, mas a transcende no tempo, no espaço e na cultura.

Apartados da civilização e munidos apenas de ferramentas rústicas para o trabalho braçal como enxadas, pás, machados e lampiões, o grupo vive uma odisseia pelo interior do Brasil. Intensifica-se o aguaceiro, o lamaçal se espalha, os barrancos desabam, as carretas atolam. Trabalhavam horas no cabo da enxada cortando os barrancos para desatolar os caminhões. Mas em meio ao batente brincavam um com o outro tirando sarro dos times de futebol adversários, ou das dores físicas de outro: “Depois de cortar um pedaço do barranco, foi a vez do Fábio passar. O Murta gritou para ele não fazer besteira igual a que fez na curva: - Seu atleticano burro! O Fábio disse pra ele ir à merda, e o pessoal riu” (FRANÇA JR, 1982, p.133). Durante o trajeto, o riso e a brincadeira são atitudes constantes do grupo e exercem um papel importante como fenômeno de socialização e resistência à rotina intensa e pesada do trabalho, pois enfrentam uma grande provação em conjunto até chegarem ao local de entrega da carga.

Assim, os motoristas fazem desvios paralelos às pontes que estavam despencando e aos mata burros cujas vigas estavam cedendo; cortavam pés de

eucalipto com o machado em mãos para abrir caminhos; consertavam pontes desniveladas; rasgavam a terra com as mãos quando a enxada não era suficiente. “E as mãos da gente estavam sempre sujas; e os pés cheios de barro, com os sapatos pesando mais de dez quilos. E a gente não ligava mais para merda nenhuma” (FRANÇA JR, 1982, p.170).

Vencidas essas provações surgem outras: lonas rasgam, o freio falha, o radiador fura, o semi-eixo do veículo danifica-se. Há um encadeamento de atrapalhões laborais a desafiá-los física e coletivamente ao prosseguimento da viagem. É o indivíduo, dotado não apenas de força bruta, mas de inteligência, iniciativa e capacidade de organização, em constante luta com a natureza, tentando superá-la. Nessa relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, o sujeito almeja ir além da água, da terra e dos ventos, mas quando olha para si, para a força de seu próprio braço, percebe-se um ser limitado, precarizado, frente à grandiosidade de tudo o que transcende a própria materialidade. As personagens ali são um coletivo incumbido de uma missão que se dá interrelacionada com a natureza e o trabalho. Para ser desempenhado esse propósito é necessária a cooperação de mais pessoas, ou no dizer de Lukács, de um conjunto de “pores teleológicos” a formar a consciência de um grupo a fim de transformar a realidade. Assim, o trabalho aparece como um mecanismo de integração entre a equipe, labor que exige harmonia porque um precisa do outro.

Nos entremeios de uma história e outra que a personagem narra, ele vai extraindo lições, proferindo máximas e provérbios sobre a vida. A socialização e o coletivismo tem aí um aspecto importante. Nas entranhas de um Brasil ruralizado, enfrentando uma *Via Crúcis* para cumprir a missão de que fora designado, Jorge e seus companheiros formam uma comunidade solidária.

A luz do fogo do fogareiro clareava pouco, e nós reunidos ali debaixo, comendo, dava a impressão de uma coisa séria. Os motoristas voltaram a falar. Achei a comida boa e comi muito. Depois que terminamos cada um lavou o seu prato nas bicas que a chuva formava em algumas pontas da carroceria. E ficamos ali debaixo, bebendo café quente com torresmos, e conversando. Falamos do quanto a gente ia ter que cortar do barranco. E falamos da chuva e do barro (FRANÇA JR, 1997, p.129).

Por meio do trabalho tecem os laços de solidariedade e cooperação, pois

todas as tarefas precisam ser realizadas em conjunto. Após jornada estafante conversavam sobre os desafios do dia, divertem-se contando causos, comem juntos com alegria, agachados, ao redor de um fogareiro. É nessa circunstância que o trabalho adquire um novo sentido, como se vê: “E todos estavam achando muita graça, fazendo brincadeiras com o Lauro para vê-lo reclamar. Percebi, então, que se a gente tivesse que fazer uma outra ponte ali, naquela hora, ninguém iria achar ruim (FRANÇA JR, 1997, p.157). A partir do percurso pelo interior de Minas Gerais, o autor recompõe um panorama onde se delinea um outro discurso sobre o trabalho, longe da degradação da labuta do mundo capitalista. Apesar da dureza da vida cotidiana, no plano da narrativa, a arquitetura é otimista, e o trabalho é responsável por certa mudança na natureza humana:

Tem-se, portanto, por meio do trabalho, um processo que simultaneamente altera a natureza e autotransforma o próprio ser que trabalha. A natureza humana é também metamorfoseada a partir do processo laborativo, dada a existência de uma posição teleológica e de uma realização prática. (ANTUNES, 2009, P.142).

Nesse passo, pode-se dizer que há uma transformação positiva de natureza pelo trabalho. É na comunhão entre os trabalhadores que sua função adquire outra conotação. Longe do contexto concreto urbano, mas em um cenário interiorano, onde abundam o barro, a chuva, o trabalho coletivo e a solidariedade, representações que acenam para um cenário mítico. Essa leitura simbólica de um escape ao capitalismo infere uma forte crítica à sociedade de trabalho, em que tudo funciona pela lógica da racionalidade econômica, em que tudo deve ser mensurável, calculável, previsível, as relações tornam-se monetarizadas, visando o mínimo de prejuízo ao capital. O tempo deve estar disponível para a produção de riquezas, abrangendo todos os domínios da vida, inclusive os ideais e esperanças da humanidade. Pode-se inferir, portanto, que essa crítica aponta para uma outra sociabilidade, que transcenda a hierarquia que subordina o trabalho ao capital, como propõe Antunes (2009, p.175):

Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social somente poderá efetivar-se por meio da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, de modo que, a partir de uma

atividade vital cheia de sentido, autodeterminada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas possa se desenvolver uma nova sociabilidade.

Como complemento a uma vida de sentido no trabalho, contribuem o ócio, as artes e o tempo livre para propiciar uma vida autêntica e autodeterminada, onde possam sobressair relações mais espontâneas, afetivas e solidárias. Faz-se necessário, portanto, sair da “ordem”, em que os que exercem trabalho subordinado estão embrutecidos pela função muitas vezes estranhada, oprimidos pela hierarquia e dominados pela maquinaria a que servem. Há certa advertência nesse campo discursivo, em que é necessário ao homem trilhar novos caminhos, entendendo que a economia tem limites e não assujeitar atividades sem fim mercantil à lógica do rendimento.

5.1 A personagem Toledo: uma nuance carnalizada

O protagonista Jorge dedica uma boa dose de palavras para apresentar o jovem motorista Toledo. O fato de o narrador fazer um recorte e construir excentricamente a imagem de Toledo carrega efeitos de sentido e viabiliza a interpretação de que a personagem representa um certo elemento carnavalesco e desestabiliza a verdade acabada dada pelo discurso do herói. Salienta Bakhtin (2010b, p.189) que:

Quando as imagens do carnaval e do riso carnavalesco são transpostos para a literatura, em graus variados eles se transformam de acordo com as metas artístico-literárias específicas. Mas seja qual for o grau ou o caráter da transformação, a ambivalência e o riso permanecem na imagem carnalizada.

Nesse sentido tem-se que, pela descrição da personagem, o riso ora reduzido ora estridente está presente na estrutura da imagem do jovem caminhoneiro, assim como características antitéticas, compondo cenas em que há discurso ora elogioso,

ora cômico, ora de ridicularização sobre a personagem. A começar pelo nome, que o narrador acha engraçado para um chofer de caminhão, o rapaz é tido como uma figura jocosa, que destoa do típico caminhoneiro imaginado por Jorge, isto é, um sujeito “sem frescuras”, de porte físico robusto, cujas vestes são básicas e confortáveis, e os sapatos feitos de couro cru, com solados de pneu para poder aguentar o batente. Assim o descreve:

E foi aí que fiquei conhecendo o Toledo. Até me assustei quando vi aquela figura pulando na cabina. O menino usava umas calças apertadas em cima e largas embaixo. E calçava botas salto alto. E usava camisa colorida, com mangas compridas. Quando vi aquela figura pulando no caminhão, perguntei quem era, e o Luís disse que aquele é que era o Toledo. Ainda perguntei se aquilo sabia dirigir caminhão (FRANÇA JR, 1982, p. 109).

Ele tinha um andar engraçado. Quase não colocava o calcanhar no chão, e parecia que andava como se estivesse apagando cigarros com o pé. E com aquelas botas de salto alto ficava uma figura que a gente tinha que parar e olhar. Ri, mas não comentei nada (FRANÇA JR, 1982, p.113).

E ainda: “Dei uma olhada na cabina dele, e digo para você que estava tão limpa e arrumada que tive até a impressão de que ele jogava perfume lá dentro. Parecia quarto de moça” (FRANÇA JR, 1982, p. 110). Não há uma estabilização ao caracterizar a personagem; ele destoa dos demais por sua excentricidade. Tipifica uma nuance de carnavalização, uma vez que vive na fronteira com os seus contrários. No meio da chuva e do lamaçal, enquanto todos os colegas estavam cobertos de barro e com a roupa amarrotada, Toledo era o único que mantinha as vestes limpas, as botinhas lustradas e a cabina do caminhão organizada. Pelo fala “Ainda perguntei se aquilo sabia dirigir caminhão”, percebe-se que o estereótipo de Toledo não condiz com um chofer de veículos brutos, na visão de Jorge. O espaço da personagem, a cabina do veículo, é comparado a um “quarto de moça” pela limpeza e organização. Nessa ocasião, Jorge entra no ambiente do colega e coloca o pé no painel, ao que Toledo reagiu dando um “tapinha” no sapato do amigo para que o retirasse. Para Jorge, esse ato despojado é muito comum em seu contexto de trabalho, e a atitude de Toledo chamou deveras a atenção do protagonista por novamente não se coadunar com o perfil de caminhoneiro. Pelo olhar de Jorge, Toledo é associado ao feminino, ao bizarro, em um local em que predomina o estereótipo do “machão”.

Por outro lado, a personagem representa o elemento que relativiza a visão oficial do trabalhador de transporte de cargas que, na voz do narrador, exerce certo papel definido nas relações sociais cotidianas. Representado como um personagem excêntrico, ele profana um ambiente tipicamente masculino pelo seu comportamento afeminado e supera o caráter acabado do trabalhador que exerce a profissão de motorista. Pelas vestimentas, pelo aspecto das mãos, pela maneira de falar e de andar, pode-se dizer que Toledo tipifica uma figura de resistência frente à tipologia do imaginário de caminhoneiro construído pelo discurso de Jorge.

O jovem conquista a simpatia de todos pelo carisma, pelo bom humor e pelas brincadeiras com os colegas. No trabalho, o rapaz tinha boa percepção quanto a qualquer problema no veículo; possuía também grande habilidade ao volante, sendo considerado por Jorge o melhor motorista: “Ele fazia o que queria com o carro. E digo que se você ajuntasse todos ali, não conseguiria um que chegasse aos pés dele” (FRANÇA JR, 1982, p.171). Outro aspecto que o narrador destaca no jovem são as mãos. O transporte de cargas que Jorge e seus colegas exercem não se limita ao volante e à cabina do caminhão. O motorista é, como se diz folcloricamente, “pau para toda obra”, auxiliando tanto nos processos mecânicos do veículo, quanto nos empecilhos e intempéries provocados pela natureza. Quando trabalhava na pedreira de Mario em Brasília, Jorge aprende a escolher um bom trabalhador pelas mãos, passando a julgar pelo aspecto físico desse órgão quem é apto ou não ao labor. Toledo, contudo, contraria essa convicção, uma vez que tem as mãos finas e delicadas e, ironicamente, era o melhor dentre todos os motoristas: “E veja você, daqueles motoristas ali com as carretas, o de mão mais delicada era o melhor deles. E isso era engraçado” (FRANÇA JR, 1997, p.141), e ainda: “E digo para você que aquele menino dirigia como gente grande. Era engraçado vê-lo dentro da cabina, muito empertigado com aquelas camisas de mangas compridas e pano colorido” (FRANÇA JR, 1997, p.134). Considera-se, portanto, que esses elementos que descrevem a personagem Toledo, em oposição ao discurso oficial proferido por Jorge, construído arquitetonicamente pelo autor-criador, representa a libertação do dogmatismo monológico, pois o diferente, o estranho, o afeminado é aquele que melhor cumpre a função. A personagem representa a relatividade e a ambivalência entre categorias, como riso x sério, mãos delicadas x melhor motorista; afeminado x chofer de caminhão; botas lustradas x botas barreadas; cabina limpa e organizada x cabina suja, botas de salto x sapatos de couro cru, em uma certa nuance

carnavalesca antitético.

A atenção para as mãos geralmente é enfatizada na literatura que traz em seu bojo o cotidiano do trabalho, especialmente retratando as mãos enquanto ferramenta humana, prática material, produtiva, de labor muitas vezes penoso, contudo, necessário. É por meio delas, órgão do trabalho e também produto dele, como afirma Engels, que se dá a forma elementar da ação dos homens na natureza, tanto para a sobrevivência, quanto para a produção de bens simbólicos, este último como consequência do aperfeiçoamento do órgão. Diz o ditado popular que as mãos são os olhos dos cegos e os ouvidos do surdo. Por meio delas são realizadas atividades básicas da vida, como vestir, comer, lavar, cumprimentar, afagar, semear e colher. Também as mãos realizam funções que exigem tamanha destreza como o manejo de um bisturi em um processo cirúrgico, a criação de uma obra artística e o auxílio ao nascimento de um novo ser. No plano simbólico, esse órgão também carrega profunda significação, como na atitude de Pilatos quando lavou as mãos para isentar-se de culpa frente à condenação de um inocente.

Na literatura tem-se a representação metafórica das mãos que trabalham, que padecem, que se esforçam, e que carregam em si uma identidade laboral. No conto “A mão esquerda”, de Roniwalter Jatobá, por exemplo, o jovem Natanael migra para a grande São Paulo a fim de trabalhar na indústria, deixando para trás toda uma trajetória de trabalho artesanal familiar. Em meio ao maquinário moderno, o rapaz tem os dedos da mão esquerda amputados, frustrando os seus sonhos e inutilizando-o para o trabalho fabril.

Também nos romances *O cortiço* e *São Bernardo*, por exemplo, os protagonistas João Romão e Paulo Honório, indivíduos de origem deveras precária, trabalham ferrenhamente e exploram seus semelhantes no intuito de enriquecer. Um estava obstinado pela posse da fazenda São Bernardo, o outro cobiçava adentrar para a alta sociedade e angariar um título nobiliárquico, motivado pela inveja do vizinho. Quando atingem seus intentos percebem que as mãos duras e calosas não condizem com o novo padrão de vida, pois carregam em sua carne o selo de suas trajetórias de trabalhadores braçais. Esses são momentos epifânicos na narrativa que mostram as contradições entre o trabalho material e imaterial. Ao investigar o mundo do trabalho, discursos como esses a respeito do “órgão do trabalho” vem à tona, o que auxilia no processo de construção de significações.

À GUISA DE (IN)CONCLUSÃO

A linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam (BAKHTIN, 2010b, p.209).

Nesse grande diálogo realizado entre teorias, literatura e universo do trabalho, percebeu-se que no processo de construção discursiva do romance, os enunciados são inacabados, formando um todo não fechado, suscetível a inúmeras respostas, característica da própria inconclusibilidade do gênero romanesco. À medida que se aprofundava a pesquisa, emergia uma certa angústia ao constatar que o ato de perquirir todos os aspectos sobre o mundo do trabalho na obra seria não apenas uma tarefa hercúlea, mas impossível, em vista da amplitude de fios dialógicos tecidos pelo texto, e também pelas limitações da pesquisadora. A cada novo olhar para o objeto surge um novo detalhe que a leitura anterior não conseguiu captar, sendo necessário, portanto, fazer um pequeno recorte para, a partir de então, montar um painel sobre o trabalho na obra.

Linguagem e trabalho constituem o liame ontologicamente indissolúvel na construção da humanidade, são elementos fundantes da própria subjetividade humana e, por meio dessas dimensões, o homem busca satisfazer as suas necessidades vitais, a produção da vida material e construir sentidos por meio das relações sociais, desde épocas primevas. O estudo dos princípios bakhtinianos sobre a literatura, como dito no relato pessoal nos Procedimentos Metodológicos, permite um olhar mais crítico sobre as situações cotidianas da vida e uma relação menos ingênua com a linguagem, constituindo um rico arcabouço em que o elemento humano e sua relação com o outro é nodal. É partindo desse olhar sobre trabalho e linguagem que se buscou entender as significações do universo laborativo na arte literária, levando sempre em consideração que os objetos são mediados por formações discursivas de diversas naturezas.

A produção escrita e os discursos que ela veicula compõem um campo valorativo, e também um posicionamento ético frente à sociedade. Tentou-se partir da arquitetura do autor como um caminho teórico metodológico, identificar os variados ângulos que compõem o objeto e analisar de que forma as partes se comunicam e as relações dialógicas acontecem, a lume da temática trabalho.

Segundo o recorte realizado verificou-se na obra que a personagem Jorge se constitui enquanto sujeito trabalhador pela constante interação com outras consciências, e essa forma arquitetônica é organizada pelo artista-contemplador, que se localiza fora da arquitetura concreta e a olha de certa maneira exotópica, mas em outros momentos revela-se imbricado com ela. Em um primeiro campo enunciativo destacam-se como regularidades um discurso que ora posiciona o protagonista em uma certa instância ingênua, e outro discurso, muitas vezes sutil, que desabona essa ingenuidade pela voz do próprio narrador. Vê-se que pelas falas da personagem Jorge e as de outras sobre ele, atestam que o mundo do trabalho na sociedade capitalista, é de fato, um lugar onde não é possível o trabalhador adquirir emancipação, visto que ao final o galardão do empregado fiel é a demissão e a exploração, como também se verifica esta última faceta nas personagens dos nordestinos e do trabalhador das minas de carvão. Embora o herói se constitua ontologicamente pelo seu trabalho, como elemento de identidade e dignificação pessoal, há outros discursos que direcionam seu labor para um viés negativo, de penúria e exclusão. O trabalho da personagem pode ser ontológico para ele, mas em um plano degradado, em um modelo social unidimensional, como assevera Marcuse (1973), onde paira uma ordem fechada, em que não é possível ao homem superá-la, visto estar entranhado com ela.

No desfecho do romance, as ações desencadeadas pela possibilidade de desligamento da empresa, como a surra que deu no contabilista e o beijo na mulher do chefe, refletem a percepção, por parte de Jorge, do descompasso existente entre a retórica participacionista do empregado nos negócios de Mário e a realidade exploratória a que estava submetido, com repercussões físicas e emocionais na subjetividade desse trabalhador. Não é possível ao empregado adentrar o mesmo patamar social que o chefe, pois sempre haverá hierarquização e contradições. Esse plano enunciativo apresenta uma visão negativa do trabalhador subjugado na sociedade capitalista, onde reina a dicotômica relação explorador e explorado, por mais que pareça que há uma interrelação de benefícios entre patrão e empregado.

O autor-criador, todavia, mostra que a expressão das vozes não se faz de modo delimitado a um único plano enunciativo, mas as digressões, o vai e volta da narrativa, dão enquadramento ao texto e desempenham papel de um microdiscurso dentro do macro. Esse escape a um mundo degradado e fadado à racionalização das relações sociais, se dá pela busca de sentido no trabalho e nos

relacionamentos, como salienta Antunes (2009, p.143) “A própria busca de uma vida cheia de sentido é socialmente empreendida pelos seres sociais para sua auto-realização individual e coletiva. É uma categoria genuinamente humana, que não se apresenta na natureza”. No plano simbólico, o trabalho é fator seminal de socialização entre os trabalhadores de carga. É por meio dele que os laços se estreitam e a solidariedade nas provações cotidianas se consolida, o que remete à utopia da autogestão marxista, em uma práxis comum, ausente de classes sociais.

Essas ideias do autor estão difundidas por toda a obra e são colocadas na boca de diferentes personagens com forte ênfase à palavra do outro como processo de tomada de consciência do herói, vozes que muitas vezes polemizam com ele. Vê-se, portanto, que Jorge pela sua própria narrativa em diálogo com consciências alheias, passa a construir sua autoconsciência, percebendo-se em posição desprezada em relação ao patrão, o que culmina em sua revolta no desfecho da narrativa. A obra em tela não é si um texto revolucionário, mas apresenta sutilmente a sua não sujeição à ideologia vigente em seu contexto histórico, no que tange ao mundo do trabalho, configurando o que Bosi chama de resistência, a qual parte do plano ético, e não do estético, caracterizada da seguinte forma na literatura: “A resistência é um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico” (BOSI, 2002, p.134).

Outro paradigma discursivo na narrativa é a personagem Toledo. Sobre ele perceberam-se elementos de carnavalização que não poderiam passar em branco. O narrador “cria imagens objetificadas e acabadas”, para descrever o jovem, retratando-o como um estereótipo estranho ao universo dos transportes de carga. Nesse ínterim, emerge outro discurso quase irônico de que o rapaz de “mãos finas”, afeminado e excêntrico é o melhor motorista dentre todos, desacreditando o monologismo do discurso anterior.

Por fim, afirma-se que essa obra de França Jr carrega certo cunho político, visto que o autor responde ao contexto histórico e às ideias em voga em seu tempo, como a ditadura militar, a exploração de determinados grupos de trabalhadores e a precariedade da estrutura rodoviária do interior brasileiro. Aparentemente singelo, o romance é imenso em criticidade e esperança; há em seu bojo discursos sutis que condenam a mentalidade determinista de um trabalho fadado ao fracasso no capitalismo de estágio avançado, consistindo como uma obra de certa forma

libertadora para se repensar a história e as possíveis alternativas para um mundo de trabalho mais emancipado e pleno de sentido para além do capital.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Melânia S. de. **Jorge, um brasileiro**: herói absurdo ou passageiro da esperança? Aletria: Revista de Estudos de Literatura. Belo Horizonte: CEL, FALE/UFMG, v.1, n.1, p.48-57, out. 1993.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ALVES, Giovanni. Toyolismo e captura da subjetividade. In: **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

AZEVEDO, Andrea B. L. de. **André Gorz**: por uma sociedade do tempo liberado. Revista Habitus - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 113 - 125, agosto. 2012. Semestral. Disponível em: < www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 06 ago. 2014.

BAKHTIN, Mikhail M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução: Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. Arte e responsabilidade. In: **Estética da criação verbal**. 4 ed. Trad.: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (pp. XXXIII, XXXIV).

_____; VOLOSHINOV, Valentín. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 2010a.

_____. O discurso no romance. In: **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Trad.: Aurora Fornoni Bernardini *et al.* São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Estética da criação verbal**. 4. ed. Trad.: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Para uma filosofia do ato**. Tradução inédita [para fins didáticos] de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza da edição americana *Toward a Philosophy of the act* (Austin: University of Texas Press, 1993).

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5 ed. Trad.: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense, 2010b.

BARAT, Josefh. **A evolução dos transportes no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

BÍBLIA SAGRADA: **Bíblia de Referência Thompson**: com versículos em cadeia temática. Trad.: João Ferreira de Almeida. São Paulo: Vida, 1996.

BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. In: **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BRAVERMAN, Harry. Gerência Científica. In: **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da historiografia**. 2. ed. Trad.: Nilo Odália. São Paulo: Unesp, 2010.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos?** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CAMPANELLA, Tommaso. **A cidade do sol**. Trad.: Heloísa da Graça Burati. São Paulo: Rideel, 2005.

CAMPOS, Maria I. B. Questões de literatura e de estética: rotas bakhtinianas. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: dialogismo e polifonia**. São Paulo: Contexto, 2009.

DOBB, Maurice. Marx como economista. In: BENJAMIN, César (Org.). **Marx e o socialismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2003.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: UNESP, 2011.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 1876. Disponível em <
<http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>> acesso em 02 de agosto 2014.

FANINI, Angela M. R.; SANTOS, Adriana C. dos. **Trabalho artesanal e trabalho industrial como elementos de sociabilidade, subjetividade e tragédia em A mão esquerda, de Roniwalter Jatobá**. In: Estudos de Literatura Contemporânea, Brasília, v. 42, p. 197-208, 2013.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Nós e o marxismo**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

_____. Para uma filosofia do ato. **Resenha**. Bakhtiniana: São Paulo, v1, nº 5, p.205-209, 1º semestre 2011.

FOUCAULT, Michel. O panoptismo. In: **Vigiar e punir: o nascimento das prisões**. 39 ed. Trad.: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **A ordem do discurso**. 20. ed. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2010.

FRANÇA JÚNIOR, Oswaldo. **O homem de macacão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. **Jorge, um brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1982.

_____. O autor e sua obra. In: **Os dois irmãos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1976.

GILBERTO, Antônio. **A bíblia através dos séculos**. Rio de Janeiro: CPAD, 1986.

GUEDES, André D. **Na estrada e na lama com Jorge, um brasileiro**: trabalho e moradia nas fronteiras do desenvolvimento. Revista Horizonte Antropológicos. Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 319-345, jan./jun. 2013.

GOMES, Angela de C.; D'ARAÚJO, Márcia C. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Trad.: Angela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **Metamorfoses do trabalho**, busca do sentido: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003.

Heidegger. Martin. **Serenidade**. Trad.: Maria Madalena Andrade e Olga Santos. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

HILTON, Rodney (Org.). **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. Trad.: Lino Vallandro e Vidal Serrano. São Paulo: Globo, 2009.

JATOBÁ, Roniwalter. (Org.). **Trabalhadores do Brasil**: histórias do povo brasileiro. São Paulo: Geração Editorial, 1998.

_____. **Crônicas da vida operária**. São Paulo: Lazuli Editora, 2006.

KARVAT, Erivan C. **A sociedade do trabalho**: discursos e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1890-1933. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. E-books Brasil. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/direitopreguica.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2014.

LAFETÁ, João L. O romance atual: considerações sobre Oswaldo França Júnior, Rui Mourão e Ivan Ângelo. In: **A dimensão da noite**. São Paulo: Duas cidades, 2004. (p.241-264).

LAJOLO, Marisa. **O que é literatura**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOPES, Maria Angélica G. **O voo certo**: a novelística de Oswaldo França Júnior. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2010.

LUKÁCS, Gyorgy. Os complexos de problemas mais importantes: o trabalho. In: **Para uma ontologia do ser social II**. 1. Ed. Tradução: Nélcio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. 4 ed. Trad.: Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Trad.: Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2010.

_____; _____. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Trad.: Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. A maquinaria e a indústria moderna. In: **O capital**. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

MEHRING, Franz. O capital. In: BENJAMIN, César (Org.). **Marx e o socialismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2003.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

MORE, Thomas. **Utopia**. Trad.: Ciro Mioranza. São Paulo: Escala, s/a. p.47.

OLINTO, Antonio. Prefácio. In: **Jorge, um brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1982.

ORWELL, George. **1984**. 23. ed. Trad.: Wilson Velloso. São Paulo: Editora Nacional, 1996.

REIS JUNIOR, Reinaldo de L. **Cidade, trabalho e memória: os trabalhadores da construção de Brasília (1956-1960)**. 2008. 110f. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SADER, Emir. Apresentação. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Trad.: Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTIAGO, Theo (Org.). **Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SCHNAIDERMAN, Boris. Boris Schnaiderman e Mikhail Bakhtin. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: dialogismo e polifonia**. São Paulo: Contexto, 2009.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Trad.: Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SERRA, Joaquim M. P. **Alienação**. Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2003. Texto de conferência proferida na Academia Sénior de Covilhã, em 28 de março de 2003. Disponível em: <
http://www.lusosofia.net/textos/serra_paulo_alienacao.pdf>, acesso em: 25 ago. 2014.

SHAKESPEARE, Willian. **O mercador de Veneza**. Trad. Beatriz Viégas-Faria. Porto Alegre: L&PM, 2013.

SOBRAL, Adail. **O ato “responsível”, ou ato ético, em Bakhtin, e a centralidade do agente**. Signum: Estud. Ling., Londrina, n.11/1, p. 219-235, jul. 2008.

_____. **Ético e estético:** na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Nívea R. da. **O gênero entrevista pingue-pongue:** reenunção, enquadramento e valoração do discurso do outro. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

SUPLEMENTO LITERÁRIO: **Lembranças de Oswaldo França Júnior.** Belo Horizonte, Outubro/2009. Edição Especial. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, MG.

VILELA, Carla P. L. S.; FANINI, Angela M. R. **Literatura e trabalho:** o universo laborativo em *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão. In: VIII Seminário Internacional do trabalho – UNESP. 2012, Marília, São Paulo.

_____; _____. **As significações do trabalho em A hora da estrela, de Clarice Lispector.** In: *Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas (UFSC)*. V.11, p. 148-166, 2010.

_____; _____. **Trabalho e tecnologia:** semelhanças e diferenças na trajetória de vida dos personagens João Romão, de *O cortiço* e Paulo Honório, de *São Bernardo*. In: *RETEC. Revista de Tecnologia*, Ourinhos, São Paulo. V.4, p. 131-155, 2012.

VOLOCHINOV, Vladimir; BAKHTIN, Mikhail. (1926). **Discurso na vida discurso na arte.** Trad.: Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza [para fins didáticos], com base na tradução inglesa de I. R. Titunik “Discourse in life and discourse in arte – concerning sociological poetics”. In: _____. *Freudism*. New York: Academic Press, 1976.

WOOD, Ellen, M. **A origem do capitalismo.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ZOLA, Émile. **Germinal.** Trad.: Francisco Bittencourt. 2 ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.

APÊNDICE A – Ilustração da rota realizada pelos personagens de *Jorge, um brasileiro*, pelo interior de Minas Gerais, e dos contratemplos enfrentados.